

20100000284

T/UNESP
981
B7321
v. 2

Almeida, Julia Moraes declara que o livro de romances autorizados por escriptura publica para negociante e por si e por sua propria conta e em nome de alguma do mesmo que a ella se achasse semelhante ao do seu negocio, e abaixo assignada a minha que se tornou valida e o mesmo contra os seus e de todos os que se acharem abreviados e por seus e contra os seus e de todos os que se acharem negociantes.

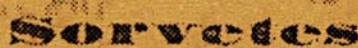
S. Paulo 16 de Janeiro de 1869
 Paz. Haçra.

Zina de Carbon. 19

carinho



EXCISE & CUSTOMS



As áreas Paulistas, logo havendo orestes das 7 As B
lentes do norte.

Verz. d. Verh. 10

Rego e Santos, pesquisadores em Campinas há 15 anos, estudam a dissolução e a cidade progressiva, cada destino a esta praia, porém se afastam do vulgar em direção a uma desconhecida e insólita realidade do ser, tanto Sebastião José Rodrigues de Azevedo, quanto antes, que se dá a ver.

2.1

ÀS LEITORAS, COM CARINHO

SUMÁRIO (VOLUME 2)

CAPÍTULO 5

Mulheres na <i>Revolução Moral</i>	251
A Maçonaria e as manumissões	261
Lojas de Adoção	265

CAPÍTULO 6

OS folhetinistas: cronistas da Cidade e conselheiros das moças	290
Os folhetinistas do <i>Correio Paulistano</i>	296

CAPÍTULO 7

Divertir, regenerando	337
Polêmicas e personagens femininas	342

FONTES

Manuscritas.....	370
Impressas.....	371

ENTREVISTAS.....	372
------------------	-----

BIBLIOGRAFIA (Artigos e Livros).....	372
--------------------------------------	-----



CAPÍTULO 5

MULHERES NA “REVOLUÇÃO MORAL”

(...) “Os vestígios da escravidão gravados em livros e documentos acabam de ser destruídos pelo fogo purificador da Alfândega do Rio de Janeiro”. (Às segundas. (a) *Jaó. Diário Popular*, 22.12.1890,p.1)

“Tocamos de passagem no triste exemplo apresentado às crianças, do desprezo e excessiva severidade empregada por alguns senhores para com os escravos, exemplo que tem já produzido parciais e praza a Deus não produza gerais funestas conseqüências. Acrescentaremos agora que é muito para desejar que certas mães de família, a quem alguns desses infelizes têm a dupla desgraça de pertencer, retenham perante suas filhas os freqüentes assomos de cólera que as levam a vomitar grosseiras injúrias contra eles, acompanhadas muita vez de castigos corporais que, com horror, temos visto consentirem e até excitarem suas jovens filhas a aplicar-lhes elas mesmas”. (Nísia Floresta Augusta. *Opúsculo Humanitário*, p.115).

“Quais eram os sintomas que porventura indicavam um estremecimento, um abalo no País? Nenhum. É preciso dizer a verdade. O que se observava era apenas o progresso contínuo, suave e natural da revolução íntima que desde muito se opera no Brasil e que tende a realizar a emancipação pelo melhoramento dos costumes, pela generosidade do caráter brasileiro, pela nossa civilização, que pulula com uma forma imensa. Era o desenvolvimento dessa regeneração moral que dentro em pouco extinguiria a escravidão, independente dos esforços do Governo e das declamações dos propagandistas”. José de Alencar. Discurso de 10.7.1871, no Parlamento).

“Todos os fatos de manumissão - honrosíssimos para o Brasil - formam um admirável alto-relevo no campo da mortalidade que nunca atrai a atenção, ao passo que os crimes contra escravos, o número de africanos ainda em cativeiro, a caçada de negros fugidos, os preços flutuantes da carne humana, a educação dos ingênuos na escravidão, o aspecto mesmíssimo dos ergástulos rurais: tudo o que é indecoroso, humilhante, triste para o Governo, é cuidadosamente suprimido”. (Joaquim Nabuco. *A Abolição*, p.93).



Em 28 de julho de 1866, sob o sugestivo título “Louvável Abnegação” informava-se que a senhora D. Maria Cordeiro, fazendeira de Porto Feliz, deliberou alforriar “a todos os crioulos que nascessem em sua casa” daquela data em diante. Já haviam sido três “os libertados na Pia Batismal.” (Noticiário. *Correio Paulistano*).

Notícias sobre mulheres que libertaram escravos, adultos ou crianças, merecem destaque no noticiário do *Correio Paulistano*, nos períodos anterior e subsequente à *Lei do Ventre Livre* (28.9.1871).

A maneira laudatória como são veiculadas tais notícias, de forma a estimular a imitação, é um indicativo de que o jornal estava assumindo uma posição clara a favor da emancipação, quando promovida por iniciativas individuais, sem a interferência do Governo. Através dos editoriais, o jornal defendia a abolição, por considerar a escravidão uma instituição contrária ao humanismo e ao igualitarismo, suportes da ideologia maçônica; mas, ao mesmo tempo, procurava subordinar a emancipação aos princípios liberais de respeito aos direitos individuais e à propriedade privada.

Fazendo a crítica filantrópica à instituição escravocrata e, por outro lado, enfatizando a opção pela emancipação gradual, tendo em vista a sobrevivência da grande lavoura, o jornal, na sua incoerência, está coerente com a posição adotada por outros “liberais” e conservadores.

Todavia, mesmo pregando uma abolição “em termos”, sujeita aos interesses da propriedade, estimulando as manumissões e criticando a escravidão, O *Correio Paulistano*, porta-voz de um grupo de maçons-liberais, estava assumindo posição mais avançada do que a da Igreja Católica, cujos membros possuíam escravos e anunciavam a fuga dos mesmos, oferecendo recompensa a quem os recapturasse.

Em 7 de agosto de 1874, o Cônego José Vitorino de Souza Azevedo “faz público que no dia 1º de junho de 1874” fugiram quatro escravos de sua propriedade. Os quatro escravos, com a idade entre 30 e 34 anos, são descritos como fortes e saudáveis. O cônego oferecia a gratificação de 100\$000, por cada escravo encontrado. (*Correio Paulistano*, p.3).

O anúncio, além de provar que os padres possuíam escravos, pode ser um indício de que a batina não amenizava o tratamento dispensado aos escravos.



Ferreira de Rezende diz ter voltado a São Paulo para buscar os escravos “de ganho” de sua mãe; uma das escravas, “alugada ao bispo”, passara a viver em liberdade, por descuido do encarregado de escravos.¹

As chamadas ambigüidades de certo tipo de Liberalismo, como o condicionamento da emancipação dos escravos aos interesses da propriedade agrícola, não foram privilégio dos maçons e de sua Imprensa.

José de Alencar, que assumiu em suas peças e romances o papel de incentivador de comportamentos sociais mais “arejados”, em relação à média da sociedade da época, assumiu, durante a discussão da *Lei do Ventre Livre* (lei de 28 de setembro de 1871), uma oposição contundente à lei, argumentando que o caminho legítimo para a emancipação era o da “revolução moral”; o que significava a opção por um processo lento e gradual, que se realizaria através da conscientização da “opinião” para a necessidade “moral” de libertar os escravos.

A forma como os letrados liberais encaravam a Emancipação já foi analisada, entre outros, por Roberto Schwarz, em seu polêmico texto, *As idéias fora do lugar* - que é um estudo introdutório à análise que faz dos romances do Machado de Assis - e por Alfredo Bosi, em seu ensaio, *A escravidão entre dois liberalismos*.

Schwarz diz que a “idéia liberal, que era a das mais jovens nações emancipadas da América”, era constantemente “impugnada” pela escravidão, o que provocava o seu “descarrilhamento”. Afirma a incoerência das idéias liberais com a realidade, incoerência que não parecia “pesar muito” para a maioria dos liberais,

“como se a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros - mas outros em relação a quê?”

Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais”.²

Mostrando os efeitos deletérios da escravidão sobre toda a sociedade brasileira, o autor analisa “a política do favor” como um produto cultural do escravismo. Na relação de “favor”, os latifundiários mantinham sob o seu poder um número elevado de dependentes, que prestavam serviços ao latifúndio, em troca de “proteção”, ou seja, de moradia, sobrevivência e um certo reconhecimento social, através do compadrio.

¹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. Ob. cit., p. 428

² SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: *Ao vencedor as batatas*, 4ª ed.. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1991, p. 15



Escravidismo e “favor” eram facetas de uma única realidade, incompatível com o liberalismo que se estrutura sobre uma relação de trabalho contratual.

Estendendo a sua avaliação às instituições burocráticas e jurídicas, Schwarz critica os seus agentes que se diziam partidários das “formas e teorias do estado burguês moderno”, mas praticavam o clientelismo.

Alfredo Bosi considera que o liberalismo brasileiro, até a segunda metade do século XIX, era um liberalismo nacionalista e defensor do direito de propriedade dos latifundiários. Ou seja, o liberalismo dos políticos-proprietários e de seus representantes contextualizava-se na realidade econômica, social e política brasileira, onde a cena era comandada pelos proprietários, que

“tinham garantido, para si e para a sua classe, as liberdades de produzir, mercar e representar na cena política. *Dai, o caráter funcional e tópico do seu liberalismo.*”

Por se tratar de um “liberalismo funcional”, Bosi não vê como “excêntrico, deslocado ou postiço” o uso que os políticos brasileiros faziam do termo liberalismo; pois este era usado em “um sentido datado, *pro domo sua*, sem significar que no programa “liberal” de tais políticos estivesse incluída a libertação dos cativos. Sintetizando, o autor aponta para “quatro significados do termo”, em uma “análise semântico-histórica”:

1) Liberal, significando *conservador das liberdades*, conquistadas em 1808, *de produzir, vender e comprar*; 2) liberal significando *conservador da liberdade* conquistada em 1822, *de representar-se politicamente*; Liberal significando *conservador da liberdade de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica*; 4) significando também a capacidade *de adquirir novas terras em regime de livre concorrência*.³

A partir do final da década de 1860, no movimento que Joaquim Nabuco chamou de *novo liberalismo*, publicistas, bacharéis, políticos e intelectuais pregaram “um reformismo arejado e confiante” no valor da Liberdade; reformismo que não pode ser confundido com o “conjunto bastante híbrido” que foi o Partido Liberal, até 1888. O “novo liberalismo” ou “liberalismo-radical” será constituído principalmente por “políticos e intelectuais das cidades mais importantes” e por

“bacharéis egressos das famílias nordestinas que pouco ou nada podiam esperar do cativo em declínio”.⁴

³ BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. In: *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 198-202.

⁴ Id., ib., p. 223-4.



Bosi comenta a afirmação do “ultraconservador” Marquês de Olinda, que qualificou as idéias dos países europeus, contrárias à escravidão, de “ideologias exóticas”: a mentalidade do Marquês era do tipo da mentalidade ironizada por Machado de Assis; mentalidade que,

“ainda nos últimos anos do regime imperial, sustentou *in abstracto* a norma liberal moderna, ao mesmo tempo que racionalizava o uso do trabalho escravo, seu maior suporte econômico e político.”⁵

O autor enfatiza também a importância que tiveram as idéias de Comte, contrário à escravidão, como estímulo para os “novos liberais”. Miguel Lemos, conceituado positivista, chegou a publicar um livro, *O positivismo e a escravidão moderna*, “coletânea de textos antiescravistas de Auguste Comte, dedicando-o ao herói negro da rebelião” de São Domingos:

“À Santa Memória/ do/ Primeiro dos Pretos/ Toussaint Louverture/ (1746-1803),/ Ditador doHaiti. Promotor e Mártir/ da liberdade/ de sua raça”.

José de Alencar, admirador de certos costumes europeus e de idéias européias - quando se referiam à Europa estavam na verdade falando da França, Inglaterra e Alemanha - procurou apoiar-se, enviesadamente, nos argumentos da *Sociedade Emancipacionista Européia*, nos discursos que fez contra a “*Lei do Ventre*”:

“A *Sociedade Abolicionista* da Europa repele a emancipação por meias medidas, quer abolição completa; e se não, leiam as palavras da carta que ela dirigiu ao Chefe do Estado. Aí se diz que meias medidas são sempre mais prejudiciais que benéficas; que perturbam, envenenam, prejudicam a solução da questão”. (Discurso de 12.7.1871).

O que a Sociedade Emancipacionista da Europa queria era a abolição total, daí a sua crítica às “meias medidas”. O que Alencar pretendia era a protelação de qualquer medida governamental que ferisse os direitos dos proprietários de escravos. O mesmo argumento para intenções opostas.

Criticando a Lei do Ventre, que ele chamou de “uma simples reforma” e “insuficiente”, José de Alencar, em nenhum momento, pôs-se a favor da supressão total da escravidão, através de iniciativa governamental. Ou seja, nem “meias medidas”, nem medida inteira; apenas medidas individuais, oriundas das vontades dos proprietários. Que se deixasse a questão para ser resolvida ao gosto dos proprietários, que argumentavam com a absoluta

⁵ Id., ib., p. 241 e 397.



impossibilidade de emancipar os seus escravos, pois não havia mão de obra que os substituísse.

Alencar, membro do Partido Conservador, defendia os interesses dos proprietários, com base no direito constitucional de propriedade. Apesar disso, afirma que o seu Partido não era escravagista, que ele não aceitava “a instituição da escravidão como uma instituição firmada no direito, na moral que deve ser mantida e respeitada”. Os conservadores, como todos os brasileiros, desejavam

“ardentemente ver desaparecer do País essa instituição; todos nós brasileiros fazemos votos para que deixemos de formar no mundo civilizado a exceção triste, que muito breve teremos infelizmente de constituir. Mas desta convicção à idéia de promover a abolição, em uma época recente, por meio de medidas diretas e legislativas há uma distância imensa”. (Discurso de 14.5.1870).

O desejo teórico de se harmonizar com o “mundo civilizado”, realizando a emancipação dos escravos, demonstra o velho temor, tão brasileiro, do julgamento “das nações mais civilizadas da terra”.

O parlamentar situou-se entre um apoio distanciado à abolição, vista como algo a ser feito a longo prazo, e um engajamento efetivo na luta parlamentar em defesa dos direitos dos proprietários de escravos. Procurou uma saída para o impasse, adotando como solução o que chamou de “revolução através da “iniciativa individual”, produzida “pela energia da opinião”. A iniciativa individual, na qual o orador diz depositar “toda a confiança”, faria, gradativamente, no tempo certo, a emancipação.

Quanto aos atos das Assembléias Provinciais, “consignando disposição acerca de auxílios para manumissões”, vinham ao encontro de seu pensamento político, contrário à uma legislação abolicionista; o que as Assembléias faziam era uma “concorrência em favor do pensamento humanitário da manumissão privada,” “coadjuvando em prol dessa revolução moral (grifo meu) operada no espírito público”. (Discurso de 14.5.1870).

Na série de discursos que antecederam a aprovação da Lei do Ventre Livre, José de Alencar, recorrendo ao tom dramático e irônico, enfatizou sempre os mesmos argumentos: a abolição pelo caminho “da revolução social ou moral” e “a seu tempo”; tal abolição teria que ser feita de forma a não prejudicar “a lavoura, a maior riqueza do país”. Essa era a posição do seu partido, o Conservador, que ele estava obrigado a defender. Nas palavras do dramaturgo, romancista e senador, o que precisava e devia ser feito era



“a extinção plácida e natural desse mal que herdamos dos antepassados, através do esforço comum, unânime e espontâneo da sociedade.”

De outra forma, a abolição decretada pelo Governo provocaria “uma revolução” ou uma “guerra civil”, jogando “no seio de um povo culto”, de repente, “hordas selvagens” de ex-escravos.

Para confirmar a sua opção pela “revolução moral”, lembra aos colegas parlamentares que ele foi um dos primeiros a se levantar contra a instituição da escravidão, através do “campo que se abria à minha atividade na literatura e na Imprensa”, quinze anos antes. (Discurso de 30.9.1870)⁶.

Quanto à “opinião pública” a qual se refere, não deixa dúvida que é a opinião dos proprietários e de seus representantes, quando diz que o gabinete anterior ao Gabinete de 16 de julho quisera “tranquilizar a opinião pública e a Agricultura”, tranquilidade que estava sendo destruída pela posição do novo gabinete, partidária “de medidas diretas sobre a questão do elemento servil”. (Discurso de 30.9.1870)

Utilizando-se de palavras de Cristo - “meu reino não é deste mundo” - critica os que utilizam a religião para argumentar a favor da Lei do Ventre, pois ela, a religião, não “deve jamais intervir nas lutas políticas”.

Aponta como característica positiva da Igreja um de seus pontos mais vulneráveis à crítica dos “novos liberais” e opositores do ultramontanismo: o apoio constante que a Igreja sempre deu, institucionalmente, à hierarquização social, aos governos, desde que católicos e, no Brasil, à escravidão:

“A grande virtude e excelência do cristianismo está justamente em que ele se amolda a todas as condições sociais. (Muitos apoiados). Ele manda, conforme o Evangelho, dar a César o tributo, a obediência, e a Deus a prece; a consciência se realça em todas as grandezas, consola todas as misérias, todas as dores deste mundo (muitos apoiados); se é um esplendor para os reis, é um refúgio para os cativos. A todos, grandes e pequenos, ilustres e obscuros, ricos e pobres, a todos a religião aponta uma esperança inefável, a esperança de uma vida melhor”. (Muito bem!)

Cita a recomendação de “um apóstolo” (sem dizer qual foi) aos servos:

“obedecei a vossos senhores corporais com temor e tremor na simplicidade de vosso coração, como obedeceis a Cristo”. (Discurso de 13.7.1871)

Prevendo a marginalização dos ex-escravos após o 13 de maio - “o homem negro sendo expulso de um Brasil *moderno*, cosmético, europeizado” e sendo “tangido para os

⁶ Referia-se às peças *O demônio familiar* e *Mãe*, que foram por mim analisadas em *A mulher em cena*, (2ª metade do século XIX), citada.



porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco”, como bem se expressou Bosi -,⁷ Alencar usou o argumento do despreparo da massa escrava para a abolição com a finalidade de adiar esta. Antes de libertá-los, era necessário “esclarecer a inteligência embotada”.(Discurso de 13.7.1871);

Mas não traçou rumos para o esclarecimento da “inteligência embotada”, esta sob o domínio de proprietários que se preocupavam exclusivamente com o ganho. Como obrigar os senhores de escravos a permitirem que fossem “roubadas” de seus lucros algumas horas de trabalho, para que se instrísse e se pudesse “elevar a consciência humilhada” do cativo, como pretendia Alencar? Os proprietários estariam dispostos a pagar professores para “as crias”?

O político Alencar utilizou-se de um argumento baseado na situação real dos escravos, que realmente não tinham instrução, salvo poucas exceções, para atingir o objetivo nada filantrópico ou “moral” que era não desagradar o que chamava de “opinião”, que se manifestara, “com energia”, contra o projeto do Governo de libertar os nascituros. (Discurso de 11.7.1871). A preocupação com o despreparo dos escravos para a liberdade era mais um argumento lançado em linguagem dramática, pseudo-cristã, em defesa da propriedade privada dos agricultores:

“Nós queremos a redenção de nossos irmãos, como a queria o Cristo. Não basta para nós dizer à criatura, tolhida em sua inteligência, abatida na consciência: ‘Tu és livre; vai; percorre os campos como uma besta fera!’ Cabe-nos elevar a consciência humilhada, para que um dia, no momento de conceder-lhe a liberdade, possamos dizer: ‘Vós sois homens, sois cidadãos. Nós vos remimos não só do cativo, como da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade em que jazeis!’ (Discurso de 13.7.1871)

Não tendo sido instruídos e nem preparados para o trabalho livre, houve depois da Abolição a exclusão dos ex-escravos e de seus descendentes, que passaram a viver como exilados; “exílio” não oficialmente decretado, mas resultante do “estigma na cor da sua pele”.⁸

Aprovada a lei, em 28 de setembro de 1871, “as crias”, como os senhores chamavam os filhos menores dos escravos, podiam ficar com os proprietários de seus pais até completarem 20 anos. A lei concedia aos proprietários o direito de fazê-las trabalhar, em troca de instrução e de seu sustento.

⁷ BOSI, Alfredo. Sob o signo de Cam. In: Ob. cit., p. 272

⁸ Id., ib., p.272



A respeito da *Lei do Ventre Livre*, Kátia de Queirós Mattoso fala da “habilidade do legislador em liberar sem libertar os escravos ‘menores’. Quando a criança completava oito anos, o senhor tinha o prazo de um mês para escolher a modalidade de “libertação”: conservar a criança em sua companhia ou libertá-la e receber do governo 600\$000 de indenização. Até então, o senhor já tivera tempo de avaliar a criança como futuro trabalhador. Se a avaliação fosse positiva, era muito mais conveniente conservá-la por mais treze anos. Finaliza a autora:

“Sob suas aparências enganadoras, a Lei do Ventre Livre (...) é a mensagem simbólica do olhar que um corpo social inteiro levanta sobre a criança escrava. A lei do Ventre Livre é o triunfo das mentalidades antiquadas e perversas”.

Após a Lei do Ventre Livre, o escravo continuou sendo considerado pelos proprietários de sua mãe como uma mão de obra a ser aproveitada e até com valor no mercado. A quase totalidade dos senhores optou pela prestação de serviços, segundo Emília Viotti. Tendo havido casos de fazendeiros que, quando vendiam a mãe, atribuíam um valor também para o ingênuo, baseado no serviço que este poderia prestar até os 21 anos de idade.¹⁰

A respeito do dilaceramento de alguns fazendeiros liberais e cultos, entre “a desaprovação ao cativo” e a perspectiva da própria ruína, conseqüente da abolição, Ina Von Binzer relata as conversas que teve com “O Sr. Sousa e sua mulher, D. Maria Luísa”. A professora alemã, sempre tão crítica em suas observações acerca dos brasileiros, chegou a entender as apreensões dos fazendeiros:

“Diante disso, não se pode censurar os brasileiros por desejarem os estrangeiros apenas para substituir os escravos”.

A respeito da determinação da *Lei do Ventre Livre*, que obrigava “os senhores a mandarem ensinar a ler e a escrever a todas essas crianças”, afirma Von Binzer:

“Em todo o Império, porém, não existem talvez nem 10 casas onde essa imposição seja atendida. Nas fazendas sua execução é quase impossível.”

A autora referia-se à inexistência de mestres-escolas rurais, o que obrigaria o fazendeiro, no caso do cumprimento da lei,

“a selar 20 a 50 animais para levar os pretinhos à vila mais próxima, geralmente muito distante”.

⁹ MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo, v.8, nº 16, p.37-55, mar.88/ago88.

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966, p.394



Esse último comentário da professora alemã foi resultado de suas conversas com o “Sr. Sousa”, que a informou da dificuldade de levar até à fazenda um mestre-escola.

Na concepção de Ina, “haveria diversas soluções” para o problema, soluções que ela não especifica, enfatizando apenas a inércia dos brasileiros quanto à alfabetização das crianças filhas dos escravos:

“mas o fato é que ninguém aqui faz coisa alguma, de maneira que as crianças nascem livres, mas crescem sem instrução e no futuro estarão no mesmo nível dos selvagens, sem gozar nem mesmo das vantagens dos escravos, que aprendem este ou aquele trabalho material”.

A professora admira-se com o fato de que o

“Sr. Sousa e D. Maria Luísa, sempre tão humanos e inteligentes, pensem dessa mesma forma. Não estarão percebendo que, agindo assim, estão preparando a pior geração que se possa imaginar para conviver mais tarde com seus próprios filhos?”¹¹

Floriza Barbosa Ferraz, em seu diário, conta que a sua mãe cuidava “dos creoulinhos desmamados”, período de 1870-1880. Floriza, como observa Marina Maluf, refere-se aos “creoulinhos” com “delicados diminutivos”: “creoulinhos”, “barrigudinhos”, que comiam em “gamelinhas”, “com as pontinhas dos dedos”... Floriza parece querer evidenciar que as crianças eram bem alimentadas, cuidadas e diz que elas “cresciam debaixo das vistas e cuidados” de sua mãe. Fato que leva Maluf a observar:

“Talvez para diluir, ainda que inconscientemente, a permanente e visível ameaça de violência - essência mesma da escravidão - e cuja representação estava na palmatória.”¹²

Voltando aos discursos parlamentares de José de Alencar, a forma como ele faz uso das expressões “opinião pública” ou “opinião” esclarece a apropriação que os letrados e políticos brasileiros fizeram de tais conceitos, dando-lhes diferentes interpretações, de acordo com as suas opções ideológicas.

Alencar não foi o único a usar e “abusar” dos conceitos “opinião”, “espírito público” e “opinião pública”, como se o adjetivo “público” transformasse uma mera opinião individual, ou grupal em consenso. Mais uma vez o singular-coletivo, encobridor da multiplicidade e das diferenças, é usado de forma ideológica.

Percebe-se que todas as vezes em que se recorria à expressão “opinião pública” era com a pretensão de dar às idéias defendidas um fundamento de respeitabilidade, escorado no público; como se “o público” fosse um juiz infalível, incorruptível, detentor de sabedoria

¹¹ BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1956, p.104.

¹² MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.241-2.



e razão. Influência de idéias revolucionárias (1789), dos socialistas utópicos, do marxismo?

Todavia, no caso particular do Senador José de Alencar, as referências à “opinião pública” identificam-na com as vozes que tinham condições de se fazer ouvir e que eram contrárias à Lei do Ventre, ou seja, a dos fazendeiros e de seus representantes.

Mona Ozouf cita, de um revolucionário anônimo, um texto no qual já se fazia a crítica da apropriação que todos faziam do conceito de opinião pública:

“Nous parler d'esprit public c'est s'obstiner à donner une dénomination commune aux opinions les plus hétérogènes. Ceux qui le composent de l'esprit de leus coterie feignent d'ignorer qu'ils sont entourés d'autres coterie qui se repaissent de chimères bien différentes et que, dans le même cercle, on change de système, de parti, de principes tous les mois, toutes les décades et souvent du soir au matin. Déjà le dictionnaire de la Révolution contient quelques mots qui sont tombés en désuétude...”¹³

A referência é à “vida frenética e efêmera” das idéias durante a Revolução Francesa; no entanto, a primeira parte da citação - acerca do “jogo de faz de conta” dos que compunham um grupo e fingiam ignorar que estavam cercados de outros grupos com sonhos ou interesses bem diferentes -, aplica-se aos autores com os quais trabalho.

Ozouf diz que somente na edição de 1798, do *Dicionário da Academia*, aparece a definição de “opinião pública”. Até então, os dicionários definiam “opinião” como conhecimento duvidoso:

“connaissance douteuse, probable, dans la dépendence de l'opposition platonicienne entre science et opinion”.

E “público” era o oposto de particular, e não de “privado”.¹⁴

Durante a Revolução, o público foi utilizado *“dans une acception de contestation de l'absolutisme”*. E lá, como no Brasil, o conceito contém uma função

“purement polémique, et ne charrierait aucune information, ne renverrait à aucune pratique politique ou culturelle.”¹⁵

A Maçonaria e as manumissões

Após a decretação da *Lei do Ventre Livre*, Joaquim Nabuco, desencantado com a distância que havia entre a realidade escravista e o que o Governo brasileiro propagava

¹³ OZOUF, Mona. Ob. cit., p. 21

¹⁴ Id. ib., p. 24

¹⁵ Id. ib., p. 22 e 26.



“ao mundo”, isto é, que “os escravos iam sendo gradualmente libertados em proporção considerável e que os filhos das escravas nasciam *completamente* livres”, escreveu:

“A mortalidade dos escravos é um detalhe que nunca aparece nessas estatísticas falsificadas, cuja idéia é que a mentira no exterior habilita o Governo a não fazer nada no país e deixar os escravos entregues à própria sorte. (...) O país, porém, conhece a questão toda, e sabe que depois da lei de 28 de setembro a vida dos escravos não mudou nada, senão na pequena porção dos que têm conseguido forrar-se esmolando pela sua liberdade.”¹⁶

Vê-se na crítica de Nabuco à hipocrisia do Governo, preocupado muito mais com a imagem perante “o mundo” (pode-se ler Europa e Estados Unidos), do que com a extinção do cativeiro, a constatação de que as manumissões, ainda que “honrosíssimas para o Brasil”, não estavam mudando a vida dos escravos, pois apenas alguns conseguiam a liberdade.

A manumissão ou processo de emancipação por iniciativa dos senhores foi incentivada pelos chamados “novos liberais”, maçons, republicanos e mesmo pelos que se diziam a favor da eliminação total da escravidão, mas que se conformavam à realidade política do país, atenta aos interesses dos proprietários.

E é dentro da perspectiva do estímulo à manumissão é que se coloca a linha editorial do *Correio Paulistano*, como testemunha a sua opção por noticiar, de forma laudatória, as libertações de escravos feitas pela iniciativa individual, principalmente aquelas que eram realizadas sem ônus para o libertado. Linha que se enquadra dentro dos princípios maçônicos de humanismo e filantropia.

Sendo os “fins supremos” da Maçonaria “a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade”, a subordinação a tais fins era fundamental para que um homem fosse aceito como “irmão”, no período abrangido por esta pesquisa. O maçom teria que aceitar, como norma para a sua vida, a “função filantrópica, filosófica, educativa e progressista” da entidade.

Em obediência a tais princípios, a *Loja Perseverança III*, de Sorocaba, entre os seus objetivos, estabeleceu como prioritários: a manumissão e o combate à ignorância. Para atender o primeiro, criou uma Caixa de Emancipação para a libertação de crianças do sexo feminino; para atender o segundo, fundou um Gabinete de Leitura, um Clube Literário e a Escola Popular.

As meninas libertadas, de 2 a 5 anos de idade, ficavam “sob a proteção da oficina”. Como havia o hábito de se comemorar festivamente as libertações ou outras cerimônias

¹⁶ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988, p.93 e 94.



maçônicas, a loja proibiu que em tais ocasiões houvesse festas, banquetes, copos d'água, e pedia “aos recipiendários para converter as quantias que despenderiam com isso em donativos à Caixa de Emancipação”.¹⁷

Rui Barbosa apresentou, em nome de sua oficina *Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos*, um projeto de abolição para ser transformado em lei geral para toda a Maçonaria. Uma das primeiras lojas a adotá-lo foi a *Loja América*, freqüentada por Rui, quando estudante em São Paulo. O projeto estabelecia como prioridades “a educação popular” e a luta pela emancipação. Um de seus itens condicionava a obtenção do título de maçom à emancipação de todas as crianças do sexo feminino que o pretendente tivesse ou que viessem a nascer de suas escravas.¹⁸

Ubaldo do Amaral propôs que fossem admitidos escravos na *Escola Popular*, da *Loja Perseverança III*, de Sorocaba, desde que apresentassem “licença por escrito dos senhores”. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Aleixo Irmão relata casos de crianças que foram libertadas, com e sem ônus para a oficina, assim como o engajamento dessa loja na luta pela emancipação. Esse autor atribui à influência do *Clube Emancipador*, da *Loja Perseverança III* o fato de, em 1887, não existirem mais escravos em Sorocaba.¹⁹

Na Escola do Povo, da *Loja América*, a freqüência de escravos aos cursos de primeiras letras estava também condicionada à autorização dos senhores.

Em um país em que a propriedade privada é sacralizada pela Constituição, apesar desta ter se omitido quanto à propriedade sobre o escravo, era necessária a aquiescência do senhor para que o escravo se locomovesse para qualquer lugar, fora da casa a que estava vinculado. Ele era a “coisa” do seu senhor; este tinha a seu favor, para se proteger contra as fugas, crimes e desobediências de seus escravos, a polícia, os juízes e até o exército e a armada, se preciso fosse, de “uma nação livre, filha da Revolução e dos Direitos do Homem”, como se expressou Joaquim Nabuco.

Esse autor chamou a omissão constitucional quanto à escravidão de “ficção engenhosa”. Não falar na escravidão, equivalia a caracterizá-la como transitória, necessária naquele

¹⁷ ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba*. S/local.: ed. pr., 1969, p.43-5.

¹⁸ Id. ib., p. 48-9.

¹⁹ Id. ib., p.350.



momento da economia do país, mas que seria abolida tão logo fosse possível substituí-la por trabalhadores livres:

“A verdade é que ofende a susceptibilidade nacional o confessar que somos - e não o sermos - um país de escravos, e por isso não se tem tratado de regular a condição destes.”²⁰

Voltando à Maçonaria: na década de 1880, havia ainda alguns negociantes, “já conhecidos”, que praticavam o “negócio infame”, que era a venda de escravos. A cena de uma dessas transações deixou José Maximiano Pereira Bueno “fremente de indignação”. Maximiano, “horrorizado” com o que viu, jurou, ali mesmo, que libertaria os dois jovens que vira serem examinados, como se “cavalos fossem”, e vendidos.

José Maximiano procurou a casa de um negociante, Bento Quirino, onde se reunia o “grupo dos libertadores”:

“Ali encontrei, na ocasião, José Paulino, que depois ficou sócio, e Augusto César, que era guarda-livros. E com o Augusto e o Maximiano, fui para uma loja maçônica, onde se organizavam os planos de tirada de negros e de levante de escravos...”

Esclarece Pelágio A. Lobo: as lojas maçônicas acolhiam moços, que mesmo não seguindo os seus ritos, “se dispusessem a trabalhar pela emancipação da escravatura”.

Foi o caso de José Maximiano Bueno que

“se aproveitou da Loja *Independência* para a libertação de escravos, mas não acompanhava aqueles ritos complicados, troçando mesmo, com os companheiros, por causa da pomposa nomenclatura”.

Das lojas maçônicas *Liberdade e Ordem* ou *Independência*, fizeram parte Bento Quirino, Augusto César e Maximiano de Camargo, das quais foram veneráveis, grau 33”. O comerciante Bento Quirino deixou um legado de 10 contos de réis para a escola pública gratuita e o curso noturno mantidos pela Loja.²¹

Vê-se, neste relato, itens que aparecem nas informações que se tem a respeito das sociedades abolicionistas e da Maçonaria: a condição predominantemente urbana dos libertadores, o papel que os homens ligados ao comércio - proprietários de lojas e caixeiros - tiveram na Abolição e o empenho da Maçonaria em realizar a libertação dos cativos, ainda que engajada no processo das manumissões.

²⁰ Ob. cit., p.97. Explicando a omissão constitucional quanto ao tema Escravidão, escreve Joaquim Nabuco: “Era preciso que a Constituição não contivesse uma só palavra que sancionasse a escravidão. Qualquer expressão que o fizesse incluiria naquele código de liberdades a seguinte restrição: ‘Além dos cidadãos a quem são garantidos esses direitos, e dos estrangeiros a quem serão tornados extensivos, há no país uma classe sem direito algum: a dos escravos’”. p.96

²¹ LOBO, Pelágio A. Ob. cit., p.48-9.



Lojas de adoção

Em 6 de abril de 1870, o Editorial do *Correio Paulistano* registra a fundação da *Sociedade de Emancipação*, no Rio de Janeiro:

“Esta nobilíssima Associação, que generalizada, muito pode concorrer para dar vida ao espírito da mulher entre nós, abrindo-lhe as portas da caridade social, nasceu e tomou vulto à sombra da Maçonaria, pois foi numa oficina maçônica e sob a inspiração dos beneméritos filhos daquela congregação que as primeiras associadas foram congregadas”.

Na cidade de São Paulo, uma loja maçônica estava incentivando a criação de uma *Sociedade Emancipacionista Feminina*, a exemplo da que fora fundada no Rio de Janeiro e criara comissões para fazer os convites às paulistas. Repetiriam estas o propósito das fluminenses? O editorialista acreditava que o exemplo encontraria em São Paulo “acolhimento completo e inteiro”, fato que seria

“digno do coração feminino e do grandioso fito que se leva em vista”.

Relatava-se, em detalhes, a cerimônia no *Vale dos Beneditinos*, quando foram empossadas “as luzes ultimamente eleitas”, estando presentes mais de “120 senhoras”. Foram libertadas, às expensas da loja, 20 crianças do sexo feminino. As senhoras presentes foram convidadas pelo Grão Mestre, Dr. Joaquim Saldanha Marinho, a constituir uma sociedade emancipadora, “convite prontamente aceito por mais de oitenta”.

Concluía o Editorial:

“Pondo a mira em tão elevada empresa, e tendo na vanguarda uma associação de senhoras, a exemplo da Inglaterra e Estados Unidos, a Maçonaria brasileira responde categoricamente ao ultramontanismo, que do alto da cadeira pontifícia julgou poder fulminá-la. Com toda a abundância do coração nos congratulamos com o país, por tão dignos esforços em prol da mais sublime obra da Civilização e do século”.

As paulistas “repetiram o propósito das fluminenses”: em 8 de abril, informava-se que a Loja *América* tivera a “bela iniciativa” de criar a Comissão organizadora de uma loja emancipacionista formada por mulheres:

“A contar com o entusiasmo com que elas vêm abraçando a causa, muito em breve estará formada a associação. De nossa parte estamos certos de que as paulistas saberão honrar as velhas e sempre nobres tradições da Província.” (Noticiário. C. P.)

Em 10 de abril, veicula-se a notícia: “Redentora de crianças escravas”. Nesta, frisa-se o sucesso da Comissão da Loja *América*, pois já era grande o número de senhoras que haviam aderido ao projeto. Dizia a nota:



“Esta generosa elevação do sentimento com que sabem as senhoras de São Paulo honrar a si mesmas, honrando a Província e o século, é tanto mais digna de nota, quanto é certo que entre nós é ainda embrionário e cercado de mil peias o espírito público, principalmente no que respeita à mulher, que não conhece ainda a parte que lhe cabe e deve tomar na vida social. Há nesse fato que se prepara dois grandes resultados: o benefício prestado ao pensamento da emancipação, e ainda a libertação das próprias libertadoras do viver estreito e acanhado, tal como lhe foi imposto pelos moldes dos tempos coloniais”.

Dois dias depois, em Editorial intitulado “Às Senhoras”, a mulher era enaltecida a partir de uma comparação entre a “perdição” causada por Eva à humanidade e a posterior “salvação” desta por Maria.

Inicialmente, o articulista pediu desculpas às paulistas, por estar escrevendo “um artigo que rescendia à política”, fatigando os “cílios de seda” das senhoras. Adotando a persuasão sedutora, enaltecendo as qualidades femininas tradicionais e fazendo uso ora do singular mulher, ora do plural, faz observações a respeito das mudanças que estavam acontecendo na situação da brasileira, que deixara de ser:

“O ente esquecido no fundo sombrio de uma alcova; não é a condenada, curvando-se ao peso de uma terrível e misteriosa maldição pela ignorância a que era votada, negando-se-lhe até o conhecimento do alfabeto; não é a máquina de trabalho rasgando as carnes de suas mãos de cetim e rosa ao duro labor de escravas, entre as quais era a primeira”.

“A mulher” tornara-se rainha de um “império”, o lar doméstico,

“que ela enche de perfumes e de flores; sua roca e fuso transformaram-se em cetro, seu escabelo é um trono, seu esposo - o antigo tirano - um vassalo pelo amor suave e delicado que lhe inspira”.

Após a conquista do “cetro da família”, a mulher teria que começar a participar “nos negócios da República”, sair de seu exílio, quebrando “com as suas mãos delicadas, mas poderosas, as conchas em que tem sido escrito seu ostracismo civil”. Aquele era o momento, quando se erguiam de “todos os ângulos do Império” vozes que bradavam pela “emancipação legítima dos escravos”.

Volta ao exemplo das mulheres fluminenses que, com a sua “sublime idéia”, já haviam libertado meninas escravas; chama-as de “cristãs”, “patriotas”, “mulheres” e “mães”: “cristãs”, porque tendo o Evangelho em uma das mãos, com a outra “sacodem palmas, fragrantes da liberdade; “patriotas”, porque estavam contribuindo para curar a “pústula” que aviltava o Brasil, “aos olhos do mundo civilizado”; “mulheres”, porque assim trabalhavam para a dignificação do seu sexo, dirigindo-se às escravas, esquecidas de distinções de cores e de “categorias sociais”; “mães”, porque sabendo “tudo que há de venerando e sagrado na maternidade”, queriam a “liberdade do ventre”.



Pede às paulistas que acolham com benignidade a comissão que vai bater à porta” de seus lares, implorando “auxílios e esforços”.

Fala do “livrinho de Mme. Stowe”, *A Cabana do Pai Thomás*, que “desenrolou aos olhos do mundo o sudário dos horrores da escravidão”, e que foi “a nota mais aguda e vibrante”, entre as que “fulminavam este vestígio de barbarismo”. As mulheres, como

“disse judiciosamente o *Jornal dos Debates*, na França, quando querem, são os mais formidáveis revolucionários: ninguém como elas para achar o caminho dos corações e o segredo das paixões”.

As mulheres possuem “o dom da adivinhação magnética” e a “varinha de condão que abre o misterioso reservatório de lágrimas. É por meio de tais talentos que elas são os mais irresistíveis instrumentos da “Propaganda”. Para tanto, bastava que elas vencessem “a natural timidez” e pusessem

“de lado a intempestiva modéstia. Se querer é poder - poder e não querer será um crime. Não, senhoras, em vez da nódoa do crime esperam-vos as lágrimas das mães agradecidas”. (12.4.1870).

O texto, feito com o objetivo de aliciar as mulheres para a causa da emancipação, chamando-as para participar dos assuntos “da república”, ou seja, acenando-lhes com a possibilidade da ocupação de, pelo menos, um pequeno território nas fimbrias do espaço público, enfatizava como atributos necessários para a participação feminina bem sucedida as características tradicionalmente atribuídas “à natureza feminina”: o conhecimento “do caminho do coração e das paixões”, a utilização das lágrimas e o dom da adivinhação seriam as armas “revolucionárias” que “a mulher” deveria usar na “Propaganda da libertação do ventre”.

Portanto, no convite para a participação “nos negócios da República”, eram exaltadas como “armas” femininas as características tradicionais da “natureza da mulher”: o sentimentalismo, a amorosidade, a solidariedade, o altruísmo. O físico descrito - a pele clara, a delicadeza das mãos, os “cílios de seda”, que apontam para a fragilidade, o diáfano, o etéreo -, era o invólucro ideal para uma “alma sensível”.

Uma carta de Castro Alves às senhoras baianas”, transcrita do jornal *O Abolicionista*, da Bahia, segue o mesmo jargão. Nela, o poeta escolhe dirigir-se às mulheres,

“e não a banqueiros, ou milionários, ricos ou poderosos. Não! Há um instinto e um pudor nesse pedido. O pudor diz: a esmola de uma moça não humilha; O instinto diz: o coração de uma virgem não faz economias”.

A caridade, diz o poeta, é a “síntese da religião”, encarnada “no coração da mulher-*charitas*”; e ele espera que “as senhoras e as donzelas” baianas a pratiquem.

O poeta afirma que as conquistas dos homens foram “no terreno da liberdade de pensamento” e as das mulheres “foram no terreno do amor”. Caridade e amor são a missão das mulheres.

Enfatizando o aspecto emocional, como um traço essencial da mulher, ele reconhece o direito dela de protestar contra a escravidão, protesto nascido do amor pela humanidade, amor que lhe daria, no futuro, o direito “de votar”, pois

“a América, terra de todos os sonhos de liberdades, de toda a extinção de preconceitos, de toda conquista moral, há de realizar a emancipação da mulher.”

As mulheres chegando ao político pelo amor, escolhendo caminhos pelo amor, não através do pensamento.

Terminando o artigo, Castro Alves dirige-se “às virgens” e pede-lhes que “estendam as mãos alvíssimas e que carreguem para o céu dos livres essas criancinhas agoniadas”. Convida-as ainda a tirar a palheta da gaveta e a bordar “lindas prendas que tão facilmente saem das delicadas e femininas mãos:

“Em vossas mãos, flores vão se transformando em ouro pela remissão dos cativos”.
24-6-2871, p. 1).

Castro Alves, que estudara na Faculdade de Direito de São Paulo, participou da efervescência liberal acadêmica. O liberalismo foi um traço predominante “nas arcadas”.²² Alguns liberais acadêmicos queriam que suas reivindicações atingissem também as mulheres, desejo que expunham em uma linguagem entre séria e “brincalhona”.

Um exemplo é o Folhetim, publicado no jornal acadêmico, *A Academia de São Paulo*, de 2 de abril de 1876. O autor, anônimo, depois de tecer líricas considerações sobre o sol, a natureza, diz que os “positivos” do século estão querendo alijar, exterminar o “amor lírico, o amor pessoal” e substituí-lo pelo amor universal. O que restaria às mulheres, se o amor romântico é a especialidade delas? Assim, “os cavalheiros, que clamam por justiça, direito e liberdade”, estariam, cada vez mais, restringindo “a justiça, a liberdade e o direito da mulher”. Se estão esvaziando o lirismo e substituindo-o pelo positivismo, que dêem o direito às mulheres

“de votar e de ser votadas, de ir à câmara, de discutir, de escrever em jornais, de preparar orçamentos e de vencer ordenados”.

²² Sobre o liberalismo e as idéias abolicionistas e republicanas dos acadêmicos, ver: SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. *Os bacharéis na política e a política dos bacharéis*. São Paulo (Doutorado). Faculdade de Letras e C. Humanas, Universidade de São Paulo, 1983.



A organização e desenvolvimento da loja de adoção ligada à *Loja América* vai, durante o ano de 1870, sendo acompanhada pelo jornal, assim como as iniciativas de se criarem associações em outras cidades.

Em Itaborahi, fazenda do Engenho Velho, em uma festa de casamento, presentes muitas senhoras, D. Josefina Barbosa de Carvalho Nogueira propôs a criação de uma Sociedade Emancipadora, formada só de mulheres. A sugestão foi bem acolhida, a Sociedade instalou-se no dia seguinte e Josephina foi eleita presidente. Finalidade: libertar crianças do sexo feminino de dois anos para cima. As associadas ficavam obrigadas a colaborar com uma importância mensal para a caixa destinada à compra de alforrias. No ato da eleição, muitas das sócias exibiram contribuições que cobriam “até um ano”. A Associação já contava com 48 sócias. O sr. José Ferreira libertou uma “cria”, filha de uma escrava sua, e comunicou à Associação que todos os filhos de escravos seriam libertados, “sem remuneração”. (Noticiário, 1.6.1870, p.1).

Em “Conquistas da *Redentora*”, no Noticiário, o redator informa que “a idéia de emancipação conquista terreno em toda a Província; enquanto o governo reflete, o povo caminha”. As senhoras Baronesa de Tremembé, D. Quitéria Lopes Moreira, D. Balbina Ramos da Silva enviaram à Associação cartas de alforria beneficiando meninas. A Baronesa de Tremembé informava que se encarregaria da educação de uma liberta.

As associadas promoviam um concerto beneficente. (23.8.1870, p. 1)

José Victorino da Silva Azevedo dedica “às exmas. senhoras que fazem parte da humanitária *Associação Redentora*” a poesia intitulada “Salve”. (24.8.1870, p.2)

Na mesma data, o Conselho Diretor provisório da *Sociedade Redentora* convida as sócias para uma reunião, quando seria discutido o Projeto dos Estatutos. A nota era assinada pela secretária Luíza E. da Conceição Azevedo Marques, da família Azevedo Marques.

Em 2 de junho de 1870, o Noticiário informa que nos EUA, o Congresso destina uma verba para a educação “dos libertos”. Poder-se-ia esperar o mesmo do Governo do Brasil?

Em 25 de agosto na seção A pedido, a *Redentora* agradece aos senhores amadores e artistas que contribuíram para o concerto e a todos que, de uma forma ou de outra,



trabalharam pelo sucesso do evento. A nota era assinada por Ana Benvinda Bueno de Andrada, presidente; Luíza Emília da Conceição de Azevedo Marques, secretária; e Maria das Dores Gomes, tesoureira.

O *Indicador de São Paulo*, para 1878, informa sobre a existência da Loja de Adoção *Sete de Setembro* “para senhoras”. Na direção da loja: Grã Mestra: a Sra. D. Francisca Carolina de Carvalho, rua Boa Morte, 35; Inspetora: D. Carlota da Rocha Lima, rua dos Bambus; Depositária: D. Mariana de Carmo Andrade, Largo de São Gonçalo; Oradora: D. Constantina A. de Oliveira Campos, Lgº do Palácio, 8; Secretária: D. Guilhermina de Oliveira Campos, Lgº do Palácio, 8.²³

A preocupação do jornal em desestimular atitudes que tivessem semelhança com as atitudes das mulheres “subjugadas” ao controle do Vaticano, aparece em “Intento Caridoso”. O redator posiciona-se contra a idéia de que as “senhoras redemptoras” esmolem para a libertação dos escravos; a idéia pode ser até “digna de admiração” para alguns, mas não se “louva”. Relata o que vem acontecendo na Europa e aconteceu na Corte, onde “senhoras irmãs da venerável *Congregação de Santa Teresa de Jesus*” saíram esmolando pelas ruas, em benefício dos ultramontanos, que, “ardilosamente, exploram todos os meios sociais” para conseguir o seu intento: aproximar-se das famílias das irmãs congregadas, dominando “o seu ânimo e quiçá a bolsa”.

As “senhoras redentoras” não devem seguir o exemplo “da caridade noticiada”, mas se dedicarem “à caridade pela caridade”. A atitude das senhoras européias e fluminenses, que fazem da caridade

“um capítulo de moda, em proveito de seus diretores espirituais, é um triste exemplo que não deve ser seguido pelas redentoras”. (2.9.1870, p.1).

Integraram a Diretoria eleita da Redentora: presidente a Sra. D. Viridiana Valéria da Silva Prado; vice-presidente, Alda Buys de Melo; Luíza Emília da Conceição Azevedo Marques, secretária; Maria das Dores Gomes, tesoureira.

A presidente da Diretoria provisória, que entregava o cargo à D. Viridiana Prado, prestou contas de sua administração provisória, enfatizando que o fim da Sociedade era “fazer desaparecer do solo pátrio a árvore funesta da escravidão, sem abalo social”.

²³MARQUES, Abílio A. S. *Indicador de São Paulo, Administrativo, Judicial, Industrial, Profissional e Comercial para 1878*. São Paulo: Conv. Imesp/Daesp, 1983, p. 148 (Ed. fac-similar).



E informou qual fora a arrecadação da Sociedade, em seus quatro meses de existência, e que o total de crianças libertadas, até aquele momento, fora de doze.

A nota terminava com um elogio à tarefa das redentoras, que fora “árdua”, e com um pedido para que não desanimassem na “pugna” que travavam contra “preconceitos largamente arraigados”, pois a atuação delas resultaria em benefícios para a “educação da família e do país”. (C. P., 29.II.1870, p.I)

A expressão “preconceitos largamente arraigados” seria uma referência à oposição que a Loja de Adoção deveria estar enfrentando, principalmente da Igreja ultramontana.

Em 11 de janeiro de 1871 é eleita outra diretoria para a Redentora, sob a presidência de D. Marcelina Lopes Chaves de Melo, sem explicar o motivo da renúncia da anterior, que administrara apenas por dois meses.

Outras notícias da *Redentora*: 9 de julho de 1871, Noticiário: é convocada uma reunião da Diretoria na casa do Sr. Américo Brasiliense.

11 de julho de 1871: A *Redentora* já tem, em Caixa, 620\$000 réis. A presidente, Marcelina Lopes Chaves de Melo, também libertou um pequeno escravo. Atendeu-se à proposta de libertação de um menino de 10 anos, por 620\$000 réis, comprometendo-se o ex-senhor a educar o menino até os 21 anos. Fica a dúvida: a *Redentora* teria condições de fiscalizar se o garoto libertado, por uma importância tão alta, seria mesmo educado?

O elogio a um padre que fundara uma escola gratuita para ensinar escravos, desde que “autorizados pelos seus senhores”, abre a oportunidade para o jornal criticar a omissão do clero na questão da emancipação, “por não querer intrometer-se em assuntos de propriedade alheia”. Outro argumento, considerado absurdo, utilizado por civis e padres é o que dizia ser uma “loucura libertar os escravos ignorantes, pois eles não saberão utilizar-se de sua liberdade”. (3.8.1871, p. I)

As notícias de mulheres que libertaram escravos aparecem com frequência na década de 1870, no Noticiário Geral, como estímulo à imitação:

D. Maria Cordeiro, fazendeira de Porto Feliz deliberou alforriar “a todos os crioulos nascidos em sua casa de agora em diante. Já são três na pia batismal. (C. P., “Louvável abnegação”. 28.7.1866).



D. Maria Flora da Costa Ferreira, no dia de seu aniversário, deu carta de liberdade à sua escrava Magdalena. Outra senhora da Capital, “que não deseja declarar seu nome, libertou dois escravos. (12.1.1870).

D. Maria d’Assumpção Braga, em testamento, deixou legados e esmolas a vinte viúvas pobres e para três libertas. (12.5.1870).

Em Santa Rita do Rio Baixo, do termo de São José d’El Rei, D. Ana Marcelina de Almeida deixou um testamento libertando todos os seus escravos, em número de nove. (2.7.1870).

D. Faustina Maria de Gouvêa, de S. Luiz do Maranhão, libertou seus 22 escravos, antes de morrer. (20.8.1870).

D. Ana Maria das Neves, de Iguape, concedeu liberdade a suas escravas Rita, Benedita, Maria e Luíza com a condição de que permanecessem e sua companhia”. (25.8.1870).

A Sra. D. Maria Felicidade Teixeira, esposa do sr. capitão Francisco Teixeira Alves, residente no município de Mar de Espanha, Minas Gerais,

“por ocasião de seu aniversário, e a pedido de seus filhos, concedeu liberdade à sua escrava Magdalena; quando seu neto Mário foi batizado libertou duas crioulinhas, também e, a pedido de uma sua filha, concedeu liberdade a uma crioulinha Maria, de 9 anos de idade”. (Correio da Corte.5.3.1871.)

A senhora “do finado Barão de São João do Rio Claro concedeu liberdade aos 23 escravos, que o marido havia libertado sob a condição deles servirem por mais três anos”. A nota elogia a atitude da Baronesa. (27.5.1874).

Uma nota a respeito da libertação de “uma escrava loira, de bonitas feições, branca, que viajava em um barco no Sul do país”, foi redigida de forma a parecer que os envolvidos, e também o redator da nota, consideravam absurda a escravidão de uma pessoa de cor branca. Informava-se que fora feita uma lista entre os passageiros para a libertação da “linda escrava”, fato que foi comemorado com festa. (“Ato Filantrópico”. Noticiário Geral, 21.8.1874).

A notícia sobre a libertação de uma escrava Luciana, pela exma. Sra. D. Francisca de Mascarenhas Martins, de Sorocoba, como forma de festejar o casamento de duas netas e um sobrinho, tem a forma tácita de estímulo à imitação; concisa, faz recair sobre a atitude da benemérita toda a atenção dos leitores. Frisa o redator que “a extensão da generosidade” de D. Francisca, dispensava maiores comentários:



“não se podia provar melhor o seu regozijo, tanto mais sabendo-se que esta senhora é pobre; por isso mesmo não nos lembramos de comentar o seu ato, publicamo-lo apenas para que encontre imitadores”. (12.2.1875).

Em 16 de março de 1876, D. Maria Alves de Paiva, de Ubatuba, octogenária, acabara de conceder liberdade a vinte escravos, com a condição “deles a servirem até à sua morte”; a octogenária doou o “restante de sua fortuna aos menos afortunados”.

D. Maria Jacinta da Silva, viúva, libertou, “sem condição alguma”, seis escravos. Foi elogiada pelo redator. (30.12.1877).

D. Maria Isabel da Silva conseguiu que o seu pai libertasse a “sua ama de leite, durante o Natal. O fato foi comemorado com “grande jantar oferecido à escravatura”. (idem).

D. Brandina de Souza Aranha, de Campinas, concedeu liberdade à sua escrava, “também sem ônus algum”.(7.6.1876, p.2.)

Cândida Maria Ferraz de Barros, da mesma cidade, libertou Henriqueta e Feliciano, “sem ônus algum” para as libertadas.(7. e 13.6.1876).

“As Sras. D. Ana Rosa de Mascarenhas Martins e D. Etelvina Augusta de Carvalho, de Sorocaba, libertaram Auristela e Justina, por ocasião do inventário a que procederam nos bens deixados pela finada D. Anna de Almeida Mascarenhas”. (3.9.1876).

Em 1 de março de 1877, sob o título “Libertação de escravas”, informava-se: “mulher liberta escrava de 7 anos, de cor branca”. (grifo meu).

Em 24 de abril de 1877, a notícia de que duas senhoras libertaram suas escravas: uma de 39 anos, solteira e boa para o trabalho; e a outra de 7 anos de idade.

A Sra. Anna Maria de Seixas, de Lorena, concedeu liberdade a um escravo “mediante depósito de 250 mil réis, feito pelo próprio. A atitude foi “exaltada por todos”. (18.5.1877, p.3).

Como não são esclarecidas as condições físicas e a idade do escravo, não se pode saber se o preço foi justo ou apenas simbólico. E se a alforria negociada não teria sido uma forma de se livrar de um escravo velho e doente. Em 1875, o preço médio de um escravo do sexo masculino era de 2:000\$000. Esse preço, de 1850 a 1880, elevou-se de 659 a 2:000\$300. Preço alto, que aliado à manutenção e danos provenientes de doença ou morte de um cativo e aos impostos crescentes sobre a posse do escravo, ia transformando a escravidão em um negócio de risco:



“Foram criados impostos crescentes sobre todos os escravos averbados na Província de São Paulo, tributos que variaram de 200\$000 por cabeça, em 1871, a 500\$000 em 1874 e 2000\$000 em 1881. O problema da falta de braços para a florescente cafeicultura paulista era uma realidade, e a taxaço sobre a mão-de-obra escrava pode ser vista sob dois ângulos. Ao mesmo tempo que advertia para a necessidade de uma colonizaço cada vez mais eficiente, aumentava o imposto que Zélia Cardoso de Mello qualificou como ‘antes oneroso do que proibitivo’ para o agricultor”.

D. Josefina de Mello e Azevedo Marques libertou e doou aos escravos Bernardino, Martha, Virgínia e Cezária a parte que lhe cabia de herança pela morte de sua mãe, D. Possidônia,

“por reconhecimento da dedicaço que demonstraram à mãe, quando ainda vivia”. (16.6.1878).

Em 12 de outubro de 1878, nota sobre mulher que libertou um casal de escravos e seus três filhos, com a condiço de prestaço de serviços por algum tempo ainda.

A finada Sra. D. Anna Eufrosina de Almeida Nogueira, de Campinas, morreu e “deixou alforriados suas escravas Ignez, Maria, Luiza, Vicência e seu escravo Manoel, sendo Ignez contemplada com a quantia de dois contos de réis”. (2.4.1878)

A Sra. D. Ana Carolina dos Santos Cruz “libertou a preta Bárbara, que foi outrora escrava de sua casa pagando ao Sr. Joaquim Roberto Alves parte do valor da escrava, não se importando o Sr. Roberto Alves de concorrer com a outra parte”. (11.7.1880).

Em 30 de outubro de 1879, D. Maria Brandina de Souza Aranha libertou outra escrava, Narcisa, “sem ônus algum”.

D. Anna Tereza da Conceiço, “da sociedade de Queluz, passou a carta de liberdade às suas escravas Eva, de 32 anos, Benedita, de 13 anos e Maria, de 10 anos”. 21. 10.1880).

Como se vê, a participaço das mulheres no movimento de emancipaço corresponde às expectativas em relaço às atitudes femininas, incentivadas pelos “novos-liberais”. Praticaram libertaçoes de escravos, nem sempre impulsionadas por uma total falta de ambiço,²⁵ ou movidas por convicçoes políticas. A filantropia, apanágio do sexo, era a

²⁴ MALUF, Marina. *Ruidos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.160-1. Os dados sobre os preços, a autora os extraiu da obra de Warren Dean: *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*.

²⁵ Analisando peças teatrais do século XIX, pude perceber que as personagens femininas ideais demonstravam desprendimento em relaço a dinheiro e coisas materiais. O apego ao dinheiro aparece em personagens femininas que são modelos negativos de comportamento. *A mulher em cena* (cit.) p.134-6.



força motriz da maioria das libertações, algumas “sem ônus” para os libertados, outras, sob condições, como se viu.

Da forma que o jornal apoiou as manumissões, fica evidente que as mesmas estavam subordinadas ao reconhecimento do direito de propriedade e à preocupação para que se fizesse caminhar a emancipação através de uma senda que não oferecesse o perigo do “abalo social”.

Pelo *Boletim Estatístico* que fez o censo da Cidade de São Paulo em 1887, vê-se que houve uma sensível diminuição do número de escravos, nas quatro freguesias urbanas da cidade, em relação a 1872 (Capítulo I). Diminuição que não foi produto apenas do humanitarismo, mas também da pressão internacional, dos altos preços dos escravos, das revoltas destes, da organização dos abolicionistas, do incentivo à imigração, entre outros fatores.

O mundo pretensamente solidário das alforrias concedidas sem ônus²⁶ harmoniza-se com a notícia da dedicação de um escravo, que pondo a própria vida em perigo, enfrenta o mar, em um temporal, para salvar a sua senhora e o filho dela. A notícia diz que o barco afundou, quase à entrada do porto: “morrem todos, menos uma senhora, seu filho e o escravo da mesma”; este,

“vendo o iminente desfecho, toma aos ombros a sua senhora e seu filho, lança-se ao mar e tenta salvá-los a todo custo, mas ainda estava distante do porto e já extenuado ia se rendendo, quando a mulher lhe disse: ‘Amigo, não te percas inutilmente por me salvar: cuida em livrar meu filho, e diz-lhe que eu morri por seu amor’; dizendo isto soltou-se do escravo, que aliviado do maior peso conseguiu chegar à terra com o menino”. (“A ternura maternal”. *Noticiário Geral*. (C. P., 16.3.1876,p.2).

Há contradição na nota: o redator diz que “o barco afundou quase na entrada do porto” e logo depois afirma que o escravo não conseguiu salvar também “a senhora” porque estavam “distantes do porto”.

A “ternura” inerente à condição da maternidade, base do fundamento ideológico que valorizava a mãe, não deixou a mulher se esquecer de recomendar ao escravo que dissesse ao filho que se sacrificara por ele, morrendo para que fosse salvo.

²⁶ Em seu bonito e documentado trabalho sobre a escravidão, Kátia de Queirós Mattoso analisa cartas de alforria, quando compradas pelos escravos, ou seus parentes, e quando doadas. A autora chama a atenção para o fato de que, em várias dessas alforrias concedidas, a referência ao “tanto tempo”, ou muito tempo, como foi o caso de Luís, negro de Angola, libertado em 1813, “após 50 anos de fiéis serviços”, aponta para uma idade avançada dos contemplados. Difilmente, aparece a menção de que o escravo velho libertado, se quiser, pode continuar morando com o antigo senhor, que zelará para que nada “lhe falte na velhice”. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.195-6.



O abnegado escravo não foi objeto de admiração ou de elogios por parte da redação. Provavelmente, era o que se esperava de um escravo: sacrificar a vida, se preciso fosse, para salvar a de seu senhor, quando este era bondoso. Dedicção, humildade, obediência e gratidão eram as atitudes que senhores ou ex-senhores esperavam de seus escravos ou ex-escravos.

Fernando Pompêo de Camargo, filho de Antônio Carlos Pompêo de Camargo (1891-1982), fala do quanto foi considerado por seu avô, Dario Pompêo de Camargo, um ex-escravo de nome Luís Pajem. Fernando ouviu de seu pai os relatos a respeito da relação de “estreita amizade” entre o “Vovê Dario” e o seu pajem, Luís.

Quando Dario Pompêo de Camargo vendeu a Fazenda dos Alpes, na década de 1890, devido a problemas financeiros, levou junto com a família, que mudou para Campinas, apenas Luís Theófilo Pompêo, ou Luís Pajem:

“Muito tempo depois, combinaram de Luís ir trabalhar com Tio Fernão na Fazenda Santa Lúcia, em São Carlos. Alguns anos depois, Luís, sentindo-se doente, disse a Tio Fernão: ‘Seu Fernão, tô me sentindo muito mal e quero ir pra Campinas pra morrê com meus branco’. Tio Fernão pagou-lhe o ordenado e Luís foi para a estação ferroviária, levando a sua mala. Primo Floriano, que o acompanhara, contou o seguinte: quando Luís comprou a passagem, viu que o trem já se aproximava e um cachorro estava na linha, comendo algo. Ele, que amava os animais, fez um gesto vigoroso com os dois braços e gritou: ‘sai!’ Neste momento teve um ataque fulminante do coração. Foi o amor a um cachorro desconhecido que lhe tirou a vida sem ver os ‘seus branco’, de quem ele tanto gostava”.

A dedicação de Luís Pajem ao seu ex-senhor, Dario, é enfatizada por Fernando:

“Mesmo depois de libertado pela Lei Área, Luís quis ficar com o Dario, podendo ainda conseguir trabalho, pois era moço”.

Como a “tia” da fazenda onde Ina Von Binzer foi professora, como se verá adiante, e que poderia ter comprado a sua liberdade, mas preferiu ficar morando com os seus proprietários, pois “tinha boa vida e gostava das crianças”.

Pessoas como Luís e “a tia” citada por Von Binzer não saberiam como viver longe do espaço e da proximidade das pessoas com as quais conviveram durante toda as suas vidas, mesmo que em condições de subordinação.

Mas na visão de Fernando Pompêo de Camargo e de seus antepassados, o que prendeu Luís junto a Dario foi uma grande afeição, não o temor do desconhecido.

Luís Pajem ou Luís Pompêo era filho de Theophilo Caimby e Amélia Pompêo do Amaral e recebeu, após a morte de seu pai, juntamente com os irmãos, uma pequena herança. A Luís Pajem coube a importância de 478\$000, sendo que uma parte desta,



78\$000, era em “dívida ativa”. Como consta do inventário de Theóphilo, anteriormente chamado de Theóphilo Mina, realizado a pedido de seus herdeiros, em 1890 - “muito tempo depois” do falecimento de Theóphilo e Amélia Pompeu do Amaral, sua mulher -, o casal deixou para os filhos uma casa, no valor de 800\$000 e dívidas ativas no valor de 1:791\$000.²⁷

Luís, na certidão de matrícula feita pelo coletor de Rendas Públicas, a pedido de Dario Pompeo de Camargo, em 1872, era assim descrito: sexo masculino, cor preta, idade - treze anos, estado- solteiro e pertencente a Dario Pompêo de Camargo.

Segundo um *Termo de Declaração* anexado ao inventário de Teresa Michelina, Luís, que pertencia a esta, foi doado a seu neto Dario, anos antes da morte da inventariada. Fernando relata ainda que a mãe de Dario, Antônia Amália (escrevi sobre ela no Capítulo 4), “não podendo mais amamentá-lo, encarregou disso a mãe de Luís Pajem:

“Dario e Luís brincavam quando crianças e Luís nunca mais deixou a família. Contava Dario que Luís domava cavalo sem bater, nem de leve. Trazia um embornal cheio de milho e ia dando conforme a reação correta do cavalo. Certo dia, Dario comprou dois cavalos, Bigode e Mustache, tidos como indomáveis. Eles já haviam passado por vários fazendeiros, sem sucesso. Dario comprou-os e os entregou ao Luís. Dentro de alguns meses, os cavalos obedeciam a todos os comandos de Luís. Certa vez, Dario e Luís estavam viajando de trole para uma fazenda vizinha, puxados pelos Bigode e Mustache, muito fogosos. Em dado momento, numa descida, o varal do trole soltou-se e o eixo dianteiro chocou-se violentamente contra as pernas traseiras dos cavalos. Dario assustou-se, mas Luís imediatamente, falou manso, seguidamente, e os cavalos sustentaram o trole, parados, completamente calmos”.

Luís Pompêo ou Luís o Pajem, como se vê, ocupa um espaço não pequeno na memória da família Pompêo de Camargo.

Outros fatos, ressaltados por Fernando Pompêo de Camargo como indícios de que as relações entre a sua família e os escravos eram amigáveis são: a adoção por parte dos escravos do nome da família, a permissão para que constituíssem pecúlio - como foi o caso do pai de Luís Pajem - e a avaliação conjunta de casais de escravos, este último representando o respeito senhorial pelas relações familiares escravas.²⁸

²⁷ CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, Campinas. Arquivo do Tribunal de Justiça de Campinas, doado a Universidade de Campinas. Caixa 236, processo 5630. Copiado por Fernando Pompêo de Camargo, que, gentilmente, me cedeu cópia deste e de outros documentos.

²⁸ Kátia Mattoso informa que os escravos que conseguiam dinheiro para a alforria eram os que exerciam ofícios cujo salário diário era dividido com o senhor: “No entanto, lei alguma assegura ao escravo dispor livremente do que possa ganhar. Além disso, o escravo nada possui de seu. Cabe ao senhor decidir se uma tal situação é tolerável, se o escravo que trabalha fora tem o direito de manter a posse de quantias que lhe permitirão comprar sua liberdade.” *Ser escravo no Brasil* (cit.), p.188-189.



A observação de Fernando procede ante o fato de que havia senhores, como já se viu, que procuravam manter com os seus cativos uma relação baseada em perdas e ganhos; o desrespeito às relações conjugais escravas, de fato ou oficiais, seria uma quebra na acomodação. Entretanto, convém que se lembre aqui a *Lei do Ventre Livre*, que proibiu a separação entre pais e menores de 12 anos.²⁹

De acordo com o testemunho de Ina Von Binzer, “Dr. Rameiro”, cujas filhas foram as primeiras alunas da professora alemã, tinha um comportamento mais racional e lúcido em relação aos escravos.

Ina relata que o fazendeiro admitiu, tacitamente, precisar dos escravos, razão que o levava a estabelecer com eles uma espécie de “contrato”, baseado em trocas: aos que pedissem, dava um pequeno pedaço de terra para plantio; permitia, “de acordo com a lei”, horas de trabalho pagas no domingo; as escravas domésticas ganhavam presentes em dinheiro.

O Dr. Rameiro gaba-se de que alguns de seus cativos já podiam ter comprado a liberdade, mas continuavam com ele. Fato que atribui a sua benevolência. Aponta para Ana, uma “Tia” rica, que deixaria herança. Ana preferira ficar por causa da “boa vida” e porque gostava “dos meninos”.

Ina relata a festa do dia de São João, um presente oferecido pelo Dr. Rameiro aos que haviam trabalhado na colheita do café. Festa que não se realizava todos os anos, pelo fato presenciado por Ina: um dos escravos, de nome Porfírio, “confessou” ao fazendeiro que falara mal dele e de “Sinhá” porque estes não deram a festa, no ano anterior. Porfírio agradece a festa e a compra das máquinas para “ajudar no trabalho”.

A conversa entre Porfírio e o fazendeiro foi traduzida por este; Ina não falava o português e muito menos o entenderia da maneira como era falado pelos escravos. Portanto, o relato de Ina a respeito do que dissera Porfírio foi intermediado pelo dono de Porfírio.

²⁹ Inventário de Theresa Michelina do Amaral Pacheco. CENTRO DE MEMORIA DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, Campinas. Arquivo do TJC, 1º Ofício, Caixa 260, Processo 5160.



A professora descreve a mesa do jantar: grandes assados, muitas travessas gigantes de feijão preto, arroz, angú, compota de batata doce, canjica, melado, goiabada e vinho à “discretion”.³⁰

A preocupação de certos fazendeiros com a manutenção de uma imagem de bons senhores, principalmente aos olhos dos estrangeiros, é evidenciada pelas considerações feitas pelo Dr. Rameiro, a propósito da “visita” de dois escravos de um vizinho, que foram pedir para ser comprados. O fazendeiro explica à alemã:

“Dois pobres pretos que me pedem pelo amor de Deus para comprá-los”.

O proprietário dos “dois pobres pretos” era o “Dr. Albus”, conhecido por maltratar “seus negros”, explica a “Madame”:

“Meu marido não precisa senão de ameaçar um negro insubordinado de vendê-lo ao Dr. Albus para torná-lo imediatamente dócil”.

O Dr. Rameiro explicou nada poder fazer, a não ser recomendar a compra deles a uma sociedade abolicionista, pois se manifestasse ao Dr. Albus desejo de comprá-los, este lhe pediria um preço excessivo; se os abrigasse em seu teto, “por uma noite apenas”, seria acusado de abrigar “pretos fugidos” e ainda estaria sujeito à ira do iníquo Dr. Albus, a quem já devia “o violento incêndio da mata, no ano passado”.³¹

Maria Paes de Barros, quando escreve sobre a sua infância, admite que a escravidão era “aceita como coisa estabelecida e natural - e com ela a lei do despotismo”.

Admitindo o convívio sem traumas com a escravidão, Maria lembra, com saudade, do trato familiar, no qual “reinava a mais fina delicadeza”. Passando uma visão de que a vida “portas a dentro” era harmônica, tranqüila e feliz, Maria demonstra que a escravidão era aceita com tranqüilidade, mesmo pelos liberais, como era o caso do pai dela.

Para a leitora de hoje, soa estranho que em uma casa cheia de escravos reinasse a “mais fina delicadeza”, mesmo que os escravos fossem tratados “com bondade”, o que era o caso, segundo essa autora, dos de sua casa.

Aos domingos, senhores e escravos iam à missa e todos, “dos senhores à última escrava”, iam ver a procissão de *Corpus Christi* das janelas da casa do irmão do

³⁰ BINZER, Ina Von. Ob. cit., p. 33-5

³¹ Id., ib., p. 38



Comendador, relata a autora, deixando transparecer que havia um espaço de cordialidade nas relações entre uns e outros.³²

A ida à Igreja de senhores e escravos aponta para a função que a Igreja exercia, em consonância com o fato tão bem esclarecido por José de Alencar, em um de seus citados discursos: o papel de cimentadora das relações entre senhores e escravos exercido pela Igreja, pregando para os primeiros um tratamento menos violento em relação aos cativos e para os segundos obediência total, semelhante àquela que deviam a Deus e ao clero.

Em outro momento, Maria Paes de Barros compara o ritmo de vida de sua infância com o caminhar silencioso e descalço dos escravos pela casa. Descalços mesmo no inverno? A autora enfatiza que o tratamento que a sua mãe dispensava a eles era humanitário e caridoso, encarregando-se a senhora do Comendador, nas temporadas na fazenda, da saúde deles. “Os pretos” recebiam “com grande expansão de alegria” a notícia da viagem para as fazendas, pois “iam rever parentes e amigos”.³³

A descrição de relações baseadas na cordialidade mútua é quebrada por comentários que a autora faz a respeito do espaço onde ficavam as habitações dos escravos, o “Quadrado - todas as noites fechado a cadeado” - e do “preto magro e alto”, que viera até à sala, arrastando as correntes, que faziam um “barulho sinistro”. O acorrentado viera implorar que fosse aliviado daquele “símbolo do cativo”. Ante a intervenção da “mamãe, compassiva”, o Comendador explicou que se tratava de um assassino, impostor e feiticeiro. Maria Paes observa:

“A triste cena, que felizmente já se tornava rara, causou aos presentes profunda consternação. Cumpre, no entanto, lembrar que se estava então em pleno regime de escravidão. Se nos corações elevados existiam justos escrúpulos pela iníqua instituição, eram eles de outro lado enfraquecidos pelo hábito, necessidade e apoio da lei”.³⁴

A observação de Maria é uma síntese capsular das contradições que dilaceravam alguns senhores “liberais” e suas humanitárias esposas, que se debatiam entre o sentimento de “humanitarismo” e as suas necessidades práticas, “positivas”, apoiadas pela lei.

Entre as notícias que apontam para a harmonia entre possuídores e possuídos, há algumas que descobrem “a chaga social” da escravidão. Em meio às notícias de

³² BARROS, Maria Paes de. Ob. cit., p. 31, 39 e 54.

³³ Id. Ib., p. 60

³⁴ Id., ib., p. 74 e 80-1.



manumissões promovidas por mulheres, que podem levar, em um primeiro momento, à percepção de uma relação amigável entre senhores e escravos, algumas que apontam para os conflitos gerados pelos maus tratos e pela tensão acumulada em séculos de cativeiro.

Na seção Correio da Corte, conta-se o sucedido “no terceiro distrito do termo, no lugar denominado Camaquana, onde “deu-se um acontecimento horrível, que produziu geral indignação e levou a dor e o pranto ao coração de todos os bons cristão”. Na estância de Palmira, fora assassinada

“a respeitável e virtuosa Sra. D. Petronilha Gomes Bocca, senhora dotada de raras qualidades, maior de 60 anos, viúva do sempre chorado Bento Ferreira de Moraes. No referido dia, indo na forma de costume fazer um passeio a pé às suas lavouras, levou em companhia uma escrava, de nome Maria, que criara com muito mimo e tratava como filha. Esta, desconhecendo o sentimento da gratidão e os benefícios que devia à sua senhora, tornou-se em bravia fera e, na ocasião em que a infeliz D. Petronilha se baixava para arrancar algumas ervas que estavam em torno de uma planta, a desumana escrava leva de uma enxada que tinha e lhe descarrega sobre a cabeça um tão tremendo golpe, que a prostrou mortalmente por terra. A assassina foi presa e confessou o crime, alegando estar nesse dia incomodada” (Correio da Corte. “Emancipação”. 5.3.1871).

Em “Fato horroroso”, uma notícia de Itu a respeito de duas mulheres que bateram em uma escrava, até que ela abortasse. Algum tempo depois, a referida escrava ficou grávida novamente e as duas mulheres tocaram-na para o mato, onde a infeliz deu à luz uma criança, que acabou sendo devorada pelos porcos. (Noticiário Geral. 12.6.1877).

A causa da ferocidade das mulheres contra a gravidez da escrava foi resultado da interpretação que elas deram à *Lei do Ventre Livre*, provavelmente, pois devem ter acreditado que a criança seria um peso morto. Apesar de moderada, demonstrando a preocupação dos legisladores em não desrespeitar o princípio que fundamenta a propriedade privada, a Lei pode ter soado para alguns como um desrespeito aos seus direitos de proprietários, por não poderem mais usufruir totalmente de um trabalhador, que não podia ser negociado ou explorado até à exaustão ou até à velhice.

Em 1885, três anos antes da *Lei Áurea*, o anúncio de um escravo fugido da fazenda de D. Maria Augusta Lopes de Almeida, de Vila da Redenção, termo de Taubaté. No anúncio, protestava-se,

“com todo o rigor não só contra quem o acoitar, como também contra quem negociar a dita besta. Gratifica-se generosamente a quem der notícias”.

Seguem-se os sinais do fugitivo: 50 a 55 anos, altura regular, bom cavaleiro; foi montado em uma besta. (*Correio Paulistano*, 11.12.1885, p.2).



A anunciante não parece estar irmanada com o humanismo ou com os abolicionistas: o pequeno texto foi redigido com o furor de alguém que se sentia lesado.

Na fazenda de D. Cândida Maria Pureza, situada no Ribeirão Bonito, dois escravos chamados Manoel Thedor e Manoelzinho assassinaram o feitor Antônio Martins, a foiçadas, decepando a cabeça do feitor. Os escravos não foram encontrados. (“Assassinato de feitor”. *Correio Paulistano*, 27.12.1885, p.l)

Maria Helena P.T. Machado, analisando processos criminais da Vila de São Carlos e da Cidade de Campinas, verificou que entre 1274 processos, período de 1830 e 1888, 144 são de crimes cometidos por escravos, sendo que 98 “referem-se a crimes de sangue”.

A autora analisa o que ela denomina de “pedagogia da violência”, que abrangia os castigos exemplares ministrados aos escravos que não rendessem o máximo pretendido pelo proprietário e seus representantes, o feitor ou o administrador. Tais castigos excessivos eram as causas dos assassinatos de feitores e contrariavam a “lógica paternalista”, que orientava as relações entre senhores e escravos, estabelecendo limites aos maus tratos.

Admitindo que muitos senhores, como já foi visto, se deixassem conduzir por uma certa dose de humanitarismo e de racionalismo - não era econômico destruir “mercadoria” de custo tão alto - Maria Helena considera o conhecimento das acomodações, que podem ter acontecido entre senhor, feitor e grupo de escravos, difícil de ser atingido. As relações de acomodação ficaram “restritas ao âmbito da fazenda”, não deixando pistas para os historiadores, pensa a autora. Restando como

“testemunhos históricos apenas os casos que transcenderam as possibilidades acomodativas das partes interessadas, redundando em homicídios e lesões corporais graves”.³⁵

Provavelmente, quando fala de “testemunhos históricos”, Maria Helena Pereira Toledo Machado não está incluindo entre estes, relatos como os de Maria Paes de Barros, Fernando Pompêo do Amaral, Ina Von Binzer e Vitalina Pompeo de Camargo. Entretanto, não se pode prescindir de relatos feitos por pessoas que viveram a escravidão ou receberam informações de gerações anteriores, relatos que podem suprir, desde que devidamente contextualizados, a carência de outros tipos de fontes a respeito das estratégias de acomodação entre os elementos em contradição, nas fazendas.

³⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão*. Trabalho-luta-resistência nas lavouras paulistas. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.64 e 71.



Como foi visto no Capítulo anterior, Vitalina Pompêo de Camargo Souza Queiroz fez questão de escrever a respeito da forma “humanitária” com que os “maiores” (refere-se aos patriarcas de sua família), suas mulheres e filhos tratavam os seus escravos, descrevendo, inclusive, a alimentação deles.

Um engajamento feminino mais contundente não aparece nos jornais, nem no calor do movimento abolicionista, que antecedeu a *Lei Áurea*.

O *Diário Popular*, desde a sua fundação, noticiou o desenvolvimento do processo abolicionista, não tendo informado qualquer participação feminina no mesmo.

Tanto no *Diário Popular*, como no *Correio Paulistano*, feitos femininos que fossem considerados incomuns, relevantes, como escrever uma poesia, compor uma música, oferecer um brinde, fazer crítica teatral ou praticar a filantropia, eram noticiados e enfatizados. Uma participação mais efetiva de mulheres no movimento abolicionista não passaria em branco.

De 1886 a 1888, pode-se acompanhar, pela Imprensa, a intensificação do movimento abolicionista.

Em 12 de abril de 1887, o deputado provincial Sr. Antônio Cândido Rodrigues pronuncia “magnífica conferência abolicionista”, em Santos;

O *Clube Normalista* comunica a fundação do *União Normalista do Primeiro Ano*, em 1887. Os objetivos da *União*: criar um livro de ouro para a libertação dos escravos, mandar fotografar, reunidos, os alunos do ano, e mandar fazer um estandarte para a escola. A diretoria era constituída só de homens: presidente: Edmundo M. de Almeida Lisboa; vice-presidente: Fragoso; tesoureiro: Magnani; 1º secretário: Vaz Jr; 2º secretário: Alfredo Firmo; oradores: Machado e Bellegarde. (D. P., 27.4.1887).

Em 1887, era grande o número de mulheres que freqüentavam a Escola Normal. Mas a participação delas em diretorias de clubes era provavelmente impensável.

Em 5 de abril de 1887, J. Jr., comenta o “avanço do movimento libertador”, que crescia “espontaneamente” e, concomitantemente, a intensificação da imigração:

“Até no Rio de Janeiro, a mais retardatária nesse assunto, já alguma coisa se manifesta no sentido de abalar a cega intolerância dos altos senhores feudais do Macuco e Cantagallo”.

J. Jr. acha que



“o povo está, em tal assunto, adiante do governo, isto é, dos Saraivas e Coteigipes”.

No *Correio Paulistano*, em 18 de agosto de 1887, Seção Livre, uma crítica ao comportamento do Sr. Ramos Nogueira, que vivia proclamando que “os escravos são seus irmãos em Cristo”, mas, no entanto, era partidário da prisão dos ladrões dos escravos. Em resposta à crítica do Sr. Antônio Bento, dirigida ao comportamento contraditório do Sr. Ramos Nogueira, este disse que o Sr. Antônio Bento estava “pererecando”. Além de contraditório, deselegante, insinuava o missivista.

O Coronel Joaquim Quirino dos Santos convidou os seus colegas lavradores, em Campinas, para uma reunião no Teatro São Carlos, a fim de marcarem um prazo para a libertação dos escravos. O *Correio Paulistano* congratulou-se com o sr. Joaquim e desejou que o seu chamado fosse atendido por todos. (18.8.1887).

Em 13 de janeiro de 1888, o *Correio Paulistano* informava que vários fazendeiros estavam libertando os escravos nas cidades de São Carlos do Pinhal, Amparo, Jacareí, Santa Branca, Parnaíba, Pirapora, Piracicaba, Rio Claro e muitas outras. Algumas libertações eram incondicionais, outras estipulavam a obrigatoriedade dos escravos continuarem trabalhando para os antigos donos, mediante salários de 5\$000 mensais. Entre os libertadores, nenhuma mulher.

Em 3 de março de 1888, sob o título “Emancipação Coletiva”, o *Correio Paulistano* informava que o município de São Luiz do Paraitinga libertara todos os seus escravos.

Em meio às informações acerca do crescimento do movimento libertador, dadas sempre em tom elogioso, conclamando para que o exemplo fosse seguido, informações críticas a respeito dos proprietários recalcitrantes, que ainda torturavam os seus escravos, ou queriam obrigar os livres a trabalhar, sob ameaças.

No *Diário Popular*, sem informar o nome do seviciador, uma transcrição do jornal *O País*, sob o título “A escravidão fotografada”, relatando que Augusto Benjamim fora

“barbaramente seviciado e trazia grossa corrente ao pescoço. O infeliz tem um braço a menos. O Juiz nomeou-lhe um curador. O fato causou indignação geral, sendo o escravo fotografado”. (24.4.1888, p.2)

Em 9 de maio, em nota intitulada “Escravidão dos livres”, criticava-se a posição do Sr. Ferreira Viana, que pretendia

“usar o poder para obrigar os pobres a trabalhar, não pela necessidade de alimentar-se, mas pelo medo do subdelegado. E isto por decreto, uma forma nova de escravidão para ser mão de obra a preço de nada. Os Srs. Silveira Martins e Afonso Celso se levantaram no senado contra medida”.



No dia 13 de maio de 1888, anuncia-se que a *Comissão Central de Festejos Populares* reuniu-se para organizar os festejos comemorativos da extinção da escravidão. Criaram-se comissões parciais que se incumbiriam de angariar donativos e ornamentar as principais ruas e praças da cidade. Avisava-se: “as quantias arrecadadas ficarão sob responsabilidade do tesoureiro de cada comissão”. (*Correio Paulistano*, p. 2).

No dia 14 de maio, no *Diário Popular*, a *Comissão Central* dirigiu um anúncio “Ao povo”, conclamando a todos para que se reunissem às seis horas da tarde, no Largo S. Francisco, de onde sairia uma passeata pelas ruas da cidade, celebrando o acontecimento. Convidava-se também para outra reunião no dia seguinte, ao meio dia, no Largo da Sé, de onde todos se dirigiriam ao cemitério, em visita aos túmulos de José Bonifácio, Luiz Gama, Martim Francisco, Coronel Macedo Pimentel e Abelardo de Brito, “propugnadores da abolição”. Haveria bondes especiais para conduzir as meninas das escolas e carros à disposição das famílias que quisessem ir ao cemitério. O convite era

“extensivo às exmas. sras. professoras e senhores professores com os seus discípulos para prestarem também suas homenagens aos já citados cidadãos”.

No dia 15 de maio, descrevia-se “o indescritível entusiasmo” com que foi recebida a notícia da sanção da lei Áurea:

“O entusiasmo tocou então ao auge do delírio; e inúmeros foguetes subiram aos ares durante o espaço de uma hora. As casas de comércio e particulares, os clubes e outras sociedades fizeram izar bandeiras de diversas nações, inclusive a brasileira. Na rua São Bento, os representantes do comércio encontraram-se com os acadêmicos em marcha, saudando-se mutuamente ambas as classes. Reunidos, os dois grupos prosseguiram em procissão cívica, levantando vivas à abolição. Parando em frente do palacete do Sr. Conselheiro Antônio Prado, o Sr. Conselheiro Leôncio de Carvalho, representando os manifestantes, subiu a uma das sacadas do dito palacete e daí saudou o sr. Conselheiro Prado dizendo que lamentava profundamente que Sua Excia. se achasse enfermo, naquela ocasião em que se festejava a vitória da abolição, para a qual, força era reconhecer, S. Excia. tanto havia contribuído, empregando titânico esforço para aquele glorioso desfecho.” (“Festas da Abolição”. Boletim. *Correio Paulistano*, p. 1).

Como o jornal era de propriedade de Antônio Prado, enfatizou-se a fala de Leôncio que atribuiu ao político conservador papel preponderante na finalização do projeto abolicionista.

No tocante à participação feminina nos festejos, apenas o convite dirigido “às professoras”...

Apesar da ausência efetiva de mulheres na cobertura que os jornais *Correio Paulistano* e *Diário Popular* fizeram do processo abolicionista, estas não permaneceram à margem



do processo de emancipação, visto que se engajaram na chamada “revolução moral”. Além dessa participação como emancipadoras de crianças e de adultos, algumas se manifestaram, publicamente, contra a escravidão, através de poesias, cartas, ensaios e conferências, falando da “mancha infamante” de forma apaixonada.

Nísia Floresta Augusta, educadora, positivista, autora de *Opúsculo Humanitário*, considerada, até recentemente, a tradutora para o português da obra feminista de Mary Wollstonecraft, foi republicana e abolicionista.³⁶ As “idéias antiescravagistas de suas obras *Scintille* e *Treis Ans en Italic*”, segundo um seu biógrafo, devem ter influenciado as elites intelectuais europeias, contribuindo para

“preparar a intervenção da *Junta Francesa da Emancipação*, em 1866, junto ao Imperador, pedindo-lhe a abolição da escravatura no Brasil”.³⁷

Nísia criticou a forma como os senhores e senhoras de escravos praticavam o castigo exemplar, pelos menores atos de desobediência, em seus cativos, que se sentiam injustiçados, porque viam

“por toda parte, os que receberam educação cometerem em grande escala, graves desobediências quer para com seus pais quer para com as leis do Estado”,

sem, todavia, sofrerem a menor punição.

Os senhores não queriam ver, dentro do “invólucro grosseiro do preto”, um “coração nobre, generoso e capaz das maiores virtudes que honram a humanidade”, acreditando que compravam

“no homem ou na mulher sujeitos ao tirânico jugo da escravidão um animal de carga, ou um necessário autômato, cujas molas devem mover-se ao gosto ou a capricho do seu dono”.³⁸

A ociosidade, que caracterizava muitas brasileiras, era para Nísia o resultado de uma educação errada, que começava na infância, quando a menina era desobrigada de todas as tarefas, pois as escravas estavam ali para fazê-las. Acrescentava-se à preguiça,

³⁶ Maria Lúcia Pallares Burke descobriu que o texto traduzido por Nísia não foi o de Mary Wollstonecraft, mas um “livreto de 1739, intitulado *Woman Not Inferior to Man*”, cujo autor ou autora se escondia, e ainda se esconde, sob o pseudônimo de Sophia”. Maria Lúcia chama de “travessura literária” o “plágio-tradução” de Nísia: “na verdade, o que poderíamos chamar de um plágio-tradução de outro plágio, já que o texto de Sophia era plagiado em grande parte do de Poulain”. A autora considera que Nísia pode não ter se sentido atraída pelo pensamento de Wollstonecraft, para quem a mulher se realizaria “como esposa e mãe ilustrada”, desempenhando assim o “seu dever de ‘cidadã ativa’”. Apesar da mensagem importante ser a de Sophia, ela atribuiu a autoria a Mary Wollstonecraft, “mais famosa e polêmica”. Mais. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10.9.1995, 5-3.

³⁷ Apud: MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência*. A mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988, p. 73

³⁸ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Introd. e Notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.



incentivada pelas mães, que não sabiam cumprir os seus deveres, “o espetáculo afligido, repetido quase diariamente”, à vista da menina, do tratamento cruel que os senhores dispensavam à escravaria. Espetáculo que contribuía para embotar a sensibilidade, fazendo com que algumas meninas, depois de crescidas, tratassem com o maior desprezo as amas que as amamentaram, vendendo-as ou alugando-as.³⁹

Outras escritoras abolicionistas:

Luciana de Abreu, órfã abandonada na Casa dos Expostos de Porto Alegre, em 11 de julho de 1847, adotada pela família de um guarda-livros, superou o fato de ser filha adotiva e se transformou em uma “educadora de mérito, conferencista” e abolicionista.⁴⁰

Narcísia Amália, que “traçou, em versos, o ‘quadro hediondo’ da escravidão, narrando os sofrimentos ‘dos míseros cativos’:

‘Sem crença na vida/Sem pátria querida,/Só resta tombar!’⁴¹

Ao gosto do século, essas mulheres usaram a escrita como instrumento de persuasão e de estímulo à mudança. Acreditavam, como os homens de letras, no poder da palavra, na missão literária e marcaram sua posição contrária à escravidão, em textos.⁴²

Novamente, quero frisar que não encontrei registro de participação feminina nos grupos abolicionistas mais ativos, como o dos caifases, liderado por Antônio Bento de Sousa e Castro.⁴³ Como se viu, a participação das mulheres foi registrada pela imprensa, passo a passo. E me pergunto: não teria sido impossível a Imprensa deixar de registrar uma presença atuante das mulheres, se esta tivesse acontecido?

Não estou, todavia, afirmando que se não houve cobertura jornalística é porque não aconteceu o fato. Afirmção que seria prematura e improcedente, pois além de não ter lido todos os jornais de São Paulo (não pesquisei na *Província de São Paulo*, por exemplo), há muito a se fazer na pesquisa histórica no Brasil.

³⁹ Id., lb., p.96-7.

⁴⁰ FLORES, Hilda A. Hubner Flores. In: *Sociedade, Preconceitos e conquistas*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989, p. 117-124.

⁴¹ MOTT, Maria Lúcia de Barros, ob. cit., p.71

⁴² Sobre a crença na força da palavra, oral ou escrita, dos letrados do século XIX, no Brasil, ver: BORGES, Urquiza Maria. A missão literária. In: *A mulher em cena* (cit.,) p.39-45.

⁴³ COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. In: *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966, p. 429. Antônio Bento era filho de farmacêutico, formado em Direito, promotor e juiz municipal. “Os caifases não se contentavam com denunciar pela imprensa os horrores da escravidão. A tipografia da *Redenção*, jornal mantido por eles, constituía-se num verdadeiro núcleo revolucionário, onde se reuniam os membros da Irmandade Nossa Senhora dos Remédios, na maioria ‘operários negros’”. Idem, ib., p.430



Quanto ao movimento abolicionista, como um todo, Joaquim Nabuco dividiu, em *Minha Formação*, os grupos que atuaram para que se chegasse à *Lei Áurea*, divisão descrita por Alfredo Bosi:

“1) os *abolicionistas* que fizeram a campanha no Parlamento, na imprensa e nos meios acadêmicos; 2) os *militantes da causa*, abertamente empenhados em ajudar as fugas em massa e instruir os processos de alforria; 3) os *proprietários de escravos*, sobretudo nordestinos e gaúchos, que se puseram a libertá-los em grande número nos últimos anos do movimento; 4) os *homens públicos* (Nabuco os chama generosamente *estadistas*) mais ligados ao governo, que, a partir da Fala do Trono de 1867, mostrou sua intenção de resolver gradualmente a *questão servil*; 5) a *ação pessoal do imperador e da princesa regente*”.⁴⁴

Emília Viotti da Costa enfatizou o caráter urbano do movimento: o grupo de Antônio Bento, por exemplo, “reunia advogados, jornalistas, tipógrafos, cocheiros, estudantes de direito e alguns negociantes”. Viotti assinala também a característica não racial do mesmo: se houve negros como Luís Gama, José do Patrocínio, Rebouças, Quintino de Lacerda, Vicente de Sousa, Torres Homem, Visconde de Inhomirim, que se engajaram na luta pela emancipação, houve “a indiferença de um Tobias Barreto, a discrição de Machado de Assis”.

Assim como houve também negros que possuíram escravos, como registrou Kátia Mattoso e Machado de Assis, este na figura de Prudêncio, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Prudêncio é um exemplo de reprodução do comportamento senhorial dos brancos escravistas.

Depois de muitos anos sem ver Prudêncio, Cubas o reencontra em uma situação de senhor de um escravo. Prudêncio - o moleque que lhe servira de “montaria” na infância, e em cuja boca Cubas punha um freio, desancando-o “sem compaixão” - estava vergalhando “outro preto”, na praça:

“O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: - ‘Não, perdão, meu senhor, meu senhor, perdão!’.

Cubas dirige-se a Prudêncio, exigindo uma explicação. Este, depois de pedir a benção, hábito dos escravos em relação aos senhores, diz que o escravo “é um vadio e um bêbado”, que não tomara conta da quitanda, de propriedade de Prudêncio e fora beber. Cubas pede a Prudêncio que perdoe ao escravo, e este responde:

“Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!”

⁴⁴ BOSI, Alfredo. Ob. cit., p. 233.



O “miolo gaiato, fino e até profundo” encontrado pelo “autor-defunto” para explicar o comportamento de Prudêncio é a desforra: Prudêncio estava se desfazendo “das pancadas recebidas, - transmitindo-as a outro”.

Além de reproduzir o comportamento de seu antigo senhor, Prudêncio não conseguiu descartar-se da subserviência que era exigida do escravo, repetindo, como liberto, a indignidade que os anos de escravidão incutiram nele. Livre, continuou tendo “a alma” de escravo, curvando-se, abjetamente, perante Cubas.⁴⁵

⁴⁵ O vergalho. In: *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Jackson, 1953, p.217-8.

Kátia Mattoso afirma que a maioria dos libertos tornavam-se proprietários de escravos. No período de 1800-1826, segundo os testamentos deixados, 53 africanos e 12 crioulos forros os possuíam. De 1863 a 1890, 24 dos 100 africanos forros que fizeram testamento possuíam escravos. Alguns os libertavam antes de morrer, outros apenas os da própria nacionalidade. *Ser escravo no Brasil* (cit.), p. 235



CAPÍTULO 6

OS FOLHETINISTAS: CRONISTAS DA CIDADE E CONSELHEIROS DAS MOÇAS

“Uma das plantas européias que dificilmente se tem aclimatado entre nós, é o folhetinista. (...) O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. (...) O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal. Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à levandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio. O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira, e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política”. (ASSIS, Machado de. *O folhetinista*. In: *O espelho. Crônicas (1859-1863)*. Rio de Janeiro: Jackson, 1953, 1v., p.32.

“Onde iremos nós parar, nesta série interminável de decobertas e aplicações?” (Um pouco de tudo. *Diário Popular*, 11.4.1890).

“É fantasmagórico todo produto cultural que hesita ainda um pouco antes de se tornar mercadoria pura e simples. Cada inovação técnica que rivaliza com uma arte antiga assume durante algum tempo a forma... da fantasmagoria: os métodos de construção modernos dão origem à fantasmagoria das galerias, a fotografia faz nascer a fantasmagoria dos panoramas... o urbanismo de Haussmann... se opõe à *flanêrie fantasmagórica*”. (Walter Benjamin. In *Paris do segundo Império*, nota 12, p.63, *Obras Escolhidas III*).



“Se pelo menos uma interessante mulher se estivesse junto a mim a contar-me as suas interessantes tolices faria nascer o sol na minha alma.” (Folhetim. *Correio Paulistano*, 7.6.1874 (a)C.)

No velho e mal conservado prédio do Arquivo do Estado, à rua D. Antônia de Queiroz, em uma sala ampla, mas quente ou fria em excesso, conforme a estação, preocupados em encontrar uma cadeira com as molas menos estragadas e um lugar onde possam espalhar as suas fichas, os pesquisadores procuram abstrair-se do incômodo provocado pelos gritos dos meninos de rua e latidos de seus cães e o ruído estridente dos enferrujados carrinhos que trazem os volumes de velhos jornais, que se esfarelam ou rasgam a um contato menos cuidadoso das mãos.

Apesar de todo o desconforto e dos sons que desviam a atenção, consigo me absorver na leitura daqueles jovens estudantes de direito, que escreviam no *Correio Paulistano* as suas crônicas ligeiras, brincalhonas, ocasionalmente mais compenetradas, dirigidas, predominantemente, “à minha querida leitora”, “à minha leitora”, à exma. senhora leitora”, ou, simplesmente, “à leitora”.

Chamavam a sua crônica de variedades de **Folhetim**. Publicado semanalmente, na parte inferior da primeira página do jornal, de preferência aos domingos, o Folhetim, (palavra originária do francês *Feuilleton*), era o espaço destinado pelo jornal aos assuntos relacionados com lazer, o cotidiano da cidade, novidades, inventos, lojas novas, pessoas importantes que chegavam à cidade, crítica literária e teatral.

Como escreveu Machado de Assis, no texto que é epígrafe deste Capítulo, o folhetinista esvoaçava sobre todos os assuntos, indo do sério ao frívolo. Tendo nascido do jornal, o que o transforma em jornalista, o folhetinista espalhou-se pelo mundo, procurando

“acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais”.

Entre os temas parisienses que Walter Benjamin abordou está o Folhetim. Sobre este, ele afirma que “as alterações trazidas para a imprensa pela Revolução de Julho se resumem na introdução do Folhetim”.

Falando do romance-folhetim, principalmente, algumas de suas observações assentam como uma luva à crônica-folhetim, ligeira, bem humorada, levemente irônica, ocupando-se de tudo, superficialmente. Benjamin cita a Sra. Girardin, que, em suas Cartas



Parisienses, saudando a fotografia, ironiza a superficialidade com que eram tecidas considerações a respeito do invento:

‘Hoje em dia, as pessoas se ocupam muito com a invenção do Sr. Daguerre, e nada é mais engraçado que as sérias explicações que os nossos eruditos de salão sabem dar a respeito. O Sr. Daguerre pode ficar descansado: o seu segredo não lhe vai ser roubado... De fato, sua descoberta é maravilhosa, mas as pessoas nada entendem dela; ela foi por demais explicada’.

Informando, criticando e persuadindo, cumprindo, portanto, alguns dos objetivos que o jornalismo se determinava, mas sem a necessidade de se aprofundar nos temas abordados, o folhetinista ficava à vontade para falar do que bem entendesse. Pela leveza do tom, segundo o testemunho dos próprios folhetinistas pesquisados, o Folhetim era a primeira e, às vezes, a única seção lida pelas moças.

Em uma época de rápidas mudanças, em que “o novo” era obsessivamente procurado e comentado,² a corrida ao jornal em busca da informação transformou-se em hábito dos habitantes das cidades:

“A informação precisava de pouco espaço; era ela, e não o editorial político e o romance-folhetim, que proporcionava ao jornal o aspecto cada dia novo e inteligentemente variado da paginação, no qual residia uma parte de seu encanto. Precisava ser constantemente renovada: mexericos urbanos, intrigas do meio teatral e mesmo ‘curiosidades’ constituíam suas fontes prediletas. Desde o início é notável sua peculiar elegância barata e que se torna tão característica do folhetim”.³

Em Paris, o folhetinista passava no bulevar “suas horas ociosas, exibindo-as às pessoas como parcela de seu horário de trabalho”. Em São Paulo, como não havia bulevares, os folhetinistas passeavam pelo Triângulo, iam ao Teatro São José, a saraus e não deveriam, certamente, ser remunerados como os seus colegas franceses.

A importância que tinha no Brasil a literatura francesa fundamenta a comparação entre os autores franceses das crônicas-folhetins e das obras chamadas “fisiologias” e os autores de crônicas e informações do *Correio Paulistano*. A presença européia, principalmente francesa, evidencia-se na cobertura jornalística, nos anúncios de livros, nas seções de variedades - anunciando e comentando peças francesas - no comércio varejista e no paladar, como se viu no Capítulo I.

¹ BENJAMIM, Walter. *Paris no Segundo Império*. Obras Escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989, 24.

² Peter Gay observa que “a influência das mudanças foi expressa adequadamente pelo emprego encantatório do termo ‘novo’. E cita Walter Bagehot: “Um novo mundo - de telégrafos e ferrovias - surgiu a nossa volta, e não temos como evitar percebê-lo; espalha-se pelos ares um novo mundo de idéias que nos afeta, apesar de não podermos vê-lo”. GAY, Peter. *A educação dos sentidos* (citada), p. 47

³ Id., *ib.*, p. 24



Os fascículos chamados de “fisiologias” “ocupavam-se da descrição dos tipos encontrados por quem visitava a feira:

“Desde o vendedor ambulante do bulevar até o elegante no foyer da ópera, não havia nenhuma figura da vida parisiense que o ‘fisiológico’ não tivesse retratado”.⁴

Segundo Benjamim, o viscejar da literatura folhetinesca ou fisiológica foi uma consequência da censura estabelecida pelas *Leis de Setembro*, em 1836, canalizando a energia dos críticos para a crônica escrita em tom ligeiro:

“O que importava era a inofensividade. (...) A reação é, portanto, a condição que ‘explica a colossal passagem em revista da vida burguesa que se estabeleceu na França... Tudo passava em desfile... dias de festa e dias de luto, trabalho e lazer, costumes matrimoniais e hábitos celibatários, família, casa, filhos, escola, sociedade, teatro, tipos, profissões’.

No Brasil, não houve nada similar à essa censura francesa, mas a dependência em que se achavam os letrados do emprego público, “do favor”, devido à falta de condições para um escritor sobreviver das letras, constituíam-se em censura real.

Com relação ao *Correio Paulistano*, como se tratava de um jornal maçom, e republicano - na maior parte do período estudado -, os folhetinistas podiam criticar o governo, a monarquia, a religião católica conservadora ou “ultramontana”, repetindo no jornal diário o que faziam em seus jornais acadêmicos, estes, semelhantes ao que se chama hoje de “tablóides”. Os Folhetinistas criticavam também a política e as instituições, entretanto, apenas Carlos Ferreira fez comentários mais radicais a respeito da Monarquia e da Igreja. .

Além da influência da superficiliade da literatura “fisiológica” francesa, outra razão do caráter ligeiro dos folhetinistas brasileiros era o público destinatário: as mulheres. Em quase todas as crônicas, os comentários, mesmo os políticos, são feitos no tom que os autores achavam apropriado para conversas com o sexo feminino. E quando falavam de um assunto considerado sério, desculpavam-se com a sua “leitora” por estarem abordando coisas tão desinteressantes.

A persuasão dirigida às mulheres, constante da produção literária do século XIX (*Os ecos de antigas vozes*), aparece nos Folhetins sob a forma de diálogo com a leitora ou o leitor - mais assiduamente com a leitora -, transformando o emissor em íntimo da leitora, um invasor da sua interioridade, como se a “mensagem” fosse destinada apenas àquela que lia, o que tornava o processo de indução mais eficiente.

⁴ Id., *Ibidem*, p. 33-4.

⁵ Id., *ib.*, p.34. Benjamim citou Eduard Fuchs



O hábito de se dirigir ao leitor ou leitora foi divulgado para os leitores de hoje pelas crônicas e romances de Machado de Assis, que, insistentemente, “conversa” com o leitor e a leitora. Quando o diálogo é com a mulher, Machado faz uso do mesmo tom de amabilidade, de intimidade respeitosa, que era usado pelos folhetinistas do *Correio Paulistano*, tom que não esconde, todavia, o intento do escritor “regenerador”.

Comentando o drama *Cobé*, de Joaquim Manuel de Macedo, Machado enfatiza as “grandes belezas” do drama. Faz um resumo do comovente enredo, penaliza-se com o amor impossível de Cobé por Branca, - Cobé era um “pobre escravo, a quem uma sociedade de demônios tirara o desejo de amar” - e fala à leitora:

“Como vê a minha leitora, respira um grande princípio democrático o drama do Sr. Macedo; - e se a minha leitora é do mesmo *credo*, estamos ambos de acordo”.

As mulheres deviam ir ao teatro buscar - além do lazer - a cultura, o aprendizado da democracia e das regras de comportamento vigentes na época. E também por solidariedade aos artistas.

Em uma de suas crônicas, pergunta à leitora se ela “tem ido ao velho teatrinho de São Januário”, onde uma “pequena companhia de aspirações modestas se vai desenvolvendo, bem arredada de seus companheiros”. Ele lá estivera “na tarde do domingo” e pode perceber que da “pequena sessão artística” saíam os espectadores “plenamente satisfeitos”. Elogia a peça representada, *Artur ou dezesseis anos depois*, e o desempenho da Sra. D. Jesuína Montani:

“A leitora, como toda a população, conhece essa atriz de mérito, que com aplauso tem pisado todos os teatros da corte. Eu, que não falo com as loucas pretensões de partido em arte, o mais tolo dos partidos, posso dizer aqui em segredo à minha leitora: com o Sr. De Giovanni e D. Jesuína a nossa companhia promete”⁶.

Comentando o drama francês, *A honra de uma família*, diz:

“Que drama, amável leitora! Pelas primeiras cenas de exposição conhece-se o dedo de mestre que delineava o quadro”.

Em outra crônica, anuncia “à leitora” o renascimento da Ópera Nacional, esperando que “as belas noites que nos deu essa associação interessante” voltem:

“Soa que teremos sessões artísticas de muito gozo, zelo e talento. Tanto melhor! creio que posso esperar das minhas amáveis leitoras a sua companhia na sala de S. Pedro de Alcântara”.

⁶ Id., Ib., p.33-4.

⁷ Id., Ib., p.40



Depois, oscilando entre o preocupado em não ser reconhecido “pelas leitoras” e a certeza de que um cronista “é reconhecido entre um povo de cabeças”, pois ele cheira “a folhetim a duas léguas de distância”, despede-se da “leitora”.⁸

À solicitação de complacência por parte da leitora, o autor acrescenta o pedido que tenha também “um olhar penetrante, curioso” para “esse folhetim”.⁹

Ainda nos livros que são situados pelos seus críticos em sua “fase da maturidade”, “ou segunda fase”, não abandonou o estilo coloquial que caracterizava o folhetim, dirigindo-se inúmeras vezes aos seus leitores, oscilando entre um interlocutor e uma interlocutora, em busca do cúmplice. Como em *Esau e Jacó*, publicado em 1904, e o seu penúltimo romance.

A escolha do sexo do leitor, é determinada pelo assunto “da conversa”. Quando o tema é amor, lágrimas ou o dom para adivinhar, prever ou intuir coisas, ele fala com a mulher. A questão do medo da velhice, que aparece também sob a forma de medo dos homens de verem as mulheres envelhecer, ou a exigência masculina de uma eterna juventude para as mulheres, são assuntos para as conversas com as leitoras.

Sobre a atitude que Natividade teria ante o baile da Ilha Fiscal, diz à leitora:

“Não é que ainda dançasse, mas sabia-lhe bem ver dançar os outros, e tinha agora a opinião de que a dança é um prazer dos olhos. Esta opinião é um dos efeitos daquele mau costume de envelhecer. Não pegues tal costume, leitora. Há outros, também ruins, nenhum pior, este é o péssimo. Deixa lá dizerem os filósofos que a velhice é um estado útil pela experiência e outras vantagens. Não envelheças, amiga minha, por mais que os anos te convidem a deixar a primavera; quando muito, aceita o estio. O estio é bom, cálido, as noites são breves, é certo, mas as madrugadas não trazem neblina, e o céu aparece logo azul. Assim dançarás sempre.”¹⁰

Estaria Machado “convidando” a sua “leitora” a morrer antes da velhice? Um convite feito de forma belíssima, mas tétrico.

Quando o objeto de suas considerações é a mulher, dirige-se ao leitor, buscando sua concordância ou seu testemunho para o que diz a respeito dela. Quando faz comentários, mesmo que levemente irônicos, sobre política, o interlocutor escolhido é o homem.

Aos quarenta anos de Natividade, ele faz considerações a respeito da cor da alma de Natividade:

“Ainda lhes não disse que a alma de Natividade era azul. Aí fica. Um azul celeste, claro e transparente, que alguma vez se embruscava, raro tempestuava, e nunca a noite escurecia.

⁸ Id. Ib., p. 50

⁹ Id. Ib., p. 51-2.

¹⁰ MACHADO DE, ASSIS. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: Jacson, p.186. (Obras Completas).



Chegou assim aos quarenta anos. Não importa; o céu é mais velho e não trocou de cor.”¹¹

Após o famoso baile da Ilha Fiscal, conta “ao leitor” que todos estiveram presentes e que a idéia do governo em escolher a Ilha como cenário,

“foi uma bela idéia. Dentro e fora, do mar e de terra, era como um sonho veneziano”.¹²

Apesar da beleza do cenário, que ele admite, a ironia marca presença em tudo que escreve relacionado ao baile, o que dá à frivolidade aparente das considerações sobre o mesmo, uma forte tonalidade crítica e política, para a qual busca a cumplicidade do leitor.

A atitude de D. Cláudia, incentivando o marido a mudar de partido, no que foi bem sucedida, inspirou ao Comendador Aires (porta-voz do autor?) meditações acerca das “veleidades” humanas. Depois de profundas elocubrações, Aires conclui que o estímulo da esposa caíra em terra fértil, porque “não faltava ao marido o “desejo a que a vontade da esposa deu vida e alma”. Machado se diz persuadido de que o leitor chegará à mesma conclusão que Aires, “se gosta de concluir”.¹³

A utilização de um outro texto, subjacente à narrativa, estruturado na relação que ele estabelece com os leitores ou leitoras, sob a forma de conversas casuais, íntimas, chistosas, preserva no romancista a condição de cronista da Imprensa, que o autor nunca abandonou.

O folhetinista esteve sempre à espreita do irônico romancista, crítico da política e da sociedade “fluminense”.

Os folhetinistas do *Correio Paulistano*

A predileção pela forma de diálogo direto com a leitora não foi constante, entre os folhetinistas do *Correio Paulistano*.

Ferreira de Menezes, que se seguiu a Sílvio Silvis, preferia dirigir-se aos leitores. Talvez por isso, a forma de seus folhetins não tenha a leveza, a descontração, a amenidade galhofeira ou irônica de Sílvio. O tom é sério, pois, estava o autor escrevendo para ser

¹² Id., lb., p.. 83-4.

¹² Id. ib. p.191

¹³ Id. ib. p.222-3.



lido e admirado também pelos homens de letras, por políticos, magistrados, negociantes, capitalistas e profissionais liberais. Dirigindo-se a estes, ocupantes do espaço público, sérios homens de negócio e políticos, era inadmissível o tom frívolo ou casual, que assentava bem “nos papos” informais, adequados para as jovens.

O Folhetim foi objeto de análises e definições por parte dos folhetinistas e dos que escreveram sobre eles.

Em 1878, um folhetinista que se assinava EP, comentando elogiosamente França Júnior, que ele dizia ter sido o inaugurador do “Folhetim de costumes”, afirmava que a crônica “que começa com amáveis leitoras está fora de moda”. O cronista agora deveria eximir-se de conversar com os leitores ou leitoras. (*Correio Paulistano*, 10.2.1878).

Almeida Nogueira, comentando a versatilidade de França Jr., enquanto estudante e profissional, como autor de dramas e crônicas, lembra a importância que o Folhetim teve durante o 2º. Império, tendo sido

“um dos gêneros literários mais estimados, verdadeiro pão nosso de cada dia. Manhã após manhã todos o liam. Cultivavam o folhetim as melhores penas da época, ora neste, ora naquele jornal, ensejando aos leitores momentos amenos de diversão e devaneio. Quem não se lembrará de Francisco Otaviano, de José de Alencar, de Machado de Assis, ou de Lúcio de Mendonça?”¹⁴

Almeida diz que França Júnior, Teodomiro Alves Pereira, o autor de Genesco, romance sobre a vida acadêmica, Francisco Antônio da Luz foram colaboradores e folhetinistas do *Correio Paulistano*.¹⁵

Um dos folhetinistas, Sílvio Silvis, definiu e caracterizou o Folhetim. Primeiramente, diz que ele não é da época que a Europa vivia do cultivo do trigo. Ele é novo, produto da Civilização, nasceu junto com os bancos, pianos, bilhetes de loteria, sociedades de bailes, os

“omelettes sucrés e com todas as coisas que a labutação do mundo novo sobrepôs à plantação de trigo do velho mundo.” Aí a Civilização disse: faça-se o Folhetim: e o Folhetim se fez”.

O Folhetim é o descanso da Civilização e, conseqüentemente, feito no domingo. Apesar de sua condição de descanso e entretenimento, o Folhetim

“tem os seus longes de metafísica moral; o folhetinista deve instruir-se nos costumes de seu próximo; É por isso que ele está sempre com as posturas à vista e preocupa-se com o sistema para encanar a água da Cantareira”. (*Correio Paulistano*, 13.8.1865).

¹⁴ NOGUEIRA, Almeida de. A Academia de São Paulo. Tradições e reminiscências. São Paulo: Secret. da Cult. C. e Tecnologia/ Saraiva, 1977, v. 5., p.230-1.



A Cidade de São Paulo, pequena, modesta, com poucas opções de lazer, vai se organizando através das informações dos folhetinistas. Torna-se presente, com as suas casas, algumas sem número, ruas esburacadas, pessoas que vão ver o trem na estação da Luz, ou vão ao teatro, onde nos intervalos, tomam “gemada e limonada”. O folhetinista é o caçador da “alma” da cidade (a gemada a que se refere era um pão, parece que originário do Rio Grande do Sul).

As diligências, o barulho que fazia o “carro de eixo-móvel”, o que tanto incomodou o folhetinista Silvio Silvis; o tédio provocado pela falta de opções de lazer; a expectativa feliz que antecipava um baile, a alegria durante a sua realização e os comentários que o prolongavam por dias; a vinda de artistas estrangeiros; as lojas que se abriam, “repletas” de novidades francesas; a inauguração da loja de fotografia do Gaspar, que tinha uma sala para as famílias e senhoras; a abertura da casa de banhos, o sorvete que a *Serêa Paulistana* anunciava que seria vendido no começo da noite; inventos como o telefone, o gramofone, a luz elétrica e a roda gigante são fatos presentes nos Folhetins.

O deslumbramento dos folhetinistas com as novidades equiparam-se ao deslumbrado dos habitantes de Campos Gerais, Sul de Minas, onde a novidade parecia a nós inebriante, “uma coisa do outro mundo”, diziam os vizinhos, com admiração. Hoje, as reminiscências daqueles tempos têm o sabor de “uma fantasmagoria”. Para eles, cronistas dos meados do século XIX, como para nós, no século XX, habitantes da pequena e “longinqua” cidade, distante da estrada de ferro e da Capital, a chegada do trem de ferro na estação representava o contato com outros mundos e perspectivas de conhecimento de coisas que pareciam estranhas. O encanto que o trem chegando na estação da Luz produziu em Silvio deveria ser semelhante ao que sentíamos ao chegar à estação Josino de Brito, depois de viajar hora e meia ou mais, conforme o estado da estrada e da velha e barulhenta jardineira. O mágico recém-chegado, o sorvete, a banheira de mármore, tiveram sobre os habitantes de São Paulo, dos meados do século XIX, o mesmo impacto que tiveram sobre nós o teco-teco sobrevoando a cidade, a audição de Vicente Celestino e Gilda no Cinema, a passagem de Chico Landi, vindo de Varginha, dentro de sua surpreendente, “baratinha” amarela. Nunca, até então, tínhamos visto coisa igual...

Os folhetinistas-acadêmicos que ocupavam transitoriamente o espaço no jornal destinado à crônica ligeira e informativa, no período de 1862 a 1880, usavam pseudônimos ou se escondiam atrás de iniciais. O único que usou o próprio nome foi Ferreira de Menezes. Devido a informação de Almeida Nogueira, de que alguns acadêmicos foram folhetinistas e que eram os estudantes que normalmente escreviam nos jornais, pode-se pensar que as iniciais ou pseudônimos eram de estudantes. É típico da época, adotar pseudônimos.



Apesar de escreverem para um jornal que foi ou liberal ou republicano durante a maior parte do tempo, e sempre maçom, não se pode caracterizar os que faziam os Folhetins e outras seções de variedades como um grupo com idéias semelhantes, ou situá-los dentro de conceitos como liberais, ou “revolucionários”, mesmo usando tal expressão nos limites do conteúdo que os acadêmicos davam à palavra revolução. Porque nos textos há uma gama de posições que parecem, conforme o escritor e o momento, conservadoras, liberais moderadas, menos moderadas, etc..

Quanto à palavra revolução, usavam-na para denominar qualquer mudança social, econômica ou política por eles desejada.¹⁶

Uma tônica predominante em seus textos é a tendência a se situarem como vanguardistas da modernidade, responsáveis pela “educação” moral da sociedade. Como tal, assumiam em relação “às leitoras” o papel de conselheiros, em um tom que oscilava entre o sério e o chistoso.

Na polêmica a respeito da apresentação de Josefina Porfírio de Lima, um acontecimento inovador para a época, o folhetinista foi discreto quando informou a realização do concerto, frisando como novidade apenas o “duo a dois pianos” e o trio “a piano, rebecca e órgão-harmonium”. Nenhum espanto com o fato de uma moça “filha-família” apresentar-se em público, fazendo acreditar que o autor da crônica ou não o considerou “um assombro” ou não quis chamar mais atenção ainda para a jovem pianista, que tocaria em benefício de seu professor Giraudon. (*Correio Paulistano*, 5.10.1862).¹⁷ Após a realização do concerto sem a presença de Josefina, elogiou Giraudon, os participantes e, ligeiramente falou dos sussuros que começaram a ser ouvidos e “foram sufocados pelos aplausos”.

Três anos depois, o folhetinista Ferreira de Menezes volta a falar de presença feminina em concertos, em uma carta que ele enviara a uma “leitora” e que publicava com o “consentimento expresso” da destinatária. Na carta, elogiava um concerto no qual

¹⁶ No artigo A República, um jornal acadêmico, cito textos dos redatores que ilustram o sentido que a palavra revolução tinha para os acadêmicos republicanos, que era a queda da monarquia, queda esta anunciada em linguagem dramática, lembrando a revolução francesa. Severino Prestes escreveu que para se chegar à República, a única forma seria aquela da qual “tem lançado mão todos os povos oprimidos, é o que produziu na França a aurora da liberdade; é a revolução”. *História*, São Paulo (nº esp.): 149-162.

¹⁷ BORGES, Urquiza Maria. Josefina deve ou não tocar em público? *ARTEunesp*, São Paulo, v.7., p.173-185, 1991.



participaram senhoras, lamentando a ausência de sua correspondente. Entre muitos adjetivos, Menezes diz que a “nudez decorativa” da sala do concerto fora recompensada pelo “público deslumbrante”. As senhoras presentes pareciam uma “cesta de flores: risonhas, vistosas, colorantes”. As músicas, as interpretações e, principalmente o professor Giraudon, receberam calorosos elogios. E, concluía: “sabe-se tocar piano em São Paulo minha senhora, é tudo que posso dizer”.

Entre as que se apresentaram, estava Josefina Porfírio de Lima. O autor aproveitou a oportunidade para fustigar os “prejuízos ainda subsistentes” (palavra originária da francesa, *préjugé*, aqui usada com o sentido de preconceito) e que determinavam para a mulher, “a obra mais perfeita da criação”, um único papel:

“o de madona reclusa romana, de eterna fiadora na roca, junto do deserto enfastiado do lar”.

E atribui a sua opinião a respeito da reclusão da mulher à educação que vem recebendo da “palavra de V. Excia., sempre doce e persuasiva”. (*Correio Paulistano*, 19.II.1865).

Contrariamente ao que demonstrou pensar Ferreira de Menezes acerca da saída das mulheres para o exercício de algumas funções fora do lar, outro folhetinista, como se verá, fez críticas às mulheres que estudavam Medicina, achando tal profissão inadequada para o sexo feminino. Fato que demonstra que nem todos os letrados assimilaram as idéias que eram consideradas “modernas” ou inovadoras, estando o nascente feminismo entre elas.

Ferreira de Menezes estudou na Academia de Direito de São Paulo de 1862 a 1866. Casou-se com a atriz Júlia de Azevedo, foi colaborador e folhetinista do *Correio Paulistano*, antes de mudar-se para o Rio Janeiro.

Seria a destinatária e educadora do missivista a atriz Júlia de Azevedo, futura esposa de Menezes? Júlia, artista profissional, deveria ter tido uma formação mais liberal no tocante aos direitos da mulher, ou aprendera, em seu cotidiano, a impor a sua autonomia, ensinando ao seu pretendente a perceber o tédio de uma vida circunscrita à domesticidade.

Antes da realização do recital do qual fala Ferreira de Menezes, em 22 de outubro de 1865, Sílvio Silvis duvidava de sua concretização, lembrando a malograda “participação” de Josefina, em 1862, impedida de apresentar-se em nome dos “bons costumes”. O anunciado concerto conseguiria vencer as barreiras que impediam a participação de



moças em concertos públicos? A forma como Sílvia expõe as suas dúvidas, fundamentado no passado, deixa entrever a sua desaprovação ante aquele exagero de rigidez, na observação dos “bons costumes”. Suas dúvidas não tiveram razão de ser e o recital aconteceu, sem oposição: tratava-se de um recital beneficente, por “uma causa nobre”. Portanto, a participação de mulheres era compatível com o que se esperava do sexo feminino, que era a prática da filantropia, reforçada pelo patriotismo.

Durante o ano de 1865, o folhetinista principal foi Sílvia Silvis. Ele denominou suas crônicas de *Conversas a Vapor*. Sílvia é um cronista espirituoso, brincalhão, às vezes melancólico; salta de um assunto político para um comentário a respeito de lazer, na mesma crônica. Gosta de trocadilhos, fazendo com eles pontes entre temas diferentes. Seu texto é leve, afável, bem humorado. Também ele foi conselheiro das “leitoras”, incentivando-as a frequentar festas, livrarias e teatro.

Sílvia era estudante da Faculdade de Direito, provavelmente, pois volta para “a sua terra natal”, em 1866. Despedindo-se das “leitoras” em uma crônica melancólica, antecipa saudades. Apesar de dirigir-se à “leitora” ou às “leitoras”, afirma, em uma de suas crônicas, que pretende ser lido pelos dois gêneros.

Por ocasião da festa comemorativa de uma vitória contra Aguirre, no assalto a Paissandu (Guerra do Paraguai), depois de expor a sua alegria com a vitória, Sílvia Silvis pergunta “à leitora” o que acha de seu “preâmbulo cívico”. Descreve com entusiasmo patriótico a festa: as casas iluminaram-se durante três noites seguidas, “diferentes músicas” percorreram as ruas:

“não só no dia 22, como na noite da mesma data. Um povo compacto de todas as hierarquias sociais acompanhava o triunfante pendão auri-verde, proclamando as vitórias de nossas armas. Oh! foi uma festa do povo essa, que presenciamos! E foi, ousado afirmá-lo, com o concurso de V. Excia. e de vossas irmãs de sexo.”

Frisa que os homens devem “ler” apenas o que ele realmente escreveu, a respeito da importância do concurso das mulheres e que não devem entender, erroneamente, que o autor só escrevia para mulheres. Acrescenta, para conhecimento da “leitora”, não saber do conteúdo das negociações de guerra ou de paz (Guerra do Paraguai). Em seguida, fala do carnaval, da animação que fora o do ano anterior. E anuncia que haverá bailes no Hotel das Quatro Nações, Teatro São José e no Tivoly. (C. P., 26.2.65)

Em 19 de março de 1865, espicaça a administração da cidade, através de paródia às Sete Maravilhas do Mundo, como se estivesse respondendo a um amigo que o convidara para



conhecer a 8ª maravilha do mundo. O folhetinista responde que não conhece nem as sete primeiras, o que leva “o amigo” a enumerá-las: 1) o carro de eixo móvel; 2) o inverno de 12 meses; 3) os calçamentos feitos pela extinta câmara; 4) o carrear “o cisco” aos domingos, fugindo este para os olhos dos passantes; 5) o paredão do Carmo; 6) a praça do mercado; 7) qualquer coisa; 8 e 9) abóboras e morangas de uma arroba e meia.

Avisa a leitora que vai falar de coisa séria e reclama novamente “dos ciscos que são tirados aos domingos de manhã”. Além de incompetentes, pois mais sujam do que limpam, os funcionários municipais são “preguiçosos” recolhendo o lixo às 9h, com as ruas “cheias de pessoas que iam às missas ou às compras”, quando deveriam fazê-lo entre 6h e 7h.

Em tom irônico, enumera problemas da cidade que incomodavam os moradores naquele momento. É neste, como em outros Folhetins, o atento crítico da Câmara, que administra mal a cidade.

A cidade com seus problemas é um tema constante. O carro de eixo móvel, que tanto incomodou ao Sílvio e que deve ter incomodado também aos outros moradores, inspira o folhetinista a liderar “uma revolução” contra o tal carro. Antecipando-a, faz uma proclamação contra o

“hediondo inimigo comum, o tirânico usurpador dos direitos de todos, da civilidade e da tranquilidade: o carro do eixo móvel” (5.2.1865).

Alguns meses depois o “carro de eixo móvel” continua “atazanando” o sossego dos paulistanos. Contra ele, Sílvio confia na poderosa crítica feita através da Imprensa. (16.7.1865).

A locomotiva é enaltecida por Sílvio. Ele a compara a uma “robusta senhora burguesa”, “a uma senhora do convívio familiar”:

“A civilização é a locomotiva. Na festa da chegada, tudo era inglês; tudo estava à inglesa: trajes e a névoa que encobria a cidade de São Paulo. Um *frisson* de expectativa e eis que o vapor rompia pela ira primeira vez os campos do Piratininga”.

O folhetinista diz ter ficado tão imbuído da cultura inglesa, que, ao voltar para casa e encontrar um almoço brasileiro com “carne de porco salgada, feijão branco e arroz doce”, não quis comer e pediu “*beefs e puddings*, um jantar civilizado”. (27.8.1865).

A relação que Sílvio estabelece entre burguesia, Inglaterra e a estrada de ferro, explanada com ironia e com a mágoa impotente dos que se sentem inferiorizados ante



uma poderosa metrópole colonizadora, tinha como fundamento a concessão feita à companhia organizada em Londres, a *São Paulo Railway*.

Como escreveu Alberto Faria, a respeito das tentativas de brasileiros e do inglês Thomas Cockrane para a construção de trechos de vias férreas, apesar da não concretização do intento, a experiência de Thomas Cockrane foi uma “experiência de grande vantagem para as realizações futuras”:

“Era natural que a um súdito inglês coubesse a iniciativa na realização dos caminhos de ferro, uma vez que o governo não a quis tomar para si. A Inglaterra é pátria do caminho de ferro. Era de louco supor que um brasileiro pudesse ser o iniciador de tal empreendimento. Não havia capitais, não havia homens, nem podia haver ideais num corpo comercial e industrial cuja base de operações era a importação de escravos da costa d’África”.

As festas religiosas como a de *Corpus Christi* e de *São Jorge* são temas das crônicas de Sílvio e dos outros folhetinistas. Sílvio lamenta que elas não tenham mais o mesmo brilho do passado. Tais festas eram a alegria “do povo”, apesar de já “desprezadas” na sua época, por pessoas que as cobriam de ridículo.

Sobre a de 1865, o folhetinista enaltece as festividades que fizeram “as delícias” dos paulistanos durante toda a semana. “Quem não larga o boi para ver o santo do cavalo ou o sempre curioso homem de casaca de ferro?” As pessoas “simples” vibravam ainda com os festejos, já considerados ingênuos por

“nossa supérflua Civilização que vai extravasando indiferença, por todas estas coisas da Igreja. Embora o pouco caso ande confraternizando com a descrença, por deixarem ambos correr em abandono os cerimoniais religiosos, o povo não se dá por vencido e vem procurar a costumeira festa de seus encantos”.

Sílvio mostra-se decepcionado com a malícia de certas observações sobre o casaca de ferro. E relembra a sua infância, na pequena cidade, quando perguntava aos adultos como o São Jorge mantinha-se no cavalo. Então, ainda não sabia do “segredo” que segurava o cavaleiro: uma presilha entre a imagem e a respectiva sela. Termina a crônica, despedindo-se da “bondosa leitora” (18.06.1865).

Nessa crônica, a nostalgia em relação ao passado, a mágoa pelo desaparecimento de tradições, contrapondo-se à ridicularização delas. Situando-se o autor ao lado “do povo”, idealizado como a síntese da simplicidade, da amorosidade e da religiosidade, síntese perpetuadora da pureza do passado (idade do ouro perdida). Na visão de Sílvio, o povo representava o lado quixotesco, frágil e perdedor na luta contra a “Civilização”

¹⁸ MATOS, Odilon Nogueira de. *Café - Ferrovias*. São Paulo: Alfa-Ômega e Edit. sociologia e Política, 1974, p. 50. Apesar da estrada ter sido inaugurada em toda a sua extensão, em 1867, o trem chegou à estação da Luz em 1865.



modernizadora, europeizante, que implantara o desprezo pelas tradicionais festas populares. A ambivalência dos letrados, entre a valorização do novo, do civilizador e o enaltecimento do passado com as suas tradições festivas e valorização da vida familiar, - a “vida portas a dentro” - é uma constante¹⁹

O “povo” que não deixara de prestigiar a festa, que o folhetinista achava tão encantadora, era constituído pelos “pobres”, que eles chamavam também “a gente simples” ou “os pequenos”.²⁰ A “Civilização” referia-se às elites, as primeiras a se europeizarem, a adotarem os costumes franceses.

Povo e tradição aparecem identificados com espontaneidade, e, apesar de não explícito, com a pobreza e a conseqüente falta de oportunidades para o gozo de atividades pagas de lazer. “Aos pobres”, restariam apenas as festas públicas, as procissões, que se transformavam também em momentos extraordinários de “ganha-pão”. Na crônica sobre os festejos da vitória de Paissandu, o “povo” aparece como o beneficiário da vitória, aquele por quem os bravos soldados lutaram; por isso, a festa foi do “povo”.

Maria Paes de Barros, quando fala de sua infância na cidade de São Paulo (Maria nasceu em 1851), descreve como uma das suas mais caras reminiscências a alegria que era assistir a festa de *Corpus Christi*, das sacadas da casa de seu tio:

“Era uma das grandes festas do ano, esperada por todos com ansiedade. Talvez nem sempre edificasse, mas divertia e alegrava”.

Pelo relato de Maria, tem-se a impressão de que a festa ainda era prestigiada por todos, mesmo pelos que, não acompanhando a procissão, transformavam-na em oportunidade para convívio entre amigos e parentes, na casa de alguém.

O que descontentava o cronista devia ser esse distanciamento das elites da festa nas ruas, assistindo-a das sacadas.

Maria conta que todos iam à festa, à casa do tio, “desde os senhores até a última escrava”. Uma das crianças da família acompanhava a procissão, vestido de anjo, assistido por um escravo. Na casa do “tio F.”, irmão do “Comendador”, seu pai,

¹⁹ Na minha tese de Doutorado, *A mulher em cena*, Capítulo 7, *Burguesia em Cena*, sob o título “Salvai o nosso lar” (p.122-127), mostro a oposição entre a casa e a rua, nas peças que analiso. Em *O demônio Familiar*, de José de Alencar, Eduardo, o herói-*raisonneur*, diz a Azevedo que “a sociedade, isto é a vida exterior, tem-se desenvolvido tanto que ameaça destruir a família e a vida íntima. A mulher, o marido, os filhos, os irmãos atiram-se nesse turbilhão dos prazeres passam dos bailes aos teatros dos jantares às partidas”. (Ato I, cena XIII).

²⁰ Carlos Ferreira escreveu uma peça intitulada *Os pequenos e os grandes*, que analiso no capítulo, *Divertir, regenerando*.

²¹ BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. São Paulo: Brasiliense, 1946, p.38.



reuniam-se “os Souza Queiroz, Andrade, Carrão, Vergueiro, Gavião Peixoto e outros”. Era uma festa política, pois o tio era chefe do Partido Liberal.

A descrição de Maria situa as famílias mais importantes da cidade na casa, assistindo a procissão do alto do sobrado, em confraternização familiar, social e política: mulheres em um espaço, homens em outro e as crianças “com o pessoal de serviço, mucamas e pajens”, assistindo das janelas da cozinha.

Os que cercavam o bispo, “ricamente paramentado com vestes de seda branca, guarnecidas de galões dourados, nas mãos o cibório de ouro”, eram “as mais importantes personagens da cidade”. No acompanhamento da procissão, a distinção de classes sociais é evidente. O pálio de varais cobertos “de rica seda branca, com franjas de ouro”, era sustentado pelos camaristas:

“Sob ele, lento e grave, caminhava o bispo rodeado das mais importantes personagens da cidade”.

Atrás do pálio, vinha a banda de música dos permanentes seguida pelo “enorme populacho que acompanhava a procissão”.²² Após a passagem do cortejo, o “populacho” se espalhava pela rua e as “inúmeras quitandeiras” faziam a felicidade da criança, com seus “tabuleiros cheios de docinhos variados, envoltos em papéis de cor”. Maria, em sua descrição da procissão de *Corpus Christi*, não registra a presença do “homem de casaca de ferro”, de origem portuguesa. Segundo a tradição e as crônicas medievais, a imagem de São Jorge começou a acompanhar o cortejo porque, indo para uma batalha com os seus soldados, São Jorge encontrou-se “com o sagrado Viático” e resolveu acompanhá-lo “com as suas tropas”, pedindo ajuda para a vitória. Na procissão, São Jorge era conduzido pela sua comitiva, seguida pela banda de música e, após, o Ferreiro ou o Homem de Ferro, que era a maior atração:

“a gente de todas as classes sociais suspendia acima da fronte as crianças para elas verem à vontade o Ferreiro de São Jorge. Este personagem, vestido de malhas, peito de aço, capacete bronzado e viseira descida, secundava a banda, empunhando com a manopla de escamas enorme lança, e tendo no braço esquerdo pesado escudo. A cor de ferro de todo o seu uniforme guerreiro bem explicava a denominação que lhe dava o povo”.²³

A conceituação do povo, de forma idealizada, como se viu na crônica de Sílvio Silvis, era constante na produção dos acadêmicos liberais, republicanos e em integrantes do Partido Conservador, como José de Alencar. Os pobres são dotados de honradez,

²² Id. ib., p. 41-42.

²³ MORAES Fº., Melo de. *Festas e tradições populares do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, s/d., p.162-3.



generosidade, humildade e religiosidade, como na peça *Os pequenos e os grandes*, de Carlos Ferreira. (*Divertir, regenerando*).

Em *A expiação*, de José de Alencar, o “Barão” fala que foi “promovido a rico” mas que conservou “muito defeito da gente pobre”, e que um deles é “gostar de ver as coisas direitas e no seu lugar”; entre as “coisas direitas está a “virtude”. (Ato III, cena XIII).

Na mesma peça, Meneses, o jornalista que atua como *raisonneur*, discorrendo sobre a honra, diz:

“ela pouco vale hoje em dia; nos pobres ninguém a percebe; mas nos ricos é um título apreciado pela sua raridade, e difícil de obter-se”. (Ato III, cena III).

Na observação de Meneses sobre a invisibilidade da “honra” quando o seu possuidor é pobre e o foco de luz que a raridade faz incidir sobre a mesma, quando extraordinariamente aparece entre os ricos, está imanente a afirmação de que os pobres são honrados, em maior número.

Na peça *O soldado brasileiro*, dos republicanos e maçons Ubaldino do Amaral e Cândido Barata, um dos personagens, Souza, que fora aprisionado para ser enviado como “voluntário” para a guerra do Paraguai, diz:

Nos estranhos tempos em que vivemos, as virtudes cívicas foram pedir guarida ao seio do povo... da plebe, si lhe apraz.” (Ato IV, cena III).

Em *Sílvio*, o cotidiano da cidade aparece cheio de vida. Ele fala com simpatia dos novos serviços que são oferecidos, das lojas que são inauguradas, e noticia de forma entusiástica a inauguração da casa de banhos.

O inverno, assim como a “limonada e a gemada” que são servidas no Teatro São José, “fazendo estufar o mais esguio”, o pedido de desculpas junto à leitora por não ter ido combater na guerra, são os assuntos da crônica de 9 de julho de 1865.

A abertura de uma nova loja de objetos de música alegra o folhetinista e serve de pretexto para criticar a administração municipal e dar uma leve estocada “no folhetinista da religião:

“Não havia em São Paulo um lugar onde tivesse tudo no tendente à arte de Rossini e da leitora que, bem sei, toca o seu piano magistralmente, quer em dia de semana, quer em domingo, para martírio e desespero do folhetinista da religião de São Paulo”.

Ele vê como único defeito da loja, ela não estar na rua do Rosário, onde queria que estivessem todas as lojas elegantes. Aproveita a oportunidade para reclamar da administração municipal, que não colocava placas com os nomes das ruas:

“Não se sabe qual é a São Bento, qual a do Rosário e qual é a ladeira do Cubatãozinho, pois os nomes foram varridos, juntamente com a numeração das casas”.



Walter Benjamim, considerando a numeração como parte do controle normativo que passou a ser imposto à cidade, cita o que Balzac escreveu no *Modeste Mignon*, reclamando do registro dos horários da partida e da chegada das carruagens, do controle do Correio sobre a correspondência, e a obrigatoriedade de numerar as casas:

“Desde a Revolução Francesa, uma extensa rede de controles, com rigor crescente, foi estrangulando em suas malhas a vida civil. A numeração de imóveis na cidade grande fornece um ponto de referência adequado para avaliar o progresso da normatização. Desde 1805, a administração napoleônica a tornou obrigatória em Paris”.²⁴

A numeração reclamada pelo folhetinista, que se debate dentro da desorientação que a falta de placas com os nomes das ruas e os números da casa o deixou, foi antagonizada pelos habitantes de Paris, nos primeiros tempos, que continuaram a designar as suas casas pelos nomes.

Finaliza a crônica, fazendo uma brincadeira com a discussão sobre a veracidade da ida ou não de São Pedro a Roma. E, para que o mesmo não aconteça com ele, na posteridade, faz uma pública declaração de que nunca esteve em “Bethlem do Descalvado” (nome de uma localidade, no século XIX que aparece em outros noticiários). O objeto da ironia, em última instância, é a Igreja, instituição mantenedora de polêmicas religiosas, sem importância, como “as querelas bizantinas”. Subjacente ao comentário chistoso, uma crítica à alienação da Igreja em relação aos problemas concretos dos homens. (30.7.1865).

A loja, *Fotografia do Gaspar*, foi noticiada com deslumbramento:

“montada a capricho, vastos salões, luz excelente, variados utensílios, adequados repartimentos, luxo na decoração dos aposentos e objetos; enfim tudo para lisonjear a vista. Um estabelecimento que fazia a honra da capital e há de fazer as algibeiras do Gaspar”.

Incentiva a leitora a ir tirar um retrato na loja e diz que gostaria de ver a fotografia. Conta o caso de uma senhora que, tempos antes do Gaspar, vira uma foto sua e pensou que fosse a do diabo. Isso não aconteceria mais, agora que existia a loja do Gaspar, onde havia até “uma poética sala para as senhoras fazerem a toalete e descansarem”. Ele fora visitar a loja e saiu bem impressionado com as instalações e com a amabilidade do artista com as visitas. (23.7.1865).

A descrição superlativa do trabalho de Gaspar, afasta a hipótese de que a referência tenha sido motivada por amizade, busca de um assunto ou apenas pelo deslumbramento do habitante, que vê a sua cidade “modernizando-se”.

²⁴ BENJAMIM, Walter. Paris no segundo império. *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.44



A forma, aparentemente casual da informação a respeito do novo serviço, constituía o *réclame*, publicidade em voga na época. Benjamim, referindo-se à imprensa parisiense, posterior à Revolução de Julho, afirma que o anúncio comercial estava generalizando-se, às vezes “na forma de “informação curta e brusca”:

“O assim chamado *réclame* abria passagem; por esse termo se entendia uma nota, autônoma na aparência, mas, na verdade, paga pelo editor e com a qual, na seção redacional, se chamava a atenção de um livro que, na véspera ou naquele mesmo número, fora objeto de anúncio.”

O autor comenta que Sainte-Beuve “lamentava” os “efeitos desmoralizantes” do *réclame*:

“Como se pode condenar na parte crítica um produto... do qual, duas polegadas abaixo, se lê que é a maravilha da época?”²⁵

Em 26 de julho de 1865, na página destinada à publicidade, aparece um anúncio de Carneiro & Gaspar, estabelecimento fotográfico. O anúncio fornece as mesmas informações dadas por Sílvio, sem o tom entusiástico. Como novidade, a informação de que foi contratado pela firma um “artista dos EUA, perito na extração, colorido e perfeição dos retratados”. A “sala especial para as famílias” é destacada porque é um elemento tranquilizador para as elites, ciosas de sua privacidade.

“A coincidência”, lamentada por Sainte-Beuve, entre um anúncio e a nota aparentemente autônoma sobre um mesmo produto, evidencia-se também no *Correio Paulistano*. A loja que anuncia é elogiada no Folhetim.

O importante é que o *réclame*, feito em uma seção informativa, prestigiava o produto e intensificava o encantamento em face do novo produto ou novo invento, encantamento partilhado por membros de todas as camadas sociais da sociedade urbana. O invento de Daguerre por exemplo, foi fascinante para os que o viram acontecer e tornou-se “mania”. Álvares de Azevedo, em suas cartas, alude-se “à mania de daguerreotipar-se” que lavrou na cidade de São Paulo:

“Não há estudante que não se tenha retratado, ou não pretenda retratar-se. Além disso é barato - por 5\$ tem-se um retrato colorido em um quadro singelo - sendo em chapa pequena. E não são só os estudantes os contagiados: a moléstia vai se espalhando e o médico lucrando. Bom é que seja tão barata a cura”.

Diz que tem uma “pasta cheia de retratos, mais ou menos caricaturizados”. Em várias cartas, envia retratos para a mãe.²⁶

²⁵ Id.,ib., p. 23

²⁶ AZEVEDO, Vicente de (org.) *Cartas de Álvares de Azevedo* (citada), . 241-2.



Michelle Perrot cita Gisèle Freund, que considerou o sucesso da difusão social do retrato como um “esforço da personalidade para afirmar-se e tomar consciência de si mesma”:

“Adquirir e afixar sua própria imagem desarma a angústia; é demonstrar sua existência, registrar sua lembrança. Bem encenado, o retrato atesta o sucesso; manifesta a posição.”²⁷

O Álbum de fotografias da família, “ancora na lembrança a solidariedade entre os irmãos”, servindo de “suporte do sentimento”, quando a vida os dispersar”.²⁸

O retrato representava posição social, hierarquia familiar, valorização de determinadas datas, a ilusão de que lembranças eram eternizadas.

Voltando ao Sílvio e seus *réclames*: Utilizando-se do circunlóquio, o folhetinista faz publicidade da *Loja do Sol* (a loja situava-se na rua da Quitanda, 23, vendia fazendas, armarinho e roupa feita e era anunciante do *Correio Paulistano*): depois de tanto tempo escondido, o sol viera iluminar a cidade, tornando seus habitantes mais felizes. Assim como o verdadeiro sol, a *Loja do Sol* era também “um sol” para os paulistanos, com as suas inúmeras variedades. A loja tem bom sortimento e os mais baixos preços. *Sol lucet omnibus* é a frase que termina a crônica, e que ele “traduz” da forma que convém ao anúncio: na Casa do Sol “tem barato para todos” (2.7.1865).

A inauguração da Casa de Banhos, *A Serêa Paulista*, mereceu detalhada descrição das instalações:

“largas banheiras de mármore, água quente e fria e toalha de enxugar. Nossos avós nunca viram estas coisas.”

Os antigos ou não tomavam banho, ou quando tomavam, era

“em gamelas, caldeirões e objetos deste jaez. Toda São Paulo estará a banhos daqui a pouco”.

A ocasião proporciona-lhe a oportunidade para satirizar os costumes antiquados, através de um epigrama: Um jovem, Jacinto Gonçalves, em conversa com D. Miquelina, pergunta-lhe quando serão “anunciados os banhos da menina”. Ela responde “que coisas desse tipo não são anunciadas”. Jacinto, fingindo admiração e desentendimento, pergunta se os mesmos foram dispensados. Retruca-lhe D. Miquelina:

“Dispensados não. A Emília tem bacia e água em casa. Quer falar-me da casa pública que vão por aí abrir? A gente honesta não vai lá. Só vão homens!”.

Após o dito de D. Miquelina, Jacinto “enfia com a parvoçada e vai jogar a bisca de dois”(C.P., 23.7.1865). O diálogo, fictício ou não, no qual ele usa a palavra banho nos

²⁷ PERROT, Michelle. O segredo do indivíduo. In: PERROT Michelle (org.). *História da vida privada. Da revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p.423

²⁸ Id., *ib.*, p.427.



Após o dito de D. Miquelina, Jacinto “enfia com a parvoçada e vai jogar a bisca de dois”(C.P., 23.7.1865). O diálogo, fictício ou não, no qual ele usa a palavra banho nos seus dois sentidos - banhos que anunciam um casamento e banho corporal - revela o costume que proibia as mulheres de “boas” famílias de freqüentarem casas de banho, bilhares, confeitarias, espaços então destinados aos homens. É também indício de uma atitude crítica de Silvis, em relação a tal costume.

Em 1º de outubro de 1865, Sílvio volta à *Serêa*, ressaltando o seu luxo, fazendo “blague” com as tinas, que foram as únicas “regalias de nossos pais”, e conclamando toda São Paulo a tomar banhos - “enquanto um segundo dilúvio não vem” - nas banheiras de mármore, de “muito bom gosto”, regalia que “os antigos não conheceram”. Elogia Nicolau Huascas, autor da figura de sereia, que aparece no final deste Capítulo:

“é um grande artista que conseguiu fazer uma mulher que engana a todos; fazendo-se passar por uma verdadeira, de carne e osso”.

Tinas e bacias continuarão a ser usadas, mesmo nas cidades maiores como São Paulo e Rio de Janeiro, até o início do século XX.

Laura Rodrigo Otávio, relatando a vida de sua mãe no Rio de Janeiro, na casa do Dr. Paranhos Pederneiras, médico, jornalista e sogro de Amélia, mãe de Laura, conta que Sara, “filha de escrava”, e que “seria pela vida fora o ‘tombo’ da casa”, tinha que subir as escadas para o andar superior com baldes de água para “sete ou oito banhos em bacias”.

O conforto de um banheiro com água corrente, banheira e chuveiro ainda era restrito às casas ricas. Pelo que conta Laura, a vida da família Pederneiras “não era fácil” e Izabel França e Leite “ensinava uns meninos para ajudar no sustento da família”, que era grande. Em 1917, após o seu casamento, Laura foi morar no Rio de Janeiro e teve grande dificuldade de encontrar uma casa com banheiro, “dentro das possibilidades do casal”:

“Aqui no Rio as construções eram por demais antiquadas e nunca conheci banheiro nas casas onde minha avó Thereza morava. Sempre banho em bacia”.²⁹

Em 1901, a casa da praia de José Menino, em Santos, onde a família passava férias, “não tinha o mais primitivo conforto”, “não havia W.C.”. Laura conta que uma tia dela, América, “sempre cerimoniosa, ao pedir a farinheira, durante uma refeição, gritou alto e bom som:

²⁹ OCTÁVIO, Laura de Oliveira Rodrigo. *Elos de uma corrente*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994, p. 27, 58.



Quanto às casas em que morou em São Paulo, inclusive a que foi construída por Numa de Oliveira, à rua General Jardim, no início do século XX, Laura não esclarece a respeito de instalações sanitárias. Provavelmente, pela estranheza que causam à autora as casas desprovidas de “W.C.”, as que foram construídas por seu pai, Numa, possuíam instalações completas.

Em 30 de julho de 1867, Sílvio Silvis volta a reclamar contra a falta de números nas casas, comparando São Paulo com “um imenso acampamento”, cheio de barracas no lugar de casas.

Da ausência dos números passa para assuntos “mais momentosos”, como rezam os parlamentares, quando querem reclamar do gabinete, que não atendeu as suas reivindicações “patrióticas” para empregar mais um da “parentela”. (30.7.1865).

Comentários jocosos sobre a guerra, entremeados com louvores ao patriotismo, aparecem com constância, mas são curtos.

O folhetinista apreciou a festa da benção da bandeira feita por “umas senhoras” e oferecida aos *Voluntários da Pátria* (7º batalhão), elogiou “a unção patriótica com que foi executada” e os discursos que “lhe lavaram a alma por causa do fervor patriótico”. Mas, no meio da festa, sentiu a ausência da leitora, aliás notada por todos; ausência atribuída, pelo comentário masculino, à sua condição de

“agente paraguaia. Felizmente a V. Excia., desculpou-se galhardamente, pois alegou que foi a única entre suas amigas a tomar calças e camisas para fazer, mesmo aos domingos, para os voluntários”.

Confessa-se um admirador de “tão belos sentimentos”. (16.7.1865).

Sob a forma de uma conversa íntima, afetiva, a figura do educador, que elogia a filantropia patriótica, pela qual a jovem fora capaz de sacrificar o domingo e uma festa, em uma cidade com poucas distrações e onde qualquer comemoração constituía um regalo.

A transcrição de poesias e a conversa sobre poetas e livros eram estratégias utilizadas pelos cronistas e outros “conselheiros” que escreviam no jornal com a finalidade de estimular as moças a ler.

³⁰ id. ib. p.46-7.



Em uma de suas crônicas, Silvio faz propaganda do livro *Contos e Fantasia*, de Fagundes Varela, “em primorosa edição francesa”. E transcreve uns versos para que “a leitora querida se remoa de vontade de lê-los”. (C.P., l.10.1865)

Silvio vive a fantasia de que é lido por muitas mulheres, na capital e no interior. Escreve sobre uma hipotética leitora de Caraguatatuba, que lê com “tanto êxtase” o seu folhetim, “que a mamãe julgaria pecaminoso se o papel fosse homem”. Caracteriza essa moça de Caraguatatuba como ingênua, simples e atribui à mãe dela a vigilância que exerceria u’a mãe interiorana, inspirada por princípios católicos, que marcavam com rigidez os limites que separavam o espaço entre um homem e uma virgem casadoira. (l.10.1865).

Brincadeiras singelas, ironias delicadas a respeito da rigidez de costumes impostas pelo catolicismo, no tocante à sexualidade. Rigidez que, entretanto, não foi nem leve e nem singela, tendo pesado com demasia sobre as mulheres das camadas mais elevadas e intermediárias da sociedade, no século XIX.

A força das imposições seculares da doutrina católica, que desde “os pais da Igreja” construía uma clausura para a mulher, no convento ou no lar, fez-se sentir de forma contundente na chamada era vitoriana, tempos que não foram vitorianos apenas na Inglaterra mas nos países integrantes da Civilização Ocidental.

Os cronistas pouco falam das mulheres das camadas mais pobres da sociedade, assim como não se referem à escravidão. Lendo-os, parece até que esta instituição não existia. Quando se referem aos serviçais, usam a palavra criados. Como na crônica de 1º de janeiro de 1865, quando Silvio se refere ao despertar de sua leitora tomada de excitação ante a perspectiva de ler “o seu folhetim”. A moça chama “a criada” e lhe pede que traga o jornal.

O estilo dos Folhetins pode ter sido uma das razões da omissão do tema cativo. Uma seção de variedades não era apropriada para assuntos polêmicos, que envolviam os interesses “das classes que faziam a riqueza da nação”. Outras razões eram a influência do discurso higienista e dos hábitos de bom tom, que passaram a vigorar depois da regência de D. João, e que excluía os escravos do serviço doméstico³¹.

³¹ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiares*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 125.



A denominação “criados” podia abranger desde os empregados remunerados - brancos, negros ou mestiços - até escravos. Pelas informações e relatos, até as vésperas da Abolição havia escravos domésticos nas casas das famílias mais ricas.

Ina Von Binzer, quando trabalhou na casa de Martinho Prado, republicano e abolicionista, em 1883, assistiu a fuga de um jovem e forte escravo de nome Tibério. Devido à posição abolicionista do dono da casa, Ina ironiza a sua ira ante a fuga e o arrependimento manifestado pelo abolicionista, por não ter mandado Tibério para a fazenda. Quando Tibério reapareceu, estava magro e abatido, porque os membros de uma sociedade emancipacionista lhe deram purgantes para abaixar o seu preço. Tibério acabou sendo vendido por apenas 200\$000, quantia inferior ao preço que Martinho pagara por ele, o que revoltou mais ainda o “abolicionista e republicano” Martinho Prado.

Ina comenta que “os pretos” envernizavam sapatos e faziam outros serviços na casa do “Sr. Costa (pseudônimo que ela deu a Martinho Prado).³²

Nos romances e peças de teatros, cujos enredos transcorrem no Rio de Janeiro, é comum a presença, inclusive, de criados estrangeiros.

Em *Quincas Borba*, Rubião, enriquecido com a herança que recebeu de Quincas, decorou a sua casa de acordo com a última moda e contratou um cozinheiro francês e um criado espanhol. Rubião, que anteriormente se declarara favorável à abolição, contratou os estrangeiros por sugestão de um amigo, mas não se sente à vontade como patrão deles, preferindo os seus “antigos pretos”.³³

Na peça *Luxo e Vaidade*, de Joaquim de Macedo, há na casa de Maurício, funcionário público que tem uma vida de luxo, não condizente com a sua situação econômica, um criado francês e uma governanta inglesa.³⁴

Os “fisiológicos” do *Correio Paulistano*, como os franceses, perambulavam à procura de “assuntos” para as suas crônicas, que fossem principalmente divertidos e não “cansassem as cabecinhas loiras”, como se expressou Machado de Assis. “Flanar” e observar era a ocupação e o ócio dos folhetinistas. Por isso, a monotonia da cidade é

³² BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1956, p. 81,89.

³³ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: Jackson, 1953.

³⁴ MACEDO, Joaquim Manoel de. *Luxo e Vaidade*. (s/localidade): MEC/FUNARTE/SEAC/SNT, v.I



lastimada e as poucas novidades de entretenimento frutificam e aparecem em várias crônicas, por falta de assunto e exigência da direção.

Quando Mr. Peyres Lajournad chega a São Paulo, as suas “escamotagens inacreditáveis”, em teatro público e também em casas particulares, “de amigos”, sacudiram o marasmo e foram objeto de comentários enfáticos por parte de Sílvio.

Em uma casa, de moradores não identificados, o mágico “fez das suas”, alegrando e entusiasmando as senhores presentes.

Mesmo em uma notícia propagandística sobre as peripécias da magia, o autor não perde a oportunidade para tecer comentários sobre o que ele julgava ser típico do comportamento feminino, parecendo a mim, sua distante leitora, alguém que se julgava um profundo conhecedor da “natureza feminina”. Sílvio observa que, de tão contentes, as mulheres se olhavam sorrindo, o que lhe causa espanto, por não ser usual:

“a expansão da mulher dá-se raro e só quando a alegria é verdadeira: não sei se a leitora se conforma com isto”. (C. P., 8.9.1865).

Assim, agradava as destinatárias da crônica, ocupando-se delas, descrevendo-as de forma simpática, considerando-as discretas, sérias, já que a expansividade excessiva não era “de bom tom”.

O mágico, por sua vez, não perdeu a oportunidade de agradar e de brilhar entre as mulheres, cortejando-as e fazendo brincadeiras. Pretendeu acender o seu charuto no de uma jovem, que protestou, “corando”, não ter charuto nenhum. Mas o mágico tirou o charuto quase “do zuarte da menina”.

Em 22 de outubro de 1865, Sílvio despede-se melancólico da Paulicéia e, especialmente, de sua “querida leitora”, antecipando a saudade:

“Creio que vou deixá-la em breve. O destino me chama para longe”.

Estaria Sílvio terminando o curso de Direito e voltando para a sua terra natal?

Em 20 de outubro de 1865, Ferreira de Menezes anuncia a partida do “simpático folhetinista para as montanhas azuladas de sua terra natal”. Sílvio

“tinha sede de espaço, outros ares; vai estender a vista por planícies sem fim; pousá-las nos cimos azulados das montanhas natais”.

A partir de outubro de 1865, Alfredo Cramer e Ferreira de Menezes alternam-se como autores dos Folhetins.



Alfredo Cramer, em uma de suas primeiras crônicas, anuncia para a “leitora” a chegada de livros à Garraux:

“Entre outros, cito-lhe, na seção de Literatura, *Les travailleurs de la mer*, de Vitor Hugo, e tantos outros.

Aquilo é um precipício. Lembro-me também de perguntar a V. Excia. que impressões causou-lhe o *Manoel de Moraes*, crônica paulistana do século XVII, de Pereira da Silva”. (*Correio Paulistano*, 15.7. 1866,p.1).

A leitura de bons livros constituía em lazer saudável e apropriado, motivo pelo qual era estimulada.

Dentro de um contexto em que as idéias de Augusto Comte, ainda que diluídas, tinham o seu peso, todo o entretenimento deveria estar subordinado ao conceito de “saudável” e de “regenerador da espécie” (Capítulo 7 - *Divertir, regenerando*).

Às vezes enaltecidas, outras ridicularizadas, as mulheres para as quais escreviam eram “inventadas”, segundo as concepções que o autor tinha a respeito da função social do ser feminino. Concepções formadas por estereótipos, preconceitos infundidos pela tradição e pelo Catolicismo misturavam-se a uma certa visão pessoal, às “novas” expectativas burguesas e à ansiedade romântica para encontrar a mulher idealizada.

Alfredo Cramer brinca com a desconfiança generalizada, em relação a tudo e a todos, tão própria da mulher:

“A mulher que no mundo é o elemento do coração cuja vida vaza-se no amor, que esposa, mãe, filha ama com todas as varas da alma, a mulher que presa de paixão que estrala como raio entrega-se delirante ao amor que a possui, desconfia de todos e não acredita nas verdades as mais claras”. (*Correio Paulistano*, 31.7. 1866).

Depois do enaltecimento da mulher amorosa, dedicada, capaz de uma paixão delirante, ultrapassando os limites do adequado, da “paixão terna”³⁵, Cramer conta a história de um “pobre Manoelzinho”, que foi “fiscado” por uma tal de Dona Eustáquia de Faria,

“uma trintona com ares de ingenuidade menineira e com sérias intenções de invadir um coração desocupado”.

Em uma festa, D. Eustáquia ruborizou-se ante um sussurro de Manoelzinho, o que foi percebido pelas pessoas mais próximas. Sendo o rubor um sinal representativo de pudor feminino, a vermelhidão de D. Eustáquia, segundo Cramer, foi considerada como resultante de algum gracejo inconveniente de Manoelzinho, fato que poderia causar um arranhão na reputação da jovem, se Manoelzinho não a desposasse. E, por causa de um simples rubor, Manoelzinho teve que desposar Dona Eustáquia, carregando, no dia das

³⁵ GAY, Peter. *A paixão terna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.



bodas, uma fisionomia cheia de tristeza. O autor insinua que a vermelhidão de D. Eustáquia foi um ardil para conseguir casar-se, pois a mesma já estava passando da idade conveniente para o casamento, ardil que transformou o Manoelzinho em uma presa fácil para a esperta D. Eustáquia.

O gracejo com a “solteirice”, com as “solteironas” ou com “as tias”, expressões usadas na época para igualmente designarem as moças que haviam chegado aos vinte e tantos anos solteiras, aparece também em romances, anedotas e até artigos, com proposital aparência de seriedade, como é o caso de uma publicação no *Diário Popular*. Nesta, a preocupação do autor era demonstrar que o dote, entre outras consequências, provocava a “solteirice” de muitas mulheres:

“Por que as cidades estão cheias de tias? Condo-me da sorte dessas quarentonas. Podiam ser honestas esposas e mães extremosas. Vivem, entretanto, encarceradas no lar, como freiras. É justo que as tias odeiem a sociedade. Há moças que namoram escandalosamente para arranjar maridos. Outras, as mais tímidas, concentram-se e não divisam o mancebo senão pelas frestas da janela. Os poucos casamentos dizem os visionários, são motivados pela desmoralização de algumas esposas infiéis. O espetáculo que oferecem-nos essas mulheres, traindo os maridos, espanta naturalmente até os mais resolutos. As causas são os casamentos por interesse e o esgotamento quase imperceptível da vida de um povo. Se os moços não aspirassem senão aos dotes e às posições, certamente que a raça das tias se extingüiria como essas espécies raras de que nos fala a paleontologia. Em nome, pois, das tias, pedimos a abolição do dote no casamento. Lemos uma carta em que a esposa perguntava ao marido: ‘O que me deste depois de 5 anos? Filhos e velhice’. Edificante!”

O autor finaliza o artigo apresentando dados estatísticos sobre o decréscimo no número de casamentos nas capitais, o que, na visão dele, poderia comprometer “o futuro de nossa raça”. E chama a atenção das elites da terra para o aniquilamento que vinham sofrendo “as famílias aristocráticas da Europa”, conseqüente dos “casamentos entre primos, sem amor, com o fim de acumular fortunas”. Que as famílias brasileiras “se mirassem no exemplo” das famílias do “velho mundo”. (“As tias”. *Diário Popular*, 14.8.1890, p. 1).

A existência do caça-dotes já fora criticada por dramaturgos, entre eles José de Alencar, que em sua peça *O crédito*, critica a transformação dos sentimentos e das relações sociais em objetos de transações:

“Pois é o crédito social que funciona. O sentimento aí é apenas o meio de manter relações que são habilmente exploradas. O homem gasto que vai casar com uma moça rica, tem a esperança de um dote e saca sobre essa esperança como sobre um depósito. A menina que muitas vezes por ordem de sua mãe dá à sociedade o espetáculo de um namoro ridículo com um moço rico, faz supor um casamento que deve ser para seus pais uma caução de dívidas já contraídas”. (Ato II, cena VIII).

Nas seções humorísticas ou de variedades do *Correio Paulistano* e *Diário Popular*, os gracejos com as “solteironas” e com a incessante procura de casamentos por parte das



mulheres, assim como a preocupação da moça em não revelar a sua idade, são comuns. Veja-se alguns exemplos:

“Mulheres e carta:

Mulher casada é carta que chegou ao seu destino; mulher solteira é carta não expedida; mulher solteirona é carta não reclamada, esquecida na carta do correio”. (Noticiário Geral. *(Correio Paulistano, 26.7.1877,p.3)*).

“A mulher. Solteira é uma flor, casada uma semente; viúva uma planta abandonada; freira, um cogumelo de humildade; irmã de caridade, uma planta medicinal; solteirona, uma enredadora”. (Um pouco de tudo. *Diário Popular, 21.6.1888,p. 1)*).

“Numa agência de casamentos: A um freguês, apresentam quatro ou cinco retratos de mulheres feias e velhas:

-Isto é caçoar com a gente, diz o freguês, muito zangado.

-Perdão cavalheiro, - contesta o diretor da agência - a minha casa está em 52 anos de existência.

- Pois sim, mas isso não é razão para me oferecerem noivas que datam da fundação do estabelecimento.” (Humorismos. *Diário Popular, 7.11.1889, p.1)*).

“Um pouco de tudo:

- Casarei?

-Não.

-Por que?

-Porque andaria pesaroso.

-Por que andarias pesaroso?

-Porque sentiria ciúmes.

-Por que terias ciúmes?

-Porque seria enganado.

-Por que seríeis enganado?

-Porque o teria merecido.

-Por que o teríeis merecido?

-Por ter me casado.” (Humorismo. *Diário Popular, 4.1.1890, p. 1)*).

“Um rapaz, cuja mocidade tinha sido um pouco tempestuosa, sai da igreja dando o braço à noiva. No momento de subirem para a carruagem a mãe da noiva aproxima-se e chama-o de parte:

- Ouso esperar, balbucia, enxugando uma lágrima, que não tornará a fazer tolices.

- Tranqüilize-se, minha sogra, que esta será a última...” (Humorismos. *Diário Popular, 7.11.1889, p.1)*

“Alguém censurou a um pai por casar seu filho, sendo este muito moço:

- Espera que passem mais anos, que lhe chegue a idade da razão, de pensar.

- Pois sim, mas se chegar a essa idade não quererá casar-se, com certeza”. (Humorismos. *Diário Popular*, 9.11.1889, p.1)

Em um texto longo, intitulado *A mulher*, as diversas idades dela são comparadas com belas coisas da natureza, quando na infância e juventude; à proporção que ela vai envelhecendo, as comparações remetem a produtos da criação humana, a aspectos da natureza ou a representações de conteúdo pejorativo. O “fio vermelho” que amarra as comparações é a desesperança provocada pelo envelhecimento, proveniente da constatação de ter sido preterida:

“Aos 15 anos, a mulher é um astro, em torno do qual rodopiam a graça, a harmonia e o amor; (...) aos 18, uma poética noite do estio, iluminada pelo doce clarão das estrelas; (...) aos 24, é um pêndulo entre a dúvida e a esperança; (...) aos 28, é uma estrela que se apaga ao clarão das alvoradas; (...) aos 33, é a crença religiosa na falta de crença no amor; (...) aos 39, é o purgatório das sobrinhas; (...) aos 46, é uma palmeira infrutífera e cujas palmas vão tombando; aos 47, é um álbum estragado; aos 48, é o cadafalso do prazer; aos 49, é uma saudade debruçada sobre uma campa; aos 50, é um túmulo cheio de ilusões murchas”. (Um pouco de tudo. *Diário Popular*, 21.1.1890, p.1).

Nas anedotas ou ditos chistosos, a idade, a feiúra, a falta do campanheiro, a “solteirice” são condições da vida que parecem pesar apenas sobre as mulheres, sempre angustiadas à espera, ou à procura de um casamento. Quanto a este, ansiado pelo sexo feminino, se não o único, mas indubitavelmente seu principal objetivo, é uma obrigação fastidiosa para os homens, sua “última tolice”, um ato não compatível com a racionalidade.

Na crônica de Cramer, na descrição da angústia da “trintona” Eustáquia, a evidência do quanto o autor estava imbuído da concepção de que as mulheres estavam sempre ansiosas por conseguir um casamento e temerosas de não consegui-lo, o que as conduziria a viver em um limbo social, como agregadas ou “tias-mães”. Em um tempo em que o casamento era uma necessidade social, muitas vezes econômica, o objetivo fundamental e quase o único na vida de uma mulher, deveria ser difícil para as moças não se mostrarem ansiosas por noivos.

As solteiras ou viúvas dos romances brasileiros, século XIX, são personagens dependentes, submissas, às vezes exageradamente agradáveis com os seus benfeitores. Exs: D. Firmina Mascarenhas, “a velha parenta, viúva”, acompanhante de Aurélia Camargo, a *Senhora*, de José de Alencar; Mrs. Oswald, a preceptora inglesa que se transformou em dama de companhia e uma atenta ouvinte para a baronesa, sempre rápida nos elogios à Guiomar, que ela chama de “minha rainha da Inglaterra”; (Capítulo

IV de *A mão e a luva*); D. Tonica, a melancólica filha de um oficial aposentado, “mais do que solteira”, com 39 anos, possuidora de “uns olhos pretos, cansados de esperar”, amiga de Sofia, antes da ascensão social desta, e uma solteira que “não devia ter sido feia, aos vinte e cinco anos”.³⁶

A presença de Rubião nas festas de Sofia reavivou as esperanças de D. Tonica,

“que não cuidou ela mais que de atraí-lo. Os seus pobres olhos de trinta e nove anos, olhos sem parceiros na terra, indo já a resvalar do cansaço na desesperança, acharam em si algumas fagulhas. Volve-los uma e muitas vezes, requebrando-os, era o longo ofício dela. Não lhe custou nada armá-lo contra o capitalista. O coração desenganado, agitou-se, outra vez. Alguma coisa lhe dizia que esse mineiro rico era destinado pelo céu a resolver o problema do matrimônio.”³⁷

Eu, a quem Machado chama de “leitora e amiga minha”, vou acompanhando os esforços de D. Tonica para atrair as atenções de Rubião, a volta para a casa, na rua do Senado, casa que o autor descreve como simples e pobre. A entrada de Tonica “na alcova,

“arrumadinha com arte, dessa arte engenhosa que faz da chita seda e de um retalho velho uma fita, que recama, enlaça, alegra o mais que pode a nudez das coisas, enfeita as paredes tristes, aprimora os trastes modestos e poucos”.

A descrição da alcova de D. Tonica faz supor uma ocupante com a diligência, imaginação e gosto necessários para a transformação de um quarto pobre em um espaço “com arte”.

Por que D. Tonica, tão habilidosa, não procurou trabalhar como bordadeira ou costureira, preferindo o ócio, vivendo, ela e o pai, dos minguados recursos da aposentadoria do exército? Tonica poderia ter sido professora, como Estela de *Iaiá Garcia*, ou costureira. Não foi, por serem tais atividades mal remuneradas ou pela vergonha que cobria a mulher que tinha necessidade de trabalhar para fora, numa confirmação da pobreza? Tonicas reais, com destinos semelhantes ao da Tonica de Machado, foram muitas, provavelmente. Melancólica, apagada, desimportante, D. Tonica desaparece do livro antes do final.

Volto a Cramer e aos seus comentários a respeito das mulheres, às suas conversas leves e frívolas. A crônica sobre D. Eustáquia, na qual ele faz a digressão a respeito do amor “que estala como um raio”, parece-me ter sido escrita por duas pessoas: uma, o ansioso jovem que deseja viver uma desabrida paixão; a outra, o impiedoso jovem que cobre de ridículo a Eustáquia, que casou graças a um ardil.

³⁶ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre: Jackson, 1952, p. 64.

³⁷ Id., *ib.*, p. 69-70.



O realce que ele dá à figura da “solteirona” em busca de um marido perpetua estereótipos e preconceitos, que tinham raízes na realidade social, condicionadora do casamento como única possibilidade feminina; a descrição que faz da paixão que fulmina “como um raio”, da entrega “delirante ao amor que a possui”, remete ao corpo e não ao espírito, e tem o sabor da novidade, após a leitura de tantos amores femininos ternos, abnegados, tímidos, pudicos, espiritualizados.

Na conclusão do Folhetim, palavras amáveis à “leitora”, a quem pede para acreditar que ele é francamente favorável ao “sacrossanto casamento”, ao contrário de Manoelzinho. Uma brincadeira aparentemente inofensiva, mas que reforça a atitude crítica do autor em relação ao papel que ele atribuiu à Eustáquia, de autora de um artifício para envolver Manoelzinho.

Cramer se faz romântico, mostrando-se cativo das travessuras e presença de espírito da leitora. Clama pela visão dos

“olhos de V. Excia., vivos e travessos a fazerem diariamente tantas e tamanhas maldades, dos quais necessito como de um alimento diário. O que seria de mim se não lhe ouvisse a espirituosa conversa que anima-me o espírito adormido e me aqula a fantasia preguiçosa”.
(*Correio Paulistano*, 3.6.1866).

Depois, fala de um dia,

“em que a tarde estava linda e passeavam todos: donzelas e donzéis, envargando as mais casquilhas vestiduras; era uma luta de encantamentos”.

No passeio, além dos “olhos que contavam segredos”, (...)

“muita momice engraçada, quanto aceno eloqüente e que fecúndia nos ademanes e em tudo”.

Escolheu falar por “símbolos”, porque estes são entendidos pelos “surdos mudos” e pelos “namorados”. Tudo bonito, idílico, mas a felicidade dos jovens, que se entregavam ao “namoro”, ao “admirarem-se”, foi prejudicada por uma inoportuna tempestade que fez “infeliz uma garbosa jovem de 15 anos, feliz passeante com seu vestido branco”.

Na mesma crônica, descreve a procissão de Corpus Christi, valorizando-a, e enaltece a sua “senhora”, que a acompanhou vestida de

“preto *antique* - caprichosamente lavrado - no penteado, um botão rubro de camélia!”

Em 10 de junho, no *Noticiário*, Cramer justifica-se por não ter podido publicar o seu Folhetim dominical:

“É uma coisa que me dói dentro d’alma é ver que a amável leitora mal interpreta a minha ausência. Não vá ela crer, ou que sou ingrato - pecha de que arrenego - ou que fraquejo e sou levado de temor a não prosseguir”.

No próximo domingo,

“ela há de encontrá-lo, abaixo do risco, a conversá-la naquela doce e beatífica quietude que me conhece”. (10.6.1866).

Referência ao risco que dividia, horizontalmente, a primeira página e abaixo do qual era publicado o Folhetim.

Em 24 de junho, ele reclama da “chuva de decepções” que todos sofreram durante a semana:

“V. Excia., que está habituada a ler aprazíveis literaturas e as mais sisudas notícias do mundo sabe melhor que o folhetinista que tudo anda às avessas”.

A reclamação é contra o “sopro de guerra que há no velho e novo mundo” e a escassez do dinheiro. Nessa crônica, a interlocutora é a moça que está habituada a ler as seções de política internacional e de economia, compreendendo-as.

Pelas informações que eles próprios dão sobre as moças de então e as que constam de outros relatos, ³⁸o hábito de ler jornais não era disseminado entre as mulheres. Seria uma brincadeira irônica, ou, mais uma vez, o folhetinista educador estava usando a técnica de afirmar o contrário para persuadir a leitora a ler?

A Estação da Luz é o tema da crônica de 8 de julho. O passeio à estação está na moda e lá foi ele

“acompanhando os farranchos animados de mancebos e donzelas que se estendem todas as tardes nas mais caprichosas espirais para aqueles lados.”

A Luz é uma atração, um panorama “encantador de azuladas cimeiras”, onde

“a luz e a sombra do crepúsculo se entrelaçam e cobrem as multidões que vão para lá ver a locomotiva chegar”.

Dirigindo-se à leitora com o respeitoso tratamento de “V. Excia.”, pergunta se ela

“tem ido muitas vezes à Luz, sobretudo agora que acorre para lá a nossa gente de melhor gosto e as formosas da mais atrativa feição. Não acredita minha senhora que em breve o bairro da Luz há de se tornar o seu *Champs Elisées*?”

A espera do trem enlevava a multidão, que se agitava quando “essa maravilha do progresso rompe ao longe”, sibilando. “O resfolegar do cavalo indômito” assombrava a “multidão de andejes e passeantes”.

Fala de sua perambulação, de sua “*flanerie* doce” que é como um

³⁸ Maria Paes de Barros narra uma cena familiar de sua infância: à noite, o seu pai, “em sua poltrona, à cabeceira, passando de vez em quando os dedos pela sua caixa de tabaco, de ouro, e tomando uma pitada, ia narrando e comentando os acontecimentos políticos e outros mencionados no Jornal do Comércio, que quase só ele lia. Nesses tempos bonançosos, o elemento feminino raramente lia jornais”. Ob. cit., p. 53. (Maria nasceu em 1851).



“espreguiçamento do espírito e do corpo e que, no entanto, não é só preguiça e ociosidade.(...) Nestas ocasiões o homem pensa, medita, sonha e de súbito revê o primeiros anos, acaba por esquecer o presente e corre, através de ignotos páramos em busca de um futuro enganoso e imaginário que deleita às veras”.

Foi despertado de seu devaneio pelo som de um realejo e pelo alarido da “multidão”, que se dispersou após a chegada da locomotiva.

A nostalgia, o reencontro com o passado e a busca do futuro, o homem fora do espaço e do tempo lembram o *Flâneur* de Walter Benjamin. Cramer e Sílvio estão próximos das atitudes que Benjamin descreve como típicas do *flâneur*. Ambos estão intimamente ligados à cidade, aos seus acontecimentos, gente, ruas e casas. Enquanto passeiam, trabalham:

“Na base da *flânerie* encontra-se, entre outras coisas, a pressuposição de que o produto da ociosidade é mais valioso (?) que o do trabalho. Sabe-se que o *flâneur* realiza ‘estudos’. Sobre essa questão, o *Larousse* do século XIX se pronuncia assim: ‘Seu olho aberto, seu ouvido atento, procuram coisa diferente daquilo que a multidão vem ver. Uma palavra lançada ao acaso lhe revela um daqueles traços de caráter que não podem ser inventados e que é preciso apreender ao vivo; essas fisionomias tão ingenuamente atentas vão fornecer ao pintor uma expressão que ele sonhava; um ruído, insignificante para qualquer outro ouvido, vai atingir o do músico e lhe dar a idéia de uma combinação harmônica; mesmo ao pensador, ao filósofo perdido em seu devaneio, essa agitação exterior é proveitosa; ela mistura e agita as suas idéias, tal como a tempestade mistura as ondas do mar. A maior parte dos homens de gênio foram grandes *flâneurs*, mas *flâneurs* laboriosos e fecundos’.³⁹

Cramer afirma que a *flânerie* não é só ociosidade e compara-se a Beethoven, que passeava absorto, enquanto pensava as suas sinfonias. Ele, Cramer, um modesto folhetinista, “flanava” em busca de emoções e de assuntos folhetinescos.

Cramer e Sílvio praticavam a “*flânerie* cidadã”, ao gosto da “moral burguesa”, criticando a fiscalização, o mau funcionamento dos serviços públicos, a Câmara Municipal e o seu descuido para com a cidade. “Passeadores ou “fisiológicos” como *il faut*:

“Nos tempos em que estamos, flunar despejando baforadas de fumo...sonhando com os prazeres da noite - isso parece estar com um século de atraso. Não somos pessoas incapazes de compreender os *habitués* de outra época, mas dizemos que, ao flunar, pode-se, deve-se pensar nos seus direitos e deveres de cidadão”⁴⁰.

No dia 10 de julho, o folhetinista aconselha a leitora a ir à Garraux comprar livros e lhe diz que seria capaz de “deixar esgueirar-se um século”, conversando com “V. Excia.”

Em 12 de agosto, o povo é chamado por Cramer de “entidade espoliada”, sem voz. Acrescenta que tem certeza que “a leitora” não se admirará de seus elogios ao povo, pois compete à mulher a missão,

³⁹ BENJAMIM, Walter. Ob. cit., p. 233-4.

⁴⁰ Id., Ib.. Walter Benjamin citou um prólogo do jornal popular *Le Flâneur*.



“que não é somenos, de ser a consolação inefável nesse vale de lágrimas, como dizem por aí”.

O folhetinista Ferreira de Menezes adotou um estilo mais formal, sem conversas macias com a leitora, pois pretendia atrair também os leitores masculinos. Mas, ocasionalmente, adota a forma chistosa.

Em uma crônica, diz que não tem tempo para futilidades e remete o Folhetim “ao Demo”. Disserta acerca da relação entre política e literatura, afirmando que nem sempre a política mata a literatura: José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo eram dois exemplos de convivência feliz entre as duas (23.10.1865).

Em 18 de fevereiro de 1855, Menezes critica o entrudo:

“Depois das molhadelas do entrudo (porque se joga ainda entrudo em São Paulo), as molhadas de água benta”.

Elogia a abolição da procissão de Cinzas no Rio de Janeiro, por achar que o número excessivo de procissões provocava gastos inúteis, “que seriam melhor aproveitados na conservação dos templos e na compra de imagens” mais bem feitas para substituir algumas, que, “de tão mal feitas”, provocavam repulsa no lugar de fervor religioso:

“Cabe às ordens religiosas zelar pelos templos, conservando-os e mantendo-os abertos para os fiéis”.

Finaliza, oferecendo mais um argumento para a diminuição das procissões: haveria mais dinheiro para a caridade.

Em 18 de março de 1866, um *réclame* da firma fotográfica Carneiro & Gaspar. Daguerre é elogiado, chamado de “Prometeu moderno”, o que “roubou a luz do alto para tirar retratos”. Daguerre “é um herói”. Podia-se dividir a História em antes e depois de “Dague”:

“Antes as pessoas pobres só se viam em espelhos de bacia, lagos, ou na cara dos pais; os ricos sofriam, tinham dor no pescoço e depois recebiam um pastel que era tanto o retrato deles quanto o meu ou o do leitor. Não valia a pena viver-se nesse tempo”.

Veio Daguerre, a fotografia e a “luz foi feita”. Daguerre é aquele “a quem o retrato a pincel deve a sua cova”.

Faz um panegírico aos bons fotógrafos, execra “a multidão de maus, que quase pôs tudo a perder”, e afirma que entre os bons estão os Srs. Carneiro e Gaspar, que

“não quiseram ser só bons; quiseram ser os melhores. O título de melhores foi dado pela Academia de Belas Artes, conferido pelo povo, pela Imprensa e pelas caras de todos os retratados. Ver para crer. Vá o leitor à *Fotografia Acadêmica* e verá que nem escrevendo, eu minto”.



O anúncio da *Fotografia Acadêmica* repete-se por anos no *Correio Paulistano*. Mais uma confirmação de que os cronistas eram “convidados” a escrever sobre os anunciantes.

O deslumbramento dos folhetinistas com o novo faz pensar na fantasmagoria referida por Benjamim (citada na epígrafe) e na fixação no termo novo, durante o século XIX e continuando pelo século XX:

“Lutava-se por uma nova arte, por um novo teatro, por uma nova ópera, por novos concertos dados em novas salas recentemente construídas, pelo rejuvenescimento das instituições educacionais, enfim, por uma vida nova e refrescante em meio a uma atmosfera ressequida e mofada”.⁴¹

O Folhetim de 4 de março de 1866 é francamente nacionalista e anti-monárquico. Charles Expilly, um “aventureiro” francês, recebeu as “boas graças do Imperador”, que andou “mimoseando-o”. Enquanto isso, “Laurindo, grande homem, talentoso”, morreu na miséria:

“A miséria de Laurindo era grande demais para que não a visse a generosidade do Imperador!”⁴²

Menezes questionava a economia nacional baseada nas importações indiscriminadas:

“Importa-se tudo; até o talento estrangeiro. Mas o que vem, poucas vezes é do bom. O que é razão de sobra para estipêndio”.

O caráter relevante que se dava aos produtos importados, envolvidos pelos negociantes e consumidores em uma “aura” de qualidade e de moda, aliava-se à real necessidade de importar, pois o país não tinha indústrias. Nos anúncios, a condição de ser um produto importado era frisada, funcionava como o principal chamariz. Exemplo: a casa de Rosalie Naret anunciava chapéus, vestidos, coletes, etc., da seguinte forma:

“NOVIDADE, chegada em diretura de Paris”.

O anúncio da casa de Pedro Chiquet dizia:

“A casa de Pedro Chiquet acaba de receber da Europa um importante sortimento de jóias e brilhantes e fantasia”.

O anúncio da casa de Pedro Bourgarde começava com o título: “FRANÇA & BRAZIL”.⁴³

⁴¹ In: GAY, Peter. Ob. cit., 47

⁴² Não pude descobrir quem teria sido Laurindo.

⁴³ BORGES, Urquiza Maria. *Negociantes na cidade de São Paulo (1875-1880)*. São Paulo, 1980. (Dissertação de Mestrado). Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, p. 69.



Na década de 1870, o folhetinista mais constante foi Carlos Ferreira, republicano, maçom, dramaturgo, tendo feito parte da “comunidade acadêmica”, apesar de não ter freqüentado a Academia, mas apenas o Curso Anexo. (Em *Divertir, regenerando*, relato a polêmica sobre a peça *Os pequenos e os grandes*, de sua autoria).

Carlos Ferreira residiu em uma república com José Felizardo Jr., que gostava de dar “saraus” para os estudantes, sendo a casa deles freqüentada inclusive por Castro Alves. Era gaúcho, tendo recebido do Imperador uma bolsa para estudar em São Paulo, pois era pobre. Morou também em Amparo, onde fundou um colégio e foi redator do *Diário de Amparo*. Nomeado tabelião após a República, renunciou ao cargo. Está entre os poucos escritores que não tiveram empregos públicos.

Autor de uma dramaturgia que ele dizia ser “realista” e moralizante, centralizou a sua preocupação na adequada educação “da mulher”, construindo nas suas peças personagens femininas que foram vítimas da má educação e da “nevrose”, denominação que se dava a um comportamento nervoso, excitado, emocionalmente descontrolado.

Bárbara, personagem central de *O marido da douda*, tem um amante, Vitor, rapaz interesseiro, fútil, indelicado. Ela “é possuída” por um “amor louco”, que tem como corolário a ansiedade por festas, por passeios, pela dança, pelo desejo incessante de “atordoar-se”.

Bárbara diz-se uma pessoa dividida entre o sublime amor do marido e “a corrupção” que a “tomava em seus braços de fogo” e provocava “diabólicas revoltas” em seu corpo. (Ato IV, cena XII). Como ela se entregou ao desejo carnal, devido à má educação que recebera, acabou por ficar “douda” e foi internada em um Hospício, no final da peça. Segundo o autor, um castigo exemplar e moderado, já que Bárbara não era a única culpada pelos seus atos: ela dividia a culpa com aqueles que foram responsáveis por educá-la, mas não o fizeram.

A peça, feita com o intuito moralizante, foi comentada por E.P., o folhetinista que se seguiu à Carlos, que a situou na “escola do realismo imoral”. (13.1.1874).

Nos Folhetins de Carlos Ferreira, que os assinava com a inicial C, a opção moralizadora dá o tom. Ao contrário de Menezes, que o antecedeu, e que optou por se dirigir o menos possível ao leitor, Carlos Ferreira volta a conversar com a “leitora”,



entremeando os “papos” ligeiros, amenos, sobre bailes e outros divertimentos, com “lições”, às vezes emitidas em tom severo, autoritário.

Em 8 de março de 1874, ocupa-se da “partida” do Cassino, de penteados, toaletes, de padres e pecados. Reclamou das ausências e observou a inexistência de mudança na moda e nos penteados. Ridicularizou o penteado, uma “pirâmide de cabelos secos levantados no alto da cabeça”. Sabia de onde viera a tal moda:

“Saíra da Corte, dos arreboques da rua do Ouvidor, passou uma noite no mar, suportou 12 léguas de estradas de ferro e viera hospedar-se cá, nos cabelos de nossas belas provincianas”.

O folhetinista se diz em oposição a todas “as celebridades antigas e modernas”, no que respeita a penteados:

“As belezas penteadas à Antonieta, Rocambole, Stuart, etc., não valem madeixas, quer sejam ruivas, louras, pretas, soltas ao longo de espáduas, a se precipitarem em cascatas sobre uns roupões finíssimos!”.

Quando vê ou imagina madeixas soltas,

“tem vontade de enfiar os dedos, como quem vai apanhar borboletas e desmanchá-las”.

O autor se deixara fascinar pelo segredo da intimidade, descrevendo uma mulher em sua “alcova”; cabelos soltos e roupões finíssimos, usados ao levantar e à noite, nos aposentos íntimos, em uma referência que desperta o erotismo.

Há um certo atrevimento na evocação da imagem íntima, que faz pensar em pais sisudos, orgulhosos da honra de suas mulheres e filhas, torcendo o nariz ante a liberdade folhetinesca.

No final da crônica, depois de comentar a respeito da Igreja, volta “àquela senhora” que ele deseja acompanhar até a casa dela, fazendo a leitora pensar em uma sequência de momentos íntimos, que se seguiriam à permissão da dama para acompanhá-la.

Carlos Ferreira, moralista em suas peças e em alguns folhetins, não deveria estar se dirigindo à “moça-família” casadoira, o que seria inconveniente para os padrões da época. Além do mais, uma jovem das camadas intermediárias e mesmo das elites, não usava trajes íntimos luxuosos. Estes só deveriam ser usados por cortesãs, atrizes, talvez jovens recém casadas ou algumas senhoras das elites, que já haviam adquirido hábitos mais refinados. A grande maioria das mulheres, mesmo as ricas, deveria corresponder à descrição de Ina Von Binzer:



“A brasileira, nas grandes reuniões, ou na rua, é tanto mais o que os ingleses chamam de *dressing*, quanto são primitivas suas roupas caseiras. Mesmo as senhoras mais distintas andam em casa com as tranças soltas, saias de chita sem cintos e largos paletós”.

A autora refere-se às senhoras da casa paulistana onde trabalhou, e que se soube depois tratar-se da família de Martinico Prado.⁴⁴ Se, durante o dia, sujeitas a serem vistas por visitas, trajavam-se com displicência, na intimidade dos aposentos, a não ser em ocasiões especiais, não envergariam luxuosos roupões. A hipotética cena íntima descrita por Carlos Ferreira não deve ter passado de uma “licença poética”. A intimidade era mais literária que verdadeira, no século XIX, e inatingível para a maioria das mulheres.⁴⁵

A rigidez dos costumes sexuais, que levou à divisão das mulheres em castas e cortesãs, traçando atitudes obrigatórias de distância cavalheiresca e corte cerimoniosa e sutil entre os gêneros, faz pensar que a destinatária da declaração de Carlos Ferreira, que inspirara a imagem feminina na intimidade, mesmo hipotética, só poderia ser uma mulher independente, uma atriz, uma comerciante, uma profissional, enfim.

Das imagens femininas, C passa para um dos seus assuntos prediletos: criticar a Igreja Católica ultramontana. E o faz, pilheriando com os clérigos ultramontanos, aos quais desejava “um inverno paulistano” que os impossibilitasse de “bater a língua, enquanto batessem os queixos”.

Comenta a disputa entre o papa e “os papistas” de um lado e o Imperador do outro. A coisa complicava-se, mas Papa e Imperador acabariam se acertando, eram iguais. Naquele momento, os ânimos estavam acirrados:

“o governo imperial estufa o papo perante o papa; os papistas desempenham os seus papéis obrigados a ridículo; e D. Vital vai ser papado pelas guelras de uma masmorra”.

Afiança que não está pretendendo

“debicar a parte séria da Igreja; tem gana de debicar apenas a quem tanto está desrespeitando os fiéis. Há certos bispos e padres! eis porque tenho medo de me confessar

⁴⁴ BINZER, Ina Von. Ob. cit., p. 89.

⁴⁵ A intimidade era mais representada, imaginada do que vivida, segundo Alain Corbain, que além de atribuir tal fato à rigidez dos costumes, o atribui também ao medo que os homens tinham de um mau desempenho sexual: “Ao longo de todo o século o medo do fiasco permanece oculto nos bastidores das imagens masculinas da sexualidade. São célebres os fracassos temporários de Stendhal junto à prostituta Alexandrine, de Flaubert com Louise Colet. Edmond de Goncourt faz do medo de não enrijecer a tempo o membro viril uma nova preocupação do sedutor mundano”. CORBAIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p.569. Também Peter Gay, em *Mulheres agressivas e homens defensivos*, inicia o texto com a afirmação seguinte: “O medo que o homem sente da mulher é tão antigo quanto a história, mas foi só no século burguês que ele se transformou num tema proeminente nos romances populares e em tratados médicos. Atraiu a atenção de jornalistas, pregadores e políticos; invadiu os sonhos dos homens e forneceu-lhes assunto para poemas e pinturas.” Ob. cit., p. 128.



com eles. E já me disseram que para casar-me tenho que ajoelhar-me aos pés de um e relatar tim tim por tim tim todo o formidando poema byroniano de minha tempestuosa mocidade”.

Faz uma relação de pecados hipotéticos, que teriam sido os seus: entre eles cita que não se apropriou do alheio, trabalhou e rezou muito, “por isso não cuidou muito do estômago, como certos clérigos”.

Carlos alternava-se entre comentários frívolos e “sérios”, assumindo as personagens de um educador ou de um filantropo, no último caso. Preocupado com a peste na Argentina, incentiva as mulheres a serem caridosas com as vítimas da peste. Dirige-se à leitora, em quem reconhece “sempre um coração sensível e bom”, apelando para a “sensibilidade lacrimosa”, que a faz estremecer

“quando lê uma página como esta, e deixa cair uma lágrima sobre a recordação das criaturas que sofrem. Uma lágrima já é muito, mas é melhor, quando, envolta nela, envia-se uma esmola”.

Aliciador, lembra as “belas mãos” que correm “dardejantes pelo teclado do piano” e os “lábios macios”, dos quais se precipitam “torrentes de harmonias”, fazendo mais encantadoras as proprietárias de tais mãos, lábios e voz. Além de encantadoras, as moças são “divinas”, quando estendem as mãos “em nome da caridade” e os lábios murmuram palavras de comiseração pelo “sofrimento alheio”.

O seu apelo vai para “a leitora, que tem sempre uma lágrima por cada rosa que fenece, ou cada baile que finda” e que ante a dor dos que padeciam no país vizinho, “molha-se hoje em uma lágrima sincera”. Que deixasse para depois “os cuidados que requer um baile”, ou a compra de uma luva de pelica e gastasse o seu tempo e o dinheiro “no socorro aos enfermos e aos que ficam no abandono”.

Deixando de fazer a sua crônica por 15 dias, C supõe que a “leitora deve estar raivosa, elegantemente”. O cronista a vê “molestada”, afastando-o “para longe de si”, logo ele que sempre estimou “apreciar de longe as belas futilidades”. Depois de falar do baile do Cassino, da morte do artista Eloy, qualifica de medonha a atitude de uma mulher que abandonou uma criança na rua: “crime hediondo, não importa quem seja a mãe, se rica ou pobre”. A mulher que teve aquela criança deveria ter esquecido a sociedade e ter feito tudo por ela:

“Há mulheres que abandonam seus filhos para fugirem aos escárnios da sociedade ou para não terem trabalho de criá-los e sustentá-los”. (11.1.1874).



Carlos, como os fisiológicos parisienses, fazia de suas crônicas variações de muitos temas: bailes, saraus, política, Questão Religiosa e pontificação para as leitoras. Esta, feita ora de maneira rigorosa, ora brincalhona.

Os bailes do *Cassino*, da *Concórdia* e os saraus particulares eram transformados por ele em encontros de galanteria, manifestações de espírito e de solidariedade.

Um baile do Cassino foi uma soberba festa,

“sob os três pontos de vista: da beleza feminina, das toaletes e do espírito; conversou-se, mentiu-se, galanteou-se e namorou-se”. (29.3.1874).

Alguns meses depois, volta a preocupar-se com o impasse criado entre a Igreja e o Estado, para o qual via apenas uma saída:

“a separação entre as duas instituições, cuja conciliação é impossível.” (3.7.1874)

Depois dessa afirmação, satiriza “uma reunião” acontecida “nos vastos e vetustos salões” do Mosteiro de São Bento. Apesar de comentada em toda a cidade, a reunião clerical é menos importante que o espetáculo mágico, *O amor e o diabo*, título “que serve de antítese à questão religiosa, que se poderia chamar *Deus e o desamor*”. Como “ótimo maçom e bom cristão”, concorda com todo propósito que tende a pugnar

“pela instrução e moralidades públicas que são as bases principais desse edifício chamado sociedade”.

A última frase parece um tanto deslocada, em relação ao que o cronista vinha dizendo. Estaria insinuando que a reunião nos “vetustos salões” do Convento era contrária à instrução e moralidades públicas?

Passando a falar de lazer, Carlos derrama elogios sobre o espetáculo teatral de magia e registra o impacto do anúncio, tão bem feito que atraiu para o espetáculo uma “enchente” de pessoas. Faz, portanto, dois *réclames*, ao mesmo tempo: um sobre o espetáculo mágico e outro sobre a eficácia da publicidade no jornal.

O espetáculo era “uma enfiada de maravilhas”. Nele, Satanaz rompe do centro da terra,

“mil vezes mais rápido que um cogumelo; uma palavra dele e surge uma mesa de banquete; um sopro faz voar um homem pelos ares”.

O espetáculo apresentava ainda velas que não se apagavam, ovos pelo espaço, cidades incendiadas. Criticou o fato de mães levarem crianças ao teatro, por ter ouvido algumas chorando. (19.7.1874)



Fiquei curiosa por saber quais técnicas eram empregadas para produzir tantos efeitos. Cidades incendiadas no palco, homem dividido em pedaços... Como seria possível? Ou o cronista enfatizou "os efeitos especiais" com fins propagandísticos? Se o relato foi verdadeiro, que deslumbramento para os paulistanos, não deve ter sido tal espetáculo! As mágicas descritas só parecem possíveis com as sofisticadas técnicas modernas de produção de efeitos especiais. Com os recursos rudimentares da época, seu acontecimento é espantoso.

Nessa mesma crônica, os serviços do cabelereiro João Ferreira de Almeida, que inauguraria um salão, eram recomendados:

"por suas reconhecidas aptidões em cabelo; dentro em pouco ficará definitivamente à disposição das leitoras para tudo que diz respeito à complicadíssima arte de pentear".

Depois de desculpar-se por "empulhar" com o tema da falta de assunto para a "palestra hebdomadária", faz pilhéria com a Igreja, a administração provincial e as moças:

"Só tomarei juízo quando as igrejas deixarem de ser lugar de rendez-vous amoroso; as repartições do império deixarem de ser um suplicio para todos que dependam dela; quando os poetas forem frades, os frades tornarem-se lavradores e os conventos transformarem-se em escolas; a rua da Imperatriz estiver calçada; houver sessão regularmente na Provincial; a maior parte do clero for casta; as moças abominarem os espelhos e os velhos não se derem ao desfrute.(15.3.1874).

Chistosamente, procurou atingir a imposição de velhos maridos às jovens,⁴⁶ costumes políticos, religiosos e ainda fez a ligação entre a futilidade e o feminino.

Um leilão de prendas em benefício da *Propagadora da Instrução Popular*, os bons resultados auferidos e a festa oferecida pelo Sr. Leôncio de Cavalho, um dos idealizadores da *Propagadora*, aos que participaram da organização do leilão, propiciaram oportunidade para considerações a respeito de atitudes de caridade e simplicidade no vestir-se, atitudes que deviam ser inerentes ao sexo feminino.

O anúncio do leilão de prendas em benefício da *Sociedade Propagadora* é precedido do enaltecimento da caridade, "a mais bela qualidade humana". O cronista narra o entusiasmo dos que estiveram presentes em um leilão beneficente acontecido em Paris: mulheres "arrancaram das orelhas os seus preciosos brincos", os homens doaram os seus relógios. Sendo aquele o primeiro leilão a acontecer em São Paulo - em Santos já tivera um - e sendo em benefício "da escola onde o povo vai aprender a ler", era de se esperar o apoio dos que haviam compreendido que a "forma mais frutífera para gastar dinheiro" era através da caridade. Que seguissem o exemplo parisiense.

Quanto às muitas prendas, eram todas

⁴⁶ A falta de liberdade na escolha do parceiro foi objeto de constantes críticas por parte de dramaturgos e cronistas.



“reveladoras mais ou menos da minosa habilidade do belo sexo da Capital. É o belo sexo que vai vender as prendas, previno desde já, que tratem com delicadeza àquela que está a contar com a mais natural retribuição”.

O teatro, belamente ornamentado para a ocasião, todos os preparativos, assim como a realização do leilão eram produtos da “iniciativa de muitas distintas senhoras”. (7.8.1874).

O interesse das mulheres pelos eventos filantrópicos era condicionado por razões diversas: a expectativa criada pela “ideologia burguesa” em relação a elas, que representavam, então, o reverso do sistema capitalista, “protegendo” com a sua caridade os excluídos do sistema; a vontade e necessidade que elas tinham de ocupar o estreito espaço que lhes era permitido ocupar fora do lar, o que possibilitava a protagonização, por alguns momentos, da cena “pública”; e - por que não? - para se sentirem solidárias, úteis, e bondosas.

Alguns dias depois, hiperbólicos elogios “às senhoras que com mui franca e adorável graça”, venderam prendas:

“Fato este digno de fervorosos encômios e que merece especial menção, ainda mais se considerarmos que foi a primeira vez que tal fato se deu”. (10.9.1874)

Os elogios eram dirigidos também “aos respeitáveis cavalheiros capitalistas, que arremataram as prendas por preços altos” e “à ilustre e briosa corporação acadêmica, que se portou como sempre, com galhardia e com sentimentos generosos”. Entre os maiores lances do leilão, estavam os de Bernardo Gavião, Leôncio de Carvalho, R. Paes de Barros.

O Sr. Leôncio de Carvalho ofereceria, no *Clube Concórdia*, uma festa aos que trabalharam no Bazar. Recomendava-se a ausência de luxo, incabível em uma festa caritativa. Recomendação que ele, o cronista, endossava:

“É sabido que nem todas podem arcar com as dificuldades daquele brilhante fantasma de duas sílabas, que só serve para sombrear as francas e singelas alegrias de certas festas”.

Carlos Ferreira, como os demais cronistas, acreditava na solução filantrópica para as questões sociais, como pobreza, educação popular e epidemias. Comentando um concerto de “distintas senhoras e cavalheiros a favor dos indigentes com varíola”, afirmou:

“a questão da riqueza e da pobreza será superada pela caridade”. (5.8.1875).



Afirmação consoante com a pregação maçônica. Em nenhum momento, demonstrou ter percepção de que a solução para o problema da miséria passa pela redistribuição da renda.

O dramaturgo moralizador surge no comentário a propósito de um livro intitulado *Higiene d'alma*, de autoria do barão Finchttersleben, um compêndio “de máximas de resignação e otimismo”, uma boa leitura para as moças que estavam se afastando das leituras edificantes.

Em outra crônica, C constrói uma história exemplar de um pai “amantíssimo da família e que tem uma filha a quem adora”. O tal pai leva a filha adorada a todas as festas, bailes, sessões teatrais, circo, etc.. Enfim, a todos os locais, onde ela pudesse

“colher uma forte emoção a pretexto de divertir-se”.

Entretanto, a jovem não se sente feliz; ao contrário, definha:

“pálida, olhos amortecidos, lábios desmaiados, voz sumida, o alento preso por um fiapinho de vida”.

Chama-se o médico e ele dá o diagnóstico: a moléstia “é o tédio” provocado pelas leituras encontradas no “*boudoir* da menina:

“Cartas de Heloísa e Abelardo debaixo do perfumado travesseiro; Werther dentro do cestinho de costura; no toucador a Manon Lescault, a tísica de Alexandre Dumas e a Lélia de Georges Sand”.

Carlos Ferreira censura o pai descuidado e aconselha-o a dar a ler “à menina”, obras morais, como se viu no Capítulo 1. (22.11.1874).

A transcrição de uma crônica intitulada *Vaidade e Futilidade femininas que encobrem a verdade* demonstra que o cronista endossa o conteúdo da mesma. Nesta, o autor faz uso de argumentos da medicina higiênica para criticar o uso exagerado de pintura:

“os pós e os carmins deitam a perder as belas epidermes, transtornando a natural expressão das fisionomias”.

Além da saúde, as relações amorosas eram também prejudicadas pelo excesso de pintura: os pós e o carmin não permitiam ao pretendente ver quando é que a jovem corava por pudor, fazendo o pretendente desconfiar da “sinceridade amorosa” da namorada.

Os “exageros femininos”, que tanto martirizaram “os pais” e Jean Jacques Rousseau, continuavam preocupando os modernos folhetinistas.



O folhetinista, para que a “leitora” não o achasse um contumaz e enfadonho “professor”, faz, após a transcrição da crônica, comentários jocosos que possibilitam dúvidas no espírito da “leitora” em torno de sua adesão ao conteúdo do artigo.(20.9.1874).

Entre as críticas às meninas mimadas pelos pais, às vaidosas e o elogio às caridosas, aparece um apelo do folhetinista à leitora para que usasse de sua capacidade de altruísmo, de sua função de “regeneradora da espécie” e “da influência junto ao homem público que era seu marido” para que este promovesse a “regeneração dos costumes políticos”. (15.8.1876).

Normatizando, Carlos Ferreira repete, como folhetinista, a grandiloquência dramática do Carlos Ferreira, autor de *O marido da douda* e de *Os pequenos e os grandes*.

E.P. é o folhetinista, em 1878. No primeiro dia do ano, escolhe como tema a a emancipação da mulher:

“palavrão que seduz a imaginação de muitas senhoras e vai fazendo progressos. As emancipadas resistem ao ridículo que se lhes atiram, chamando-as de *bas bleu*,⁴⁷ e vão continuando o seu caminho.”

Poucos anos se passaram, desde aquele tempo em que as ‘mulheres-médicos e advogados, formadas nos EUA e Alemanha’, eram consideradas como legítimos *canards*⁴⁸. Nos Estados Unidos o fato já não causava “mais estranheza; está já nos costumes daquele país”.

No Brasil, onde se pensava que as mulheres, tão cedo, não se aventurariam a fazer um curso superior, a ida de Maria Estrella⁴⁹ para os Estados Unidos surpreendera a todos. Os jornais vinham elogiando “a superior inteligência, grande aplicação e notável adiantamento” da “nossa patrícia”, que receberia em breve o grau de doutora em Medicina.

⁴⁷ Bas-bleu - *Femme à prétentions littéraires, pédante*. REY, Alain (dir.) *Le Micro-Robert Poche. Dictionnaire d'apprentissage de la langue française. Deuxième Édition*. Paris, 1989.

⁴⁸ Provavelmente, E.P. usou a expressão *canards* no sentido familiar: “*fausse nouvelle lancée dans la presse*”. Ibidem.

⁴⁹ Maria Augusta Generosa Estrella (1861-1946), natural do Rio de Janeiro, filha do negociante Albino Augusti Generoso Estrella. Influenciada pela “formatura de uma moça nos Estados Unidos, mostrou ao pai seu desejo de seguir a mesma carreira”, escreve Barros Vidal. Estudou na Academia Médica para senhoras, em Nova Iorque. Segundo esse escritor, ela ficou lá sob as vistas do cônsul geral do Brasil, Salvador de Mendonça, que escreveu a respeito dela um “livrinho” intitulado *A primeira doutora*. In: *Precursoras Brasileiras*. Rio de Janeiro: A Noite, s/d., p. 207

Generosa Estrella fundou em Nova York, em 1881, juntamente “com sua colega Josefa Agueda Felisbela Mercedes de Oliveira o periódico *A mulher*, de literatura e belas artes, consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”. BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* São Paulo: T.A., Queiroz, 1989, p. 198.



O cronista deseja “muita energia” à Maria Estrella, que teria de enfrentar uma batalha contra preconceitos que, “justa ou injustamente, lhe vão querer lançar”. Duvidando que o exemplo da futura médica fosse seguido por outras brasileiras e mesmo não querendo “debater a questão da emancipação da mulher”, registrava o seu público apoio às que cultivavam a inteligência, elevando-se pela “instrução à mesma altura” em que estavam os homens. Depois dos prolegômenos amaciadores, afirmava:

“Mas não são nada prudentes as que abraçam profissões contrárias à sua natureza, à sua índole”.

Passava depois à irreverência e aos estereótipos habituais: as mulheres nunca poderiam competir com os “seus colegas do sexo feio”:

“quem iria, por exemplo, confiar uma operação de olhos à mão débil e franzina de uma jovem doutora, por mais encantos que tenha esta?”

E se o doente se apaixonasse pela doutora, sarando da doença e morrendo da cura?

Aconselha as mulheres a manter “a sua superioridade”, conservando-se distantes,

“iluminadas pela luz do palco, num cenário que só pode realçar os seus dotes. Não desçam da platéia. A poesia, que é seu apanágio, evaporar-se-ia no dia em que os homens vissem-nas de bisturi em punho, amputando braços e pernas no anfiteatro”.

O grito das revoltosas, clamando por igualdade, esbarrava na impossibilidade física e em outras, que o folhetinista diz não querer relacionar.

Depois de sugerir que continuassem sendo apenas musas, deusas, rainhas, anjos ou santas, como último argumento lembra a futilidade feminina, que as desqualifica para a função pública:

“Que efeito faria uma ministra da fazenda? Aposto que seu primeiro decreto seria a supressão dos impostos sobre sedas, jóias, enfeites etc., pouco se importando em seu amor pelas rendas d’Inglaterra com a diminuição das rendas do Brasil”.

Reassumindo “a seriedade” do conselheiro, afirma que as mulheres deveriam “contentar-se com a imensa influência” que exerciam sobre os homens, influência que ninguém lhes contestava. Encerra a crônica, lembrando o que Victor Cousin dissera a respeito de Mme. Maintenon:

“Mostrou grande sabedoria, contentando-se com ser rainha de fato, sem querer sê-lo de direito”. (1.1.1878).

Em 13 do mesmo mês, comentando a peça *O marido da douda*, de seu “ilustre antecessor”, Carlos Ferreira, declara:

“Ferreira é uma ave que fazia poesia e descaiu e roçou as suas asas nas plantas do realismo. Felizmente não suportará os pútridos miasmas do canteiro e reerguerá o vôo”.

Em seguida, lastima o fechamento do rink de patinação, “freqüentado por senhoras e cavalheiros”.

Em 1900, a inauguração das *Montanhas Russas*, na Praça da República, entusiasma os cronistas. O “interessante divertimento”, desde “o início da tarde, atraía considerável multidão popular”, muitas famílias, cavalheiros, representantes da Polícia, Imprensa e municipalidade. Os jornalistas foram convidados para as “primeiras viagens nos dois veículos das Montanhas Russas”. Por alguns instantes, os presentes foram tomados pelo susto: um dos carros escapou, “correu várias vezes pelas duas rampas da última seção, até que parou entre elas e foi conduzido até a chegada”. Depois, tudo correu bem e foi oferecida “uma mesa de doces”

Astrólogos descreve a emoção que sentiu “viajando” nas *Montanha Russas*:

“faltou pouco para eu ter uma síncope. Sabem o que aquilo é? Não lhes conto nada. Fui para a aventura mal avisado. Após a partida, foi um assombro! E tive ocasião de ver muito marmenjo perder a compostura, e mal reprimir gritinhos de mulher e chiliques”.

O carrinho subia e descia e o cronista só deixou de sentir medo “em terra firme”. (Crônica. 27.3.1900).

Mais uma vez a descrição atrativa da novidade, aparentemente desinteressada, mas que na verdade dava sustentação ao anúncio pago. Todavia, além da propaganda, a emoção deslumbrada deve ter acontecido.

Em 20 de abril de 1900 (p.3), o anúncio das *Montanhas Russas*:

“Todos os dias das cinco até à meia noite. Grande sucesso. Banda de música, cinematógrafo. Grandes surpresas! Brinde diário aos freqüentadores!! Rendez-vous do *high-life* paulista!! Entradas: adultos: 1\$000; crianças: 500 réis.”

Em *Matinais*, Zé Basílio (provavelmente pseudônimo) começa dizendo que as *Montanhas Russas* são a “*great attraction* de São Paulo”. Quando começaram a ser construídas, “o sobe não sobe” na Praça da República causava reboliço e comentários depreciativos. Chegou a ser chamado de “borrão da engenharia”. Mas ninguém mais duvidava do sucesso do novo lazer e todos que experimentaram “viajar” por elas, passavam dias descrevendo as emoções, as mais variadas, que sentiram: alguém pensou ter “ficado sem o coração; outro sentiu frio; e outro, um abalo no estômago”.

O cronista estava gostando da novidade:

“um exercício bom, usado nas melhores capitais do mundo; um excelente ponto de união e uma mina para os empresários”. (*Correio Paulistano*, 4.4.1900, p.1).



Outra vez, a inquietação com os diferentes ritmos da História. Fiquei surpresa com a existência de Montanhas Russas na Cidade de São Paulo, em 1900, pois só as conheci no ano de 1953, no Rio de Janeiro. Antes, em Campos Gerais, fui a parques que chegavam à cidade com suas lonas estropiadas, carrossel enferrujado, gangorras em forma de canoas, velhas e descascadas, mas que muito alegravam os habitantes, crianças, moços e velhos. Jamos ao parque, único ponto iluminado da cidade, não importava o estado em que estivessem as suas atrações.



1887



Assembleia Provincial e Câmara Municipal

RETRATOS

POR

TODOS OS SYSTEMAS

LARGO DA CADEIA N. 7.

HUNG PERESTRELO DA CAUARA, PHOTOGRAPHO, desejando dar ao publico desta cidade uma prova do seu reconhecimento pelas maneiras attentivas com que tem sido tractado, e pela affluencia de trabalhos que lhe tem sido confiados; annuncia que do dia 4 de Setembro em diante todas as pessoas que no seu estabelecimento mandarem fazer—primeiro—6 retratos—cartão de visita—segundo—tres bustos em photographia—terceito—um ambrotypo em bonito quadro—durado, ou outro qualquer trabalho, cujo preço seja de 20\$ rs. como é o de cada um dos tres trabalhos acima mencionados, terao direito a escolher como premio uma cautella d'uma loteria de joias que o annunciante extrahirá logo que se ache distribuido o numero de 100 bolheles de que consta a loteria.

A pessoa que mandar fazer qualquer dos tres trabalhos, ou outro qualquer na importancia de 20\$ rs. será apresentada uma lista com numeros d'este 1 até 100, e adiante de qualquer desses numeros assignará ella o seu nome, recebendo na mesma occasiao uma cautella assignada pelo annunciante.

Os premios são 10, que desde já se achão em exposiçao em casa do annunciante. São todos de ouro, achando-se entre ellas um par de luvas de brilhantes do valor de 180\$000 rs.) uma bonita corrente de relógio com sinete (das mais modernas do custo de 100\$ rs. e varios broches com pedras (para retratos), luvas, memorias, medallhões etc. etc.

Os trabalhos photog. applicos serão da maior perfeição e a contento das pessoas que mandarem fazel-os.

Nem uma só cautella desta loteria será vendida por isso que são destinadas tão somente a premiar as pessoas que honrarem o annunciante com a sua confiança.

(1-10)

Correio Paulistano, 1866

Theatro de S. José

DOMINGO 27 DE MAIO DE 1866

EM BENEFICIO DA COMPANHIA

Depois que a orchestra dirigida pelo Sr. Emilio do Lago, houver executado uma brilhante abertura, subirá á scena pela primeira vez o magnifico e apparatuso drama historico, de grande espectaculo, em 6 actos, ornado de musica:

CHRISTOVÃO COLOMBO

OU

A DESCOBERTA D'AMERICA

PERSONAGENS

Isabel, a Catholica, Rainha de Castella e Leão
D. Maria de Gusmão, Dama de honor
Onéa, Rainha de Haiti
Christovão Colombo
Diogo
Peregrino (irmão de Colombo).
Barthol-meu
D. Luiz, Duque de Fonseca
Fr. Paulo Marchena, confessor da Rainha
Roldão, aventureiro
D. José d'Escobar, tabellião regio.
Tubarão, marinheiro.
Antonio, idem
D. Pedro de la Cuera, camarista
D. Filippe de Vega, capitão
Um Alcaide-mór
Um Pagem
Olema, indigena

ACTORES

Sra. Maria Velluti
Sra. Julia
Sra. Philadelpha
Sr. Joaquim Augusto
Sr. Gonçalves
Sra. Balbina
Sr. Esteves
Sr. José Victorino
Sr. Petit
Sr. Henriques
Sr. J. Eloy
Sr. Mattos
Sr. Vasques
Sr. Montani
Sr. Petit
Sr. Montani
Sr. Calral
Sra. Benedicta

Marinheiros, soldados, frades, fidalgos, mendigos, povo genovez, castelhanos, indigenas do Haiti de ambos os sexos.

DENOMINAÇÃO, E EPOCAS DOS ACTOS

- 1.º — O incendio, e a fuga—Genova—1489
- 2.º — Isabel a Catholica—Castella—1492
- 3.º — A revolta a bordo—No Oceano—1492
- 4.º — Justiça e injustiça—Haiti—1496
- 5.º — A recompensa tardia—Sevilha—1505
- 6.º — O martyrio do genio—Valhadolid—1506

A ACÇÃO DO DRAMA, PASSA-SE:

- 1.º acto, em Genova, casa de Christovão Colombo
- 2.º » em Castella, convento de Arrabida
- 3.º » no mar, bordo no navio-almirante
- 4.º » na ilha do Haiti, possessões da rainha Onéa
- 5.º » em Sevilha, palacio de Isabel a Catholica
- 6.º » em Valhadolid, uma estalagem

Todo o vestuario é novo e da época.

Todos os accessorios são ricos e o scenario a capricho.

Não se pouparão esforços, nem despezas, aliás avultadas para fazer subir á scena este drama com todo o *apparato* e *riqueza* que requer. O *scenario* do 3.º acto *inteiramente novo*, que figura o *navio de Colombo*, com todos os seus *accessorios*, magnificencia, e movimento nautico, é de um soberbo e surpreendente effeito, a fórta as bellissimas scenas dramaticas que a decoro este acto. A *contextura historica* do drama, e os *lances patheticos* que elle contém, são de um *slance eminentemente moral, magistoso e verdadeiro*. Encontra-se nelle com profusão, e variedade, as scenas singelas, mas religiosas da familia; a pugna heroica do talento contra a superstiçào, o erro, e a miséria palaciana; a luta dos elementos, a intriga dos anticos, a descoberta dos annos ignorantes, e a força poderosa do genio protegido pelos raios luminosos da Divindade. É uma concepção real, que honra o seu autor, e que deve ser vista e apreciada, em toda a sua plenitude, por um publico illustrado.

A companhia dramatica em razão da avultadissima despesa que acaba de fazer para o presente drama, faz neste espectaculo a seguinte alteração na preços das entradas:

1.ª, ordm 10=000, 2.ª, dita 12=000, 3.ª, dita 8=000, platá 2=000, todos sentados 1=000.

Comença ás 7 1/2 horas em ponto.

Os Srs. assistentes têm preferencia a seus camarás e até quarta-feira 21 de corrente. Os bilhetes de 10=000 já se vendem em theatro.

Correio Paulistano, 22.5.1866.

Sorvetes

Na Serêa Paulista, hoje haverá sorvetes das 7 às 10 horas da noite.

Preço—500 rs.

CONFEITARIA E PADARIA DO LEÃO,

RUA DO COMMERCEIO



CANTO DA QUITANDA

N.º 9.

Tendo-se concluido a completa reforma que soffreu esta antiga padaria, e excellente confeitaria montada com todo o gosto e acieo, propria a uma cidade como a de S. Paulo, franquear-se-lia a benevolencia do respeitavel publico desta cidade, Sabbatho 27 do corrente. ex.

Neste estabelecimento encontrarão todas as pessoas que quizerem frequentar, um variado sortimento de tudo que pertence a uma padaria e confeitaria de primeira ordem.

Estando este estabelecimento franco ao respeitavel publico, desnecessario se torna a publicação do grande sortimento de todos os generos de primeira qualidade, e do luxo que com todo o esmero se fez escolher.

São Paulo 23 de Setembro de 1862.

3—3

Lazer (Correio Paulistano, 1866)



SERÊA PAULISTA

CASA DE BANHOS

1—RUA DE S. BENTO—1

S. PAULO

Unico estabelecimento neste genero desta capital, mais bem montado do que os melhores do Rio de Janeiro: funciona diariamente com toda a regularidade das 6 horas da manhã as 10 da noite.

As domingos e dias santos se fechará o estabelecimento as 3 horas da tarde.

Banhos quentes, tépidos, frios e de chuva 15000 rs.

Serão fornecidos os banhos por pessoa disto encarregada, depois de receber o cartão, o qual se vende na primeira sala.

As pessoas que comprarem previamente cartões gosarão da seguinte vantagem

POR 5000—6 CARTÕES

Ha na primeira sala do mesmo estabelecimento diversas bebidas de espirito, proprias para tomar depois do banho, as quaes tambem se venderão

A DINHEIRO

Grande Circo Casali

LARGO DE S. BENTO

Empresa de Marcos Casali & Filhos

DIRECTOR—LUIZ CASALI
HOJE HOJE HOJE
Domingo 25 do corrente
Brilhantes e extraordinarias funcções

Nesta noite serão executados varios trabalhos novos, sobressahindo entre elles os seguintes artistas:

A filha do ar, Sra. ZILDA CASALI em seu arrojadissimo trabalho aéreo.

A Sra. LUIZA CASALI em seus sorprendentes equilíbrios aéreos.

Os 3 Trapezios ou o Homem voador, executado de um lado ao outro do Circo, pelo arrojado artista LUIZ COUTURE, com toda a maestria gymnastica, unico rival de Isotard.

O aéreo volante, exhibido pelo sympathico artista VICENTE CASALI, o qual executará sobre o mesmo variadissimos exercicios de equilibrio, que tão freneticamente têm sido applaudido em todas as Cidades em que ha sido apresentado este arriscadissimo trabalho.

O artista Abrahão executará hoje o—elegante acto do volteio terrestre com saltos mortaes em toda a volta do circo.

Depois de outros interessantes trabalhos

Equestres

Gymnasticos

Aéreos

e Mimicos

se dará fim com uma interessante **Pantomima.**

PREÇOS

Camarotes com 5 cadeiras 12,000 réis.

Assentos reservados . . . 2,000 réis.

Entrada geral 1,000 réis.

Ditas meias entradas para
creanças até 8 annos . . . 500 réis.

Principiará as 8 em ponto.

P. S. Pode-se a todas as pessoas que tiverem contas tendentes á empresa de apresentações todas as segunda-feiras no escriptorio do mesmo Circo das 2 ás 4 horas da tarde para serem indemnizadas.

O Secretario, LUIZ A. C. LOPES.
O Agente, MANOEL ALVARES

Lazer (Correio Paulistano,
1862-1875)

Restaurant e Bilhar
DAS 4 NAÇÕES
LARGO DE PALACIO
Tabela dos preços
Almoço e jantar para uma pessoa, por
mez. 24000
Almoço para uma pessoa. 500
Jantar 800
Ceia para uma pessoa. 10000
Comida para fóra por mez. 30000
Este estabelecimento está aberto até uma hora depois
da meia noite.
No mesmo tem varios quartos para alugar.
Cosinheiro
Precisa-se no Restaurant, com toda a brevidade de
um bom cosinheiro (10—6



Bailes á Phantasia

No sabbado da Alleluia e Domingo da Paschoa, o salão do patco do Collegio achar-se-á convenientemente decorado para dois esplendidos bailes nos dias já mencionados.

As pessoas que quizerem subscrever poderão entender-se com José Maria Jordani á rua da Boa-Vista n. 43.

Preços da assignatura para os dous bailes 4000.
Os que não assignarem pagarão 35000 por entrada.

Lazcr (Correio Paulistano,
1862-1875).

de Morumbi, e dá, recebe-se qualquer encomenda para qualquer parte e a poução que o freguez quizer.
2-3 José Antonio de Souza Portugal & Comp.

Atenção

Vende-se 3 victorias em bom uso e com seus complementos arreios, e mais 2 pares de arreios de trolly novos, tem mais 10 cavallos que servem para carro e sella; tendo entre elles uma parelha de torquillos; as victorias podem ser vista em casa do sr. Victor Duché, ferador á rua de S. Bento, e para tratar á rua da Imperatriz n. 41, Casa da America.

6-2

Pelo sr. Xavier Lisboa, a linda scena comica

UM ALLEO

Finalizará o espectáculo com uma composição do beneficiado, executada em saxofone, a «Serenata» polka de concerto.

O beneficiado sendo a primeira vez que tem a honra de apresentar-se nesta capital espera que o illustrado povo paulistano concorrerá á sua festa, e por isso desde já antecipa os seus sinceros agradecimentos.

O espectáculo começará ás 8 e meia em ponto.

Theatro Provisorio

Terceira representação da

Companhia-Lyrico Dramatico de Zarzuela

Segunda-feira 1 de Março de 1875

Subirá pela segunda vez á scena a muito applaudida opera comica em 3 actos do maestro Giuseppe Mazza intitulada:

CAMPANONE

(Tradução do la prova d'un opera seria)

Em que toma parte toda a companhia

Compõe-se esta partitura das seguintes peças de musica:
1.º Grande symphonia; 2.º Introdução e alternativa de tenor comico; 3.º Cavatina de tiple; 4.º Duo de tiple e tenor; 5.º Sahita de baritono; 6.º Grande final concertante do primeiro acto.

Acto 2.º

7.º Còro geral e quintetto; 8.º Duo gracioso de tiple e baritono; 9.º Grande final concertante do segundo acto.

Acto 3.º

10.º Preludio; 11.º Grande marcha triumphal, terzetto de tiple e tenor com acompanhamento de còro; 12.º Aria de tenor com còro; 13.º Duo de caricatos de tenor comico e baritono; 14.º Septem no das cartas; 15.º Grande rondó de tiple; 16.º Grande symphon a burlesca, ensaiada pelo maestro Campanone; 17.º Lndz Waltz final Typ. do «Correio Paulistano»

Principiará ás 8 e meia horas.

CAPÍTULO 7

DIVERTIR, “REGENERANDO”

“(…) O drama realista, rigorosamente preparado para o ensinamento salutar, passou a ser considerado objurgatória imperfeita.” (Carlos Ferreira. Aos leitores. In: *O marido da douda*, 1886).

“Entretanto, ninguém porá em dúvida que se o teatro lírico é o agradável, e talvez o supérfluo, o teatro dramático é mais que o útil, é o necessário.” (Machado de Assis. *Crônicas*, 1864-1867).

“Perigosíssima e merecedora de críticas e reparos. O drama produziu efeitos sombrios sobre os espectadores. O seu final é um desvario, cujas consequências podiam refletir sinistramente sobre a vida real da sociedade. O autor procurou um pretexto para matar uma mulher e mais nada. O século não está mais para a tragédia, mas para o drama, onde o confronto entre o bem e o mal termina com a vitória do espírito”. (Carlos Ferreira, a respeito da peça “A Baronesa”. *Correio Paulistano*, 24.6.1874).



Um lazer “higiênico”, capaz de incutir nos participantes idéias “morais”, com o objetivo de transformá-los em atores da “nova” sociedade, é a tônica de muitos escritos, durante a 2ª metade do século XIX. Divertimentos como bailes, saraus, espetáculos teatrais, deveriam estar condicionados ao conceito de “saudável”, isto é, apropriado para as “boas famílias”, ou seja, as ricas famílias proprietárias, que integravam o “mundo burguês”.

A exigência da condição de regenerador e de moral para qualquer divertimento pode também ser intepetada como incapacidade para fruir a diversão de forma despreocupada. A tendência para justificar o gozo da festa ou do espetáculo com objetivos moralizantes ou filantrópicos está ligada à história do puritanismo, que transformou a necessidade burguesa de economizar, durante o seu período de formação e de enriquecimento, em ideologia religiosa. Éric Hobsbawm escreveu a respeito das contradições da burguesia, que se debatia entre continuar economizando, como nos tempos em que a acumulação era necessária, ou gastar sem receios, de acordo com a sua situação de prosperidade:

A burguesia como classe encontrava enorme dificuldade em combinar aquisições e despesas de uma forma moralmente satisfatória” (...)¹

Como se viu nos Capítulos 2 e 3, a aproximação entre protestantes e maçons pode ter sido o caminho pelo qual a difícil relação puritana com os gastos e com o lazer influenciou os redatores e colaboradores do *Correio Paulistano*, que procuravam acentuar o caráter filantrópico de comemorações, bailes e outros eventos.

Nos escritos de alguns folhetinistas e de missivistas publicados no jornal, um simples baile era transformado em “centro moralizador” da sociedade:

“O amplexo de muitas famílias numa só, vivendo todas da mesma vida, fruindo dos mesmos gozos, atingindo ao mesmo alvo - os prazeres da vida - a união da sociedade, a civilização enfim. Uma sociedade de dança lançada no meio do país, de uma povoação adolescente é um raio de luz projetado em um mundo de trevas, é o sol esplêndido a animar a natureza e a vivificá-la com os ardores. O baile educa e regenera as sociedades pelo contato do belo com o belo.” (grifo meu). (Folhetim. *Correio Paulistano*, 28.9.1862).

Além de educador e regenerador, acentuava o folhetinista, o baile era o espaço propiciador de encontros entre os moços e as moças, que ali iam cheios das “esperanças da mocidade”. Tais esperanças eram acalentadas pelo “brilho das luzes e da alegria” e alimentadas pelo “magnetismo de um olhar recíproco”, de uma “frase fugida d’alma”, ou

¹ HOBBSBAWM, Eric J. O mundo burguês. In: *A Era do Capital, 1845-1875*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 247. O autor afirma ainda que para os valores burgueses, “sucesso era incompatível com prazer, como o folclore do esporte ainda assume ao sentenciar jogadores à abstenção sexual temporária antes do grande jogo ou da grande luta”. Ob. cit., p. 246.



de um “significativo aperto de mão”. As “almas jovens” esperavam encontrar no baile o complemento para a sua vida.

O registro que o folhetinista C (Carlos Ferreira) fez da “Festa do Dr. Leôncio” é um exemplo da preocupação em envolver o prazer da festa em um manto de filantropia, que não escondia o gozo, a felicidade que produzia nos participantes um evento festivo, sempre muito bem vindo na cidade, que oferecia poucas opções de lazer, segundo as constantes reclamações que aparecem no jornal. A caridade absolvía os que tinham posses e aqueles que mesmo não as tendo, como era o caso de Carlos Ferreira, tinham acesso às comemorações patrocinadas pelos ricos.

A festa oferecida pelo Sr. Dr. Leôncio foi um prêmio

“às pessoas que concorreram para o ótimo resultado do Bazar de prendas, em favor da *Propagadora da Instrução Popular*”.

E, apesar da chuva, que transformou a noite da sarau na “pior noite” do ano, e da “concorrência” ter sido menor do que a esperada, tudo ocorreu “como se esperava, proveniente da extraordinária solicitude do Sr. Dr. Leôncio e de sua Exma. Senhora.” Quanto à aparência dos convidados, “a par da simplicidade”, pois se recomendara “a ausência completa de luxo” para que os mais ricos não envergonhassem os menos afortunados, que colaboraram para o sucesso do Bazar, “houve a mais decidida elegância de *toilettes*, cuja descrição evito agora para não tomar toda a extensão deste jornal”. As últimas frases são precisas na demonstração do significado do sarau como encontro “das famílias” e como registro da duração de algumas festas familiares, que podiam ir até a manhã seguinte:

“O maior elogio que se pode fazer desta festa é dizer que os concorrentes pediram bis. O sarau repetiu-se na noite seguinte com igual animação, igual brilhantismo e maior número de famílias. Quando todos saíram de lá, pela manhã, palavra de honra que me quis parecer que iam todos pensando na possibilidade... de um terceiro sarau”. Folhetim. (*Correio Paulistano*, 20.9.1874,p.1).

O enlevo proporcionado pela festa, enlevo que se antecipava à própria festa, devido a excitação estimulada pela expectativa de momentos felizes e que se prolongava, após a sua realização, nas lembranças e comentários das experiências vividas, subjaz à narrativa dos cronistas e missivistas, apesar do tom de valorização moral do evento.

Em uma carta na seção Correspondência do Correio, descreve-se um baile em comemoração ao Sete de Setembro, no qual um coro de senhoras entoou “afinadamente” o Hino Nacional.



O missivista qualificou o baile de um “desses entretenimentos inocentes que são como que os respiradouros da civilização”, permitindo aos homens um contato saudável e familiar. “Infelizmente”, a concepção que o autor da carta tinha a respeito dos bailes não fora compreendida por todas as pessoas, muitas das quais, “por ignorância” e por falta do hábito de freqüentar salões, censuravam o “palestrar-se com uma senhora, em uma sala de baile”. Tais pessoas não haviam ainda sido atingidas pelo estímulo vivificador das “idéias” ou “doutrinas novas”, que estimulavam comportamentos mais saudáveis, mais condizentes com o “século”. O missivista afirmava a necessidade de se pregar tais doutrinas, fazendo de “cada cabeça um laboratório de idéias” e um foco propagador de tais idéias. A tarefa não seria difícil: a pregação cairia no “solo abençoado” do Brasil. Entre as “doutrinas novas” a serem pregadas, incluía-se a introdução e a disseminação do bom gosto, o que poderia ser feito através do baile, que era:

“Um salutar hábito da Civilização européia, uma expressão de bom gosto, veículo de transformação de um passado colonial em um cenário do progresso... um foco das luzes. (*Correio Paulistano*, 30.9.1862).

Escrevendo a respeito do baile que comemorou o 71º aniversário do “velho *Clube Concórdia*”, cuja sede fora vendida para um comerciante de bilhares, o folhetinista elogia a iluminação, que tornava mais ricas e brilhantes “as elegantes toaletes” e acentua a possibilidade que um baile oferecia para se estar, “civilizadamente,

“em contato com essa mais bela parte do gênero humano: a mulher”.

Lamenta que a casa, “que abrigara em seu seio as mais mimosas filhas da Paulicéia”, seria, a partir daquele momento, freqüentada por “nada sublimes jogadores de bilhares”. (*Correio Paulistano*, 28.9.1862).

Em um baile, divertia-se “aberta e francamente”, fosse ele realizado no *Concórdia*, ou em casa de “uma respeitável família”. Era a reunião das pessoas “de bem”, onde a mocidade podia entregar-se às emoções como dançar, trocar olhares, conversar, sob os olhos vigilantes de mães, pais, tios, irmãos e avós.

Enaltecia-se o prazer proporcionado por um baile, mas o enaltecimento aparece acompanhado de considerações sobre a “moral”, que deveria prevalecer na busca e na realização de qualquer tipo de lazer. Este tinha que estar dentro das normas, cumprindo a sua função “civilizadora” e “moralizadora”.

O teatro, principalmente, era condenado a ser, sobretudo, educador. Na concepção burguesa, que se desenvolveu no Ocidente europeu e que foi divulgada para os outros países de colonização européia, durante o século XIX, a estética teatral estava



condicionada à persuadir os leitores e espectadores à aceitação do modelo “burguês” de sociedade.² As teorizações a respeito do utilitarismo da cena foram abundantes na Europa e no Brasil, inspiradas no fato de que as famílias “de bem” tinham que ter o seu entretenimento “salutar”.

Auguste Comte escreveu que a arte deveria ser “a idealização da realidade, a exaltação do lado altruista e afetivo do ser humano” e deveria “promover o culto cívico da família, da pátria e da humanidade.”³

Afinados com essa concepção, autores brasileiros discutiram, nos meados do século XIX, com constância e calor, os conteúdos e personagens das peças dentro da concepção “moralizante” do teatro, de acordo com o modelo do “novo” teatro francês. O exemplo francês seria a moldura para a expressão do que diziam ser a “verdadeira” sociedade brasileira. Alguns autores, como Álvares de Azevedo, Carlos Ferreira, Machado de Assis, Aureliano de S. e Oliveira Coutinho, escreveram páginas e páginas sobre a função moralizadora da cena dramática.

José de Alencar afirmou que o teatro deveria ser um retrato “natural da sociedade”, seu “daguerreótipo”. O drama e a comédia teriam que se desenvolver de forma natural, “sem lances sedícios, sem gritos”. Com simplicidade, graça e delicadeza, o dramaturgo deveria “saber fazer rir, sem fazer corar”.⁴

Machado de Assis opinou:

“Se o teatro lírico é agradável, e talvez o supérfluo, o teatro dramático é mais que o útil, é o necessário”.

Pessanha Póvoa afirmou que o teatro civiliza e prepara o povo para “o progresso moral”⁶

Joaquim Nabuco, poeticamente, comparou a alma humana a um teclado, que poderia ser vibrado “à vontade” pelo artista teatral. A relação que se estabelecia entre o autor e o público era imediata e o triunfo, semelhante ao do orador:

“Expontâneo, irresistível, glêtrico. É essa relação direta que explica a paixão de tantos autores pelo teatro”.

² Como já foi citado, Eric Hobsbawm analisou esse modelo em capítulos de seu livro *A era do Capital* (citado).

³ -CARVALHO, Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo:Cia. das Letras, 19990, p. 45.

⁴ ALENCAR, José de. Carta a Francisco Otaviano. In: MENEZES, Raimundo. (apresent.). *Cartas e documentos de José de Alencar*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, MEC, INL, 1977, p.50-1.

⁵ ASSIS, Machado de. *Crônicas*, 1864-1867. Rio: Jackson, 1953, p. 271. (Obra Completa).

⁶ PÓVOA, Pessanha. *Anos Acadêmicos*. 1860-1864. Rio de Janeiro: Tip. Perseverança, 1870, p.4

⁷ NABUCO, Joaquim. In: COUTINHO, Afrânio, (apresent.) *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, p.103.



José de Alencar afirmou que o teatro “regenerador de costumes” ou propiciador do “progresso moral de um povo”, deveria seguir a “escola de Molière, aperfeiçoada por Alexandre Dumas Filho”. A forma, já que não existia no teatro nacional um autor do calibre dos franceses, segundo Alencar, deveria ser mesmo importada; o ambiente, porém, deveria ser brasileiro com as personagens agindo

“como se fossem criaturas reais, habitando uma das casas do Rio de Janeiro”.⁸

Os autores esperavam mudar a sociedade brasileira com o seu teatro, através do qual pregavam o amor ao trabalho, o refinamento de maneiras, a democratização das relações sociais, inclusive a substituição do trabalho escravo pelo livre, a liberdade na escolha de parceiros; criticavam a ociosidade, a futilidade, os gastos excessivos com luxo e o pai autoritário que impunha noivos aos filhos, segundo critérios de prestígio social e riqueza. A pregação para reformar inspirava-se na Ilustração: palavras como “regeneração”, “ilustrado”, “novo” e “luzes” são repetidamente usadas nos vários gêneros literários: cartas, peças, crônicas e artigos.

José de Alencar, em uma de suas cartas, diz esperar que saísse da “próxima urna” uma “câmara ilustrada para auxiliar “alguns homens políticos que não estão estragados”, na obra de “regeneração” e “reorganização do País”.⁹

Quanto às concepções de realidade ou “vida natural” salientadas em textos dos dramaturgos e publicistas, na verdade abrangiam fragmentos da realidade ou realidades brasileiras. Eles escreviam para e a respeito das elites ou de pessoas pertencentes aos setores intermediários da sociedade, que eram os seus espectadores e leitores.

Polêmicas e personagens femininas

Em 1874, Carlos Ferreira (sob o pseudônimo de C), pedia às leitoras que fossem ao teatro ver a peça *Cláudio*, exemplo de um comportamento desejustado, que agiria como estímulo para o inverso, devido ao choque que a “mais espantosa aberração da natureza” provocava nas espectadoras”. (*Correio Paulistano*, 19.7.1874).

⁸ ALENCAR, José de. Ob. cit., p. 51.

⁹ Carta ao Dr. Pompeu, 5. 8.1859. In: MENEZES, Raimundo de (org.). *Cartas e Documentos de José de Alencar*. 2ª ed.. São Paulo: Hucite; S. Loc.: MEC/ INL, 1977, p. 19. Ver, a respeito do teatro regenerador: BORGES, Urquiza Maria. O Teatro: um “daguerreótipo moral”. In: *A mulher em cena* (2ª metade do século XIX). São Paulo, Doutorado. Faculdade de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1986, p. 50-82.



Os folhetinistas do *Correio Paulistano* como repórteres do lazer, informavam a respeito dos espetáculos teatrais, do desempenho dos artistas e da qualidade ou não das peças, cenários, música, etc. Pensavam estar fazendo crítica teatral imparcial, julgando-a necessária para que os espetáculos tivessem mais qualidade, cumprissem a finalidade moralizante e atraíssem o público. Missivistas e colaboradores também escreviam a respeito do teatro, pretendendo contribuir com a sua crítica para o aperfeiçoamento do movimento teatral.

Os letrados julgavam-se qualificados para a atividade crítica, através da qual procuravam guiar o gosto dos leitores, incentivando-os a assistir aos espetáculos que eles julgavam de boa qualidade. Todavia, como as seções de variedades estavam sujeitas ao interesse do jornal em elogiar os que anunciavam, e as Companhias de Teatro são anunciantes constantes, é discutível a imparcialidade dessa crítica.

A respeito do público e de sua capacidade de gerar crítica, escreveu Habermas, referindo-se ao que aconteceu a partir do século XVIII, na Europa:

“Por mais exclusivo que o público pudesse ser cada vez, ele nunca podia fechar-se completamente e transformar-se em clique; pois ele sempre já se percebia e se encontrava em meio a um público maior, todas as pessoas privadas que, como leitores, ouvintes ou espectadores, pressupondo posses e formação acadêmica, podiam, através do mercado, apropriar-se dos objetos em discussão. As questões discutíveis tornam-se ‘gerais’ não só no sentido de sua relevância, mas também de sua acessibilidade; todos devem *poder* participar. Onde o público se estabelece como grupo fixo de interlocutores, ele não se coloca como equivalente ao *grande público*, mas reivindica aparecer de algum modo como seu porta-voz, talvez até como seu educador. Aparecer em seu nome e até mesmo representá-lo - eis a nova configuração da representação burguesa”.¹⁰

Ferreira de Menezes considerou a “crítica sistemática” a própria “alma do teatro”: incentivando, apontando falhas, a crítica colaborava para a melhor qualidade da cena, impedindo os artistas de cair “na mediocridade, na mesmice”. Uma peça de “bom” conteúdo e bem representada atrairia os espectadores, carentes de entretenimento, principalmente em uma cidade como São Paulo, “onde não existia outra coisa para se fazer”, além do teatro:

“As pessoas vão ali por hábito, pela carência de outros passatempos, fugindo ao aborrecimento que é a vida na cidade”. (*Correio Paulistano*, 28.01.1866).

Na seção A Pedidos do *Correio Paulistano*, um missivista elogiava os esforços dos atores que encenaram as peças - *O francês na Espanha* e *O marido no Prego* - traduções

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública* (citada), p. 53



da atriz Maria Velluti. Lamentando o pequeno número de espectadores, censurava o público por só valorizar os espetáculos estrangeiros, deixando morrer à míngua artistas,

“que se não são astros luminosos podem ainda ser estrelas”. (11.10.1862,p.2)

Na seção Teatro, o articulista procurava animar os artistas e empresários, “apesar da falta de concorrência que nestas três ou quatro récitas tem havido no teatro”. Consolador, dizia não ser pouco merecer “os aplausos espontâneos e muitas vezes entusiásticos d’um público ilustrado, qual o que frequenta o teatro de São Paulo”, ainda que pequeno. (Teatro. *Correio Paulistano*, 14.10.1862).

Ferreira de Menezes escreveu sobre a peça *Kean*, de Alexandre Dumas Filho:

“A peça foi feita com paixão para ser representada por Frederico Lémaitre. A vida de um doido para ser representada por outro doido”. (*Correio Paulistano*, 18.10.1866).

A peça *O suplicio de uma mulher*, atribuída aos autores Alexandre Dumas Filho e Émile Girardin, provocou, em 1866, uma polêmica entre redatores, colaboradores e leitores do *Correio Paulistano*, em torno da moralidade ou não de seu enredo. A polêmica, além de treinar a “vocalização crítica” dos polemistas, satisfaz durante algum tempo a necessidade de assunto, cuja falta era sempre lamentada.

O início da discussão foi o artigo de Ramos Figueira, que avaliou a peça como pertencente ao que chamavam “nova escola” ou “teatro natural ou realista”, por ser a trama “real” e conter ensinamentos “morais”. Escrita, segundo Figueira, em um estilo elegante, “purificado dos exageros românticos de muitas lágrimas, sentimentos exaltados e gritos ensurdecedores”, a peça era um modelo da “nova escola”, levando para o palco “a cena risonha da comédia ou a lágrima de arrependimento do drama”, na medida certa, naturalmente, como as “cenas da vida cotidiana”. Concluía o autor:

“Sob o ponto de vista social é uma revolução e sob o ponto de vista de arte, uma renovação. Admiro o que considero realismo da peça, pois se o teatro tem o poder de exercitar nos costumes e nas idéias de qualquer sociedade uma influência útil, é sob a condição de não receiar apoderar-se em cheio da verdade”. (Literatura. *Correio Paulistano*, 13-abril-1866, p.4).

Na frase de Figueira, está exposta, sem rodeios, a função do teatro “realista”, também chamado burguês ou positivista: exercitar funções. Usando a palavra “revolução” para o social e “renovação” para a arte, Figueira demonstra acreditar no poder de convencimento do teatro para transformar a sociedade.

Figueira considerava revolucionário um abrandamento dos castigos que eram aplicados àquelas que desrespeitavam as regras de comportamento definidas para as mulheres.



Abrandamento em relação ao *tuez-lá* pregado por Dumas Filho, contra o qual se posicionaram, além dele, Carlos Ferreira e Ferreira de Menezes.

Figueira centraliza o seu elogio principalmente na forma como Dumont, a personagem masculina central, pune a esposa adúltera: sem escândalo, de forma “inteligente”. Mme. Dumont foi sujeita a um suplício psicológico, que durou uma noite. A suavidade da pena deveu-se à maternidade da pecadora: Dumont preservou-a para que a filha não fosse afetada pelo desvendamento da “desonra materna”.

A seção Variedades publicou o resumo da peça. É a história de uma mulher muito rica, que se deixa levar pelo amor às festas e à vaidade e que possui um amante. De volta de um de seus compromissos sociais, encontrou um bilhete do amante, que deixou para ler no dia seguinte, por estar cansada, depois de prolongados lazeres. Na manhã seguinte, leu o bilhete no qual o amante lhe pedia a importância de vinte mil francos, dando-lhe o prazo para ser atendido, até às 10h daquele dia. Se não fosse atendido, se suicidaria. Como já eram 11h, apreensiva, ela correu até à casa do amante e o encontrou morto. “Desesperada”, atirou-se ao Sena, mas foi salva e depois perdoada pelo marido, a quem ela, arrependida, relatou a sua traição, entre afirmações de que tudo não passara de uma fraqueza, pois era o marido o seu verdadeiro amor.

O marido, “compreensivo”, aceitou-a de volta, mas sob uma condição: que naquele mesmo dia ela fosse a anfitriã perfeita de um jantar, após o qual iriam ao teatro e depois ao baile. A mulher, durante todas aquelas diversões que tanto amava, mas que naquele dia não poderiam fazê-la feliz, teria que demonstrar serenidade e alegria.

O redator do resumo conclui:

“Ela o fez com um humor brilhante. E durante todo esse tempo não se lhe apartava dos olhos uma visão: o cadáver do suicida. Que suplício!” (C. P., 19.4.1866).

Provavelmente, a peça fará rir um leitor moderno. Na época, foi objeto de muita discussão em Paris e no Brasil, merecendo tradução e artigos de Machado de Assis, que escreveu para o *Diário do Rio de Janeiro* um artigo intitulado *A História deste drama*, no qual relata a autoria a quatro mãos, da peça. Parceria que acabou provocando desgaste na amizade entre os co-autores, porque Émile Girardin não aceitou a intervenção literária de Dumas Filho.

Pelo relato de Dumas Filho, a primeira leitura causou mal estar entre os presentes: apesar de “haver uma base para o drama, “tomada no interior da vida conjugal”, esse era



“andacioso, verdadeiro e inadmissível”. Após duas horas e meia de leitura, Dumas Filho, preocupado com a repercussão negativa que a peça teria, afetando a integridade do autor, desejou

“que entre todos aqueles juízes algum houvesse assaz corajoso, ou antes, assaz franco (...) que fizesse compreender a um homem de seu valor - que o talento, o próprio gênio não é universal. Foi o que aconteceu, falou-se franco e a peça foi declarada, perigosa, irrepresentável, impossível, epítetos estes que saíram da boca de todos, misturados com aquele açúcar fino que a gente bem educada traz sempre nas algibeiras”.

Girardin, contristado com a reação dos presentes, pediu a Dumas Filho que o ajudasse a encontrar “um desfecho apropriado”. A modificação imprimida por Dumas não foi do agrado de Girardin, que não reconheceu na versão do conhecido dramaturgo a sua criação.

Finalmente, o drama foi levado ao palco com grande sucesso, acontecendo o inusitado: a produção apresentou-se órfã, nenhum dos dois autores tendo querido assumir, inicialmente, a paternidade da mesma. O sucesso parisiense repetiu-se em outras cidades européias.

A curiosidade da leitora em relação à tão “perigosa” primeira versão da peça não foi satisfeita pelo artigo de Machado de Assis, que relata, minuciosamente, a polêmica entre os dois autores, mas não esclarece nem a primeira e nem a segunda versões.¹¹

Fazendo a crítica do espetáculo no Rio de Janeiro, Machado acentuou que a peça era

“uma espécie de artigo em três atos contra o adultério, corrigidas as provas por um homem entendido em matéria de diálogo”.

Referia-se ao fato da mesma ter sido reescrita por Dumas Filho. O drama estava sendo aplaudido pelo público do Ginásio “com fervor e entusiasmo” e merecia ser assistido e aplaudido por todos que amassem o teatro:

“O Suplício de uma mulher trata da questão do adultério com os traços mais vigorosos e novos; os autores não recuaram diante de nenhuma dificuldade, nem mesmo diante do fruto do amor criminoso”.

Machado atribui a “boa sorte” da peça à “aceitação por parte do público” da defesa que a mesma faz “dos deveres morais e da santidade do casamento”.¹²

A polêmica no *Correio Paulistano* centralizou-se na figura de Matilde, a esposa adúltera, e na punição à qual é submetida por Dumont, o marido racional e “entre todos

¹¹ ASSIS, Machado de. A história deste drama. *Teatro*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: Jackson, 1952, p.409-421.

¹² Crítica teatral. Suplício de uma mulher. *Diário do Rio de Janeiro*, 3 .10.1865. *Teatro*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: Jackson, 1952, p.423-428.

os caracteres da peça, o mais perfeito e o mais completo”. Dumont é o “confiante” e “dedicado amante”, que “nada perde da sua nobreza na hora do infortúnio conjugal”.¹³

É o homem que não se deixa dominar pelas paixões, capaz de exercer sobre a mulher o paternalismo esclarecido, dentro de um modelo ao gosto dos liberais e maçons.

Na trama, a maternidade é transformada em salvação da “pecadora”, que só foi perdoada pelo marido por causa da filha, fruto do amor “pecaminoso” de Matilde. Como na peça *As asas de um anjo*, de José de Alencar, a paixão feminina sem freios é redimida pela dedicação materna. Matilde, Carolina (*As asas de um anjo*) e Bárbara (*O marido da douda*, de Carlos Ferreira) são mulheres apaixonadas, dominadas pelo “amor louco”, impróprio para mulheres espiritualizadas e que tinham por tarefa regenerar a espécie.¹⁴

Na polêmica, além de Ferreira de Menezes, Américo de Campos - então redator-chefe do jornal - e o já citado Figueira, houve a intervenção de missivistas anônimos.

Ferreira de Menezes, respondendo aos elogios que Ramos Figueira fizera à peça, em uma crônica em forma de carta,¹⁵ diz:

“As escolas passam e o belo continua. A peça de Girardin e Dumas filho é um dos mais belos exemplos da Escola Moderna. Verdadeiro! Verdadeiro! Um drama verdadeiro. Que coisa rara no teatro e nos livros. É de se admirar que na França, luzeiro do Universo, ainda se arreceia da verdade. A França de Molière, de George Sand, onde Indiana e Jacques estão em todas as alcovas”.

Considera absurda a peça ter despertado naquele país “o medo de uma chama onde se aventa uma questão matrimonial”. (Literatura. *Correio Paulistano*, 17.4.1866).

Em outra carta a Figueira, Menezes fala da tradução de Machado de Assis e, de novo, da celeuma que a autoria da peça e o enredo da mesma provocaram em Paris. Compara Matilde à “uma Eva, supostamente lacrimosa”. Quanto à trama, é de “uma simplicidade verdadeiramente trágica:

“Uma criança abre o drama com palavras infantis e fecha-o, ignorante de tudo, com uma palavra de graça e de súplica respondida por uma de esperança e de perdão: Talvez!”

¹³ ASSIS, Machado de. Suplício de uma mulher. *Crítica teatral* (citada), p. 425

¹⁴ A respeito dos tipos de amor feminino, ver: Amor: amor sob medida; o amor louco; amor por excelência. In: BORGES, Urquiza Maria. *A mulher em cena* (2ª metade do século XIX), citada, p. 154-204.

¹⁵ O gênero epistolar foi quase mania, nos séculos XVIII e XIX. Romances como *Relações perigosas*, de Choderlos de Laclos e *A nova Heloisa*, de Jean-Jacques Rousseau, assim como artigos para o jornal e polêmicas tinham a forma de cartas. Jürgen Habermas considera a correspondência a forma literária das relações “puramente humanas” que os burgueses estabeleciam entre si. Cartas eram escritas pensando em imprimi-las. Cartas “alheias são não apenas emprestadas, copiadas”, a “indiscrição era “o oposto de uma intimidade literariamente mediatizada”. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In: CANEVACCI, Massimo (Introd. e org.) *Dialética da família*. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.231-2.



“Uma criança abre o drama com palavras infantis e fecha-o, ignorante de tudo, com uma palavra de graça e de súplica respondida por uma de esperança e de perdão: Talvez!”

Menezes conclui a sua carta a Figueira ressaltando a capacidade da peça de produzir “uma reforma de úteis conseqüências”, aspiração do “célebre escritor” (referindo-se a Girardin), que realizou o “cometimento” que foi “dizer ao público a verdade franca e decisiva”. (*Literatura. Correio Paulistano*, 20.4.1866, p. 2)

Em 22 de abril de 1866, na seção Noticiário, informava-se que a peça fora representada em São Paulo no dia anterior:

“A noite, em geral, satisfez - o público é que esteve frio”.

Elogiava-se o desempenho de Joaquim Augusto no papel de Dumont e de D. Júlia no papel de Matilde:

“Júlia teve momentos bonitos, no último ato o pranto rompeu natural; - conviria que ela se convencesse de que na arte o estudo é tudo”.

O redator da nota, admitindo que não houvesse “curioso em matéria de arte” que não tivesse, “pelo menos, ouvido falar do célebre prefácio de Emílio de Girardin, da colaboração “secreta de Dumas Filho e da polêmica que levantou a peça”, não se entusiasmou pela mesma e nem a considerou moral.¹⁶

Apesar de “audaciosa” e “original”, acha inaceitável a forma como os autores dramatizaram o adultério:

“Fazer do adultério o seu próprio castigo, compreende-se; a mulher que cedesse ao fogo de um capricho ardente, mas cuja alma não estivesse gangrenada, encontraria por certo no reconhecimento da própria humilhação a explicação do erro cometido. Fazer porém do adultério quase uma virtude; conceber uma mulher adúltera por força do amor pelo marido é coisa que exorbita da realidade”.

Apesar do absurdo do enredo, a feitura do drama, “a ação, que corre quase ofegante, o diálogo incisivo” são elogiáveis.

Américo Bernardino de Campos, em 2 de maio de 1866, em um longo e gracejador artigo, faz a sua crítica: o drama, “não tem valor artístico”, não é “um quadro social e humano: é uma situação impossível, por isso é inverossível e falso.” Atribui o sucesso “à rapidez da cena, não dando ao espectador tempo para pensar, dominando-o inteiramente através da “comoção nervosa”.

Transcreve a crítica de Taillandier, que considerou o drama cheio de “coisas impossíveis”, de contradições e estruturado sobre caracteres falsos. O sucesso devia-se

¹⁶ Machado de Assis transcreve o prefácio de Émile de Girardin e a contestação de Alexandre Dumas Filho em seu citado *A história deste drama*.



tão somente “à destreza das mãos que o prepararam”. A respeito de Matilde, escrevera o crítico francês:

“A heroína é por demais abjeta, o seu suplício não inspira compaixão. Cair e erguer-se é certamente uma condição da natureza humana: o arrependimento depois da falta: nada mais dramático, nada que mais comova, nada mais humano e que tenha tanta inspiração poética. (...) A tristeza da mulher é sem coragem: ela denuncia-se, porém só na última extremidade. Não é a sua consciência. É a fatalidade que a impele para o seu juiz. A cena em que Matilde entrega ao marido a carta que vai dilacerar-lhe o coração é bem conduzida e ponto culminante da peça”.

Américo de Campos endossa o que disse Taillandier e acrescenta que o “adultério arrependido”, de Matilde,

“é uma figura de convenção, criada por um milagre de esforço artístico, porém absurda, sem vida, sem poesia, sem naturalidade, sem verosimilhança”.

Dumont também lhe parece inverossímil: como acreditar em uma personagem em que o “medo do escândalo público” é mais forte do que “a própria dor”? A atitude comedida demonstrada por Henrique Dumont, com o objetivo de não prejudicar o futuro de Joana, que sabe não ser sua filha,

“é imprópria da situação em que está e das paixões cegas, vulcânicas, ardentes que devem abrazá-lo naquele momento”.

Emocional, Ferreira de Menezes responde aos que criticaram negativamente a peça:

“Por mais de uma vez tenho sido provocado a defender a obra que traduzi e que recomendei ao público como um drama de merecimento e um quadro de costumes, de caracteres de onde a moral não havia sido banida. Apareceram os contendores e gritam e se afadigam para escurecer o sol e acham que ele se anuvia ou se apaga com a caligem levantada de suas confusões e das incongruências de suas idéias. E tudo isso por quê? Porque o último ato do Suplício de uma mulher não é fechado por um estúpido tiro de pistola, ou por um ridículo estrangulamento da mulher!”(Grifo meu). (Folhetim. 6.5.1866).

Como se vê, o assassinado da mulher adúltera pelo marido já não era aceito por alguns letrados, nos meados do século XIX.

Pilheriando, alguém que se assinava André Braz e que poderia ser mesmo um dos próprios polemistas, escreveu uma carta ao Redator dizendo ser um forasteiro, recém-chegado à Paulicéia e, “mais curioso que Eva”, depois de “descascar o seu folhetim”, foi ver a discutida peça.

Sugeriu que o nome da peça fosse mudado para *Suplício de um homem*. E que o folhetinista não levasse muito a sério as suas críticas por já ter

“botado os seus 40 anos, estar eivado de grossa cópia de antigualhas que talvez não se acomodem com certas moderníssimas modernices”.

Por ser velho, é também “intratável em matéria de *moral*” e, tendo aprendido Ética “no tempo velho”, foi-lhe ensinado que os “princípios da mesma são imutáveis”.



Faz um retróspeto do histórico da peça, do escândalo que “o dramático prefácio de Girardin” provocou e da “colaboração secreta”. Atribui o sucesso à recepção dos moços que gostam do novo, o que era o caso do drama,

“que se impõe como novo, num tempo em que quase todas as novidades são uma decepção”.

Qualifica a peça de “imoral” e como há vários tipos de “moral”, pede ao “mancebo folhetinista” que esclareça qual é a sua “profissão de fé”:

“Mas hei de sempre perguntar-lhe se a moralidade resulta de a heróina chafurdar-se no adultério, por amor de seu marido - fato que além de revoltante é inverídico e irrealizável. Eu queria que me dissesse se a lição de moral provém da pintura do caráter de Álvares, miserável negociante de sentimentos que especula, como na praça do comércio, com a amizade de Dumont, para melhor saciar os pruridos de concupiscência e os sobressaltos brutais da luxúria”.

Frisa, finalmente, que não faz questão do desfecho do drama, o que “talvez” a peça “tenha de melhor”. Mas que “a idéia fundamental, essa sim é falsa e imoral” e pede ao folhetinista que lhe diga qual a lição de moral a tirar da peça. (A pedido. *Correio Paulistano*, 13.5.1866).

Apesar do disfarce do pseudônimo, a carta parece ser uma resposta de Américo de Campos ao *Folhetim* de Menezes; nela, são repetidas, em tom mais inflamado, os argumentos que estão no seu artigo.

A intensidade e a duração da polêmica, exageradas, mesmo considerando-se “a falta de assuntos locais” e as poucas opções de lazer, é mais compreensível se a situamos no ambiente excitado, não apenas pela “inovação” da trama, mas também pela disputa em torno da autoria.

Oito anos depois, outra polêmica agita as páginas do *Correio Paulistano*, a respeito da peça de Carlos Ferreira, *Os pequenos e os grandes*. Como na anterior, o acalorado debate apoia-se na moralidade ou não da peça, na função “regeneradora” do teatro e concentra-se na educação, comportamento da personagem Leonor, e no castigo final que ela recebe.

Carlos Ferreira faz o elogio de sua criação:

“Nela, não há nem a terrível impunidade dos amores ilícitos e nem muito menos a repulsiva consagração do assassinato. Não há também mulheres que romantizam sedutoramente o amor fora da abençoada sombra do lar doméstico, nem maridos que venham à cena estrangular esposas”.

Ampliando o alcance moralizante de sua peça para além do espaço íntimo da família, afirma:

“A idéia capital da peça é fazer valer a pobreza honesta sobre a falsa e indigna opulência; o talento sobre a estipidez; a democracia honrada sobre a aristocracia parva, a sinceridade sobre a mentira”..



Compara o trabalho do dramaturgo com o do médico (profissão prestigiada naquele momento, quando o médico começava a impor-se no ambiente familiar) e afirma que o “escalpelo” do dramaturgo é o “ferro em brasa de sua arte, meio eficaz de cicatrizar as pústulas sociais”.

Dizendo-se “aquém da verdade”, escreve:

“Intentei pintar (...) todos os vícios peculiares à educação da mulher nesse país. Mostrei os funestos efeitos do exagerado amor paterno a descara de todo o cultivo moral e intelectual do sexo chamado frágil; demonstrei que a falta absoluta de educação leva a mulher a um abismo”. (Literatura. 21.10.1874).

Carlos Ferreira demonstra constante preocupação com a educação feminina que, inexistindo ou sendo mal orientada, era a razão de “todos os vícios peculiares a certas mulheres” (*Os folhetinias: cronistas da cidade e conselheiros das moças*)¹⁷.

No mês anterior, a peça tinha sido representada em Campinas e com sucesso de público.

Na seção Literatura, relata-se que o “triunfo em Campinas” fora “significativo”, levando-se em conta o teor da peça, definido como

“literatura verdadeiramente social começando a estabelecer-se em lugar da desmoralizadora e funesta que atualmente domina. A nova escola tem por norma a mais perfeita moralidade e o drama é fiel a tão salutar *desideratum*”. (Literatura. 25.9.1874, p. 1)

Em 26 do mesmo mês, Quirino dos Santos, na mesma seção, fazia a apreciação da peça e um resumo do drama. Enaltecendo o objetivo moralizante da peça afirma:

“o desfecho é uma lição severa à mulher culpada, abatida de seu pedestal de vaidade”.

O drama de Carlos Ferreira, em cinco atos, manuscrito, é de 1874. É singelo no seu propósito didático, por demais explícito, e um tanto enfadonho com suas personagens representando valores e idealidades. As principais são “os pequenos”: Dulce, Rafael e Mariana, mãe legítima de Rafael e adotiva de Dulce, recém-chegados ao Rio de Janeiro. Dulce, órfã e injeitada, é bondosa, extremamente religiosa, generosa, costura e borda para fora, juntamente com a mãe adotiva. Aparece em cena, cantando e trazendo um buquê de flores, apanhadas do jardim que ela cultivava. Delicada com as flores, coloca-as em um vaso. Monologando, esclarece o público a respeito de seu amor por Rafael, que lhe retribui com indiferença, causando-lhe “grande tristeza”. Após o arranjo das flores, pega um bastidor que está sobre uma cadeira e põe-se a bordar, numa demonstração de operosidade.

¹⁷ Em minha tese de Doutorado, *A mulher em cena* (2ª metade do século XIX), analiso essa peça, razão por não a ter incluído neste trabalho.



Rafael, deslumbrado com o cenário urbano de festas, saraus, teatros e restaurantes, apaixona-se por Leonor, a filha mimada do Barão Álvaro de Wanderley, jogador e perdulário.

Rafael, pretendendo ir à festa à casa de Leonor e não tendo roupa apropriada, é induzido pelo amigo Jorge à penhorar uma cruz de ouro, “reliquia” materna, para comprar um traje de gala. Jorge é um rapaz pobre, de boa aparência, que detesta trabalhar, passando o seu tempo em festas, conquistas e jogo. É o homem por quem Leonor está apaixonada.

A cruz foi um presente do pai de Rafael à Mariana. Pai, que o espectador ficará sabendo mais tarde, é o Dr. Matos, que fora amante de Mariana, que a ele se entregara “por amor”. O pai de Mariana, contrariando a escolha da filha, não a deixou casar-se com o Dr. Matos, que era pobre, obrigando-a a um casamento por conveniência. O marido de Mariana, após o nascimento de Rafael e a revelação da esposa de que a criança era filha de outro homem, fugiu com todo o dinheiro do casal, deixando a mulher e o filho do Dr. Matos na miséria.

Mariana redime-se de seu “pecado” por meio do exercício generoso da maternidade: cria o filho e Dulce, trabalhando, penosamente, em costuras e bordados.

O médico Matos aparece como benfeitor da família de Mariana, na Corte, e arranja um emprego público para Rafael, que não sabe que o amigo é o seu próprio pai. Rafael não quer o emprego, pois deseja viver de seus versos, levando o Dr. Matos a convencê-lo:

“Será amanuense de secretaria hoje; será amanhã chefe de seção, depois irá adiante e formará uma vida independente. Mas é preciso paciência e esperar”. (Ato I, cena 6ª).

Leonor aparece no segundo ato, elegantemente vestida, “recostada em um divã, tendo um livro aberto entre as mãos”, na mansão festivamente decorada. No fundo, ruídos de vozes e de copos. O cômodo em que está Leonor, uma sala intermediária, é descrito pelo autor:

“(…)ricamente mobiliada, um piano. Pelo fundo passam os convidados destinados à sala grande. Luzes, flores, álbuns em cima das mesas. Portas laterais. Música dentro. No princípio do ato, rumor longínquo dos convivas de um banquete”.

O cenário descrito indica luxo e vida “mundana”. O ruído da festa não agrada à Leonor, que atira o livro sobre o divã, reclamando que os convivas não a deixam ler. Monologa sobre a paixão que sente por alguém, que não chegara à festa, até aquele momento. Conversando com o pai, o Barão Wanderley, revela-se orgulhosa de sua situação de moça rica e possuidora de uma educação “na altura de nossa independência social”.



O barão representa o pai excessivamente tolerante, orgulhoso da filha, a quem repreende apenas em tom brincalhão, atitude que o autor não considera adequada. Diz à filha que se não fosse pelo seu grande amor paternal, já teria “intentado uma reforma” com o objetivo de modificar o comportamento dela, proibindo-a de certas leituras. A forma pela qual a censura pelos livros que lê, chamando-a de “formosa letrada”, nega, pelo tom brincalhão e através do adjetivo formosa, a validade da censura.

Leonor responde que não precisa mais de ser guiada, está com vinte e seis anos e sabe cuidar de sua vida (idade que tanto ela quanto o pai escondem, afirmando que a festa é para comemorar os seus dezoito anos) (Ato 2º, cena 2ª).

Posteriormente, na cena quarta, o barão repreende a filha pelo comportamento “excessivamente caprichoso” e reclama da “indiferença” com que ela trata a todos que a cercam, chegando a “ser inconveniente”.

O autor utiliza-se da festa na casa do barão de Wanderley para acentuar a contradição entre os grupos que dão título à peça: “os pequenos”, representados pela pobreza honesta, mas envergonhada e inconformada de Rafael - que ainda não está perdido graças à vigilância do médico - e por Jorge, símbolo do que os autores “regeneradores” consideravam de mais nocivo na vida urbana, “influenciada” pelos costumes franceses; “os grandes”, representados pelo Barão, Leonor e o Comendador, “velho” janota empobrecido, caça-dotes, pretendendo a mão de Leonor, por achar que ela ainda é rica. Estes desprezam as pessoas pobres e menos afortunadas, esbanjam a sua fortuna em festas, valorizam títulos de nobreza e aceitam, ocasionalmente, pobres como Jorge e Rafael, em suas recepções. Rafael foi recebido porque, “se não tem título de nobreza, tem talento, dizem-me, e nós somos tolerantes”, explica o Barão. (Ato 2º, cena 6ª).

A posição que “os títulos de talento” conferem aos seus possuídores é discutida entre os presentes no “banquete social”, em homenagem a Leonor. Rafael, interpretando a experiência do autor, afirma que “no mundo dos grandes vultos, na escala das posições, o talento ocupa a última delas, a mínima”. E lamenta a condição de pobreza dos homens “de talento”, que vivem uma “posição de proscritos”. (Ato 2º, cena 6ª).

Na cena sétima, irrompe o Dr. Matos “discursando” sobre o que ele chama “o carnaval da vida”, em que vivem imersos “os grandes” e sobre a “invejabilidade do dom intelectual”.



Leonor qualifica o Dr. Matos de “republicano”, adjetivo que ele aceita prazerosamente, dizendo-se sempre o mesmo, “preocupado com “a obscenidade do abandono da inteligência”, com o triunfo do “vício fascínora, envolto em incenso adulator” e com o “vaído parvo nos salões aristocráticos”.

Leonor é apresentada como uma assídua leitora de romances “proibidos”; entediada com a festa, pede ao pai que a desculpe com os seus amigos, mas ela quer ficar só. O pai, pilheriando, diz:

“Esta menina, pelos modos, nasceu para a república das letras”.

Leonor é o não-exemplo para as espectadoras: é independente, não é gentil com as pessoas - criados ou convidados - lê romances considerados inconvenientes, (no caso, *A dama das camélias*) e ama Jorge, um sedutor desonesto, casado e que tenta criar uma relação amorosa entre Rafael e Leonor para que ele possa continuar como amante dela.

Na cena terceira do terceiro ato, o Barão, Leonor e o Comendador fazem uma visita a Rafael. Mariana, humilde, envergonhada de sua pobreza ante “visitas tão ilustres”, contrasta com a alegria cândida de Rafael, que define a visita como uma atitude “democrática” do Barão.

Dulce recebe elogios exagerados de Leonor pelo seu “belo jardim”, elogios que o autor quis que soassem falsos e condescendentes. Para os românticos autores, que não eram tão realistas como gostariam, o amor às flores caracterizava sensibilidade e pureza.

Há dois momentos aos quais o autor pretendeu dar culminância: o primeiro, é quando, descoberto o sumiço da cruz, Dulce, cujo comportamento inspira-se nos “livros santos, que dizem que Deus dá sofrimentos para experimentar as almas” (Ato 3º, cena 1ª), tenta assumir a culpa pelo roubo. Mas nem Matos e nem Mariana acreditam nela. (Ato 4º, cena 10ª). O segundo, no final do drama, quando são feitas as revelações de quem são os pais verdadeiros de Rafael e de Dulce, que é filha do Barão.

Após o impacto das revelações, o Doutor Matos pede Mariana em casamento; Rafael conclui que o objeto de seu amor é Dulce e não Leonor; o Dr. Matos oferece, em nome de Dulce, uma humilhante mesada ao Barão e anuncia aos amigos que o palacete já lhe pertence. Finalmente, emite a sentença contra Leonor, que será internada em um convento. O Barão, que passou a depender do dinheiro do Doutor Matos, submete-se à penalidade imposta à filha.

Em vários instantes do drama, a oposição entre interior e Corte é realçada: a Corte, aparecendo como responsável pelos desvios de comportamento das personagens, devido



a sua diversificada oferta de estímulos aos gastos e festas opulentas; o interior, como o espaço ainda intocado dos bons costumes. Um exemplo é o que diz Mariana, identificando o que ela supõe ser a causa da melancolia de Rafael:

“Numa cidade como esta, a pobreza é intolerável para um moço como ele... tem consequências perigosas... arrasta a fascinações malditas, o jogo por exemplo... as tristes aventuras do jogo... E quem nos dirá que Rafael não tem jogado e perdido?...”(Ato 4º, cena 1ª)

Toda a trama, envolvendo os diversos tipos de comportamentos exemplares (positivos e negativos), as contradições entre a vida urbana e provinciana, o passado de algumas personagens, ao estilo folhetinesco, ou fundamenta ou é pano de fundo para a normatização do comportamento feminino, exemplificado em duas moças: Dulce, a cândida, doce e fervorosa cristã; Leonor, a leitora compulsiva dos romances franceses, a moça desabrida, voluntariosa, educada pelo pai de forma inadequada.

No terceiro ato, cena sétima, o doutor aconselha Rafael, mesmo amando “uma, duas, três leonores”, a não lhes entregar o seu “coração sensível”. Matos chama Leonor de “perigoso demônio” e compara-a, juntamente com “outras donzelas mal educadas, insensíveis e formosas” com “as estátuas célebres da antigüidade” e afirma que elas não passam de “crianças malcriadas”. Conquistar corações é o brinquedo desta “gentil espécie de víboras”.

O médico põe no mesmo nível de adjetivação as expressões “víboras” e “crianças malcriadas”, o que soa absurdo, pois o veneno destilado pela serpente distancia-se, pelos seus efeitos, das malcriações de uma criança. Malcriada ou víbora, as “Leonores” são produto de uma educação mal orientada:

“(...)flagem o piano aos 10 anos; aos 12 passam os dias olhando as modas francesas e a “lerem perniciosos romances que infestam a sociedade”(...) aos 19, é a desgraça: começam as loucuras e os escândalos”.

Tais mulheres são dissimuladas, é impossível

“ler os seus verdadeiros sentimentos, ler a sua alma, estudar a sua fisionomia”.

A presença do médico em uma peça de teatro é uma demonstração da importância que a função higienista havia assumido na função normatizadora, transformando-se o médico em porta-voz do autor, em algumas produções da dramaturgia da época.

Quanto à ascensão econômica do doutor, nenhuma explicação. Como teria o Doutor Matos adquirido tão grande fortuna? Através da medicina, seria impossível. Restam outras hipóteses: agricultura (teria que ter sido senhor de escravos, o que era contrário aos princípios do autor), loteria, especulação na Bolsa (que o autor não apoiava) ou comércio de importação...



A peça encerra-se com Mariana ajoalhando-se aos pés de Matos, agradecendo-lhe a bondade e afirmando:

“Deus perdoa”.

A mulher de joelhos, indicando humildade, é um símbolo da hierarquização de poderes no casamento ideal, entre uma mulher dotada de tendências convenientes (amorosidade, solidariedade, vocação para o sacrifício e obediência) e um homem racionalizado pelas “luzes”.

A trama fundamenta-se na superioridade moral dos “pequenos” e na vitória destes sobre “os grandes”. Entretanto, a vitória dos primeiros só foi possível graças à fortuna do Dr. Matos, que lhe serve de instrumento para punir a vaidade, o orgulho e a prodigalidade excessiva e recompensar a humildade, a honestidade e a bondade.

Em 23 de outubro de 1874, na Seção *Literatura III*, Carlos Ferreira refuta a crítica que o Sr. Júlio Cezar Leal fizera ao drama “*Os pequenos e os grandes*”. O crítico achara o castigo infligido à Leonor bárbaro, além do necessário, “visto que o único crime desta mulher foi ter amado em demasia”.

Carlos responde:

“O crítico quis ver amor onde só havia paixão desenfreada, a vertiginosa sensualidade da mulher a quem a péssima educação perdera. Como ficou assinalado, eu quis mostrar simplesmente que quando o sentimento da mulher não é dirigido pela solicitude dos conselhos paternos, transpõe todas as barreiras das conveniências sociais e faz a mísera rolar de escharpa em escharpa até o fundo dos abismos. Tive portanto em mira apresentar uma alma transviada pelo luxo de uma falsa opulência, pela leitura de livros monstruosos e sobretudo pela requintada extravagância de um mal entendido amor de pai. Leonor era uma mulher criminoso, não tanto por culpa dela como do próprio pai, concordo, mas quis-me parecer, como ainda me parece, ser lição decerto alcance social castigar o pai inadvertido pela pessoa de sua filha vitimada. (...) Sobre esse melindroso ponto de perdição da mulher pelo defeito da educação, insisto em dizer que se torna de absoluta necessidade o severo castigo, o castigo impiedoso mesmo, a bem de calar profundamente no ânimo do espectador e a lição moral, da qual pode depender a solução de um dos mais melindrosos problemas sociais”.

Carlos Ferreira, contrário à aplicação da pena de morte ao adultério teatral, escolheu para punir suas personagens frívolas, adúlteras e desobedientes o confinamento: Leonor em um convento e Bárbara, de *O marido da douda*, em um hospício.

Outra peça regeneradora, *Luxo e Vaidade*, de Joaquim Manoel de Macedo, na sua estréia, em 29 de novembro de 1862, “atraíra uma enchente, como poucas vezes se costuma ver, quando os bilhetes não são distribuídos por um beneficiado”, registrava o folhetinista. No Teatro do Ginásio, no Rio de Janeiro, tivera 28 representações, sucesso que deveria repetir-se em São Paulo.



A personagem moralizadora é Anastácio, que deixa os seus afazeres “na roça” para ir à cidade corrigir a má educação da sobrinha e impedir o seu desastrado casamento com o desprezível “Comendador Pereira”. (*Correio Paulistano*, 2.12. 1862, p.1)

Um dos elementos centrais da comédia é o contraste entre a vida da Corte e “da roça” como diz Anastácio, o rico fazendeiro de Minas Gerais, que volta ao Rio de Janeiro, depois de vinte anos de ausência.

A ênfase crítica sobre o que consideravam excessos da vida urbana, que aparece nas peças de Carlos Ferreira, José de Alencar e Joaquim de Macedo, demonstra que esses, como outros letrados do período, mostram-se incertos em relação a certas mudanças sociais resultantes do desenvolvimento urbano. Ao mesmo tempo que valorizavam o desenvolvimento do comércio, a educação mais aprimorada, o hábito do convívio social em saraus, bailes particulares, a ida a teatros, enfim, a busca de aproximação com o que se passava na Europa Ocidental, eles consideram certos hábitos urbanos como elementos desagregadores da vida antiga, centrada na domesticidade, na simplicidade de hábitos, na inexistência de luxo e em um cristianismo sincero. Eles consideravam os romances franceses como os divulgadores dos “maus hábitos”.

Outra tecla em que batiam repetidamente era a da liberdade de escolha amorosa, que deveria substituir os casamentos arranjados e impostos pelos pais. Em algumas peças, chega a aparecer um ensaio de desobediência a determinações paternas, “à moda colonial”. Um exemplo é Hortência, de *O demônio familiar*, de José de Alencar, que apoiada por Eduardo, o jovem médico, herói-*raisonneur* e que está apaixonado por ela, consegue evitar o casamento com Azevedo, que o pai queria impor-lhe.

Provavelmente, alguns desses letrados, defendendo o casamento de herdeiras e não herdeiras com jovens doutores, mas pobres, faziam, além da pregação iluminista que valorizava a liberdade de escolha, uma campanha em sua própria causa.

Em *Luxo e Vaidade*, os pais de Leonina - Maurício e Hortência - pretendem casá-la com o Comendador, “velho preconceituoso, que na cena 9ª do Ato 1º diz que “o mundo está perdido” porque uma jovem “baronesinha”, de sangue puro “como o de um cavalo árabe”, (...) descendente de uma nobre casa de Portugal”, casara-se com “um comerciante de retalhos”. Casamento que, “para maior escândalo”, fora do gosto do barão, pai da “baronesinha”.



Títulos e comendas são estigmas para os letrados regeneradores. Uns e outras eram comprados ou trocados por serviços, como o envio de escravos para a guerra, a serviço da “Pátria”:

“Pátria que os tira da fome, da nudez e azorrage da fazenda, para sujeitá-los à fome, à sede, à peste e à chibata no Paraguai”.

Como se expressa um outro médico moralizador, da peça *O soldado brasileiro*, de Ubaldino do Amaral e Cândido Barata. (Ato 1º, cena 4ª).

Na peça *Luxo e Vaidade*, vê-se a mesma contradição já apontada na peça de Carlos Ferreira: de um lado, a pobreza honesta, a honradez, a “iluminação” dos letrados e simplicidade de hábitos; de outro, ambição, vaidade, orgulho, ostentação e moças mal educadas.

Anastácio ridiculariza Maurício e seus amigos “parasitas”, com pretensões à nobreza e lembra ao irmão Maurício que o pai deles fora “um nobre ferreiro”. No desenrolar da história, oferece-se para pagar as contas de Maurício para que Leonina possa se casar com Henrique, filho do irmão carpinteiro, desprezado pelos pais de Leonina, devido a sua humilde profissão.

Hortência é o avesso da mãe ideal: fútil, ociosa, nunca se preocupou com a educação da filha, Leonina, e quer forçá-la ao casamento com o Comendador, usando inclusive de “chantagem afetiva”.

Leonina gosta de seu primo, um pintor pobre, mas com talento e vontade de vencer, como artista. Para que ela mereça casar-se com o rapaz de quem gosta, no final do enredo, deve ser regenerada, e Anastácio inicia o processo de sua reeducação ridicularizando-a, por esconder a idade (ela tem vinte e um anos e diz ter dezessete). Assumindo o papel de um inflamado professor, o tio determina para Leonina qual é o comportamento ideal de “uma senhora honesta”:

“Que não se fale muito em seu nome, nem em bem, nem em mal. A uma menina solteira o que melhor assenta é, recolhida no seio da modéstia, fazer-se notar pela virtude que não se ostenta, e, que, no entanto, excita a imaginação, por isso mesmo que não procura louvores.” (Ato 1º, cena 3ª).

Também na fala de Anastácio, a cidade é o espaço onde se concentram os elementos desencadeadores de comportamentos fúteis, esbanjadores, levianos e preguiçosos. Ele demonstra ser um homem que não se contaminou pelos vícios “urbanos”, como hipocrisia, ostentação, futilidade e jogatina, por ter ido morar na roça.

O folhetinista que fez a crítica da peça acentuou também a divisão entre campo e cidade, identificados, respectivamente, com o bem e o mal: Anastácio, vivendo dezoito anos “na roça”, sem voltar à Corte, embora tivesse sido educado nela, não estava a par dessa

“roda viva de intrigas e misérias das grandes capitais, que envolvem na sua rede malentendidas conveniências... Alheio, inteiramente, aos preceitos da Civilização, não concorda que quem tem dois possa gastar três”.

Graças à intervenção de Anastácio, o final é feliz: o casamento dos dois jovens apaixonados se realizará, Hortência e Maurício pedem perdão ao cunhado e irmão carpinteiro e Leonina é transformada em uma jovem amorosa, cordata, adequada para o casamento.

Machado de Assis não gostou de *Luxo e Vaidade*”; no comentário a respeito da peça, passa a impressão de ter achado o “velho mineiro” Anastácio um maçante, atravessando o drama “em perpétua preleção”. Para Machado, existindo o intento moralizador, este não deve ser derramado sobre o público em torrentes oratórias, mas através de

“uma situação, fazendo atuar nela os elementos poéticos que a natureza humana e o estado social lhe oferecem.”¹⁸

A polissemia da palavra civilização (ora enaltecida como construtiva, ora como influência desestabilizadora dos velhos e tradicionais costumes familiares brasileiros) é um sinal da ambigüidade dos letrados da época, em relação à europeização (ou melhor, afrancesamento).

Os sentidos antagônicos dados à palavra “civilização” pelos autores brasileiros, compara-se à oposição que Norberto Elias assinala entre Cultura e Civilização, na Alemanha do século XVIII. Entre os autores alemães, o conjunto de valores tradicionalmente relacionados à família, à domesticidade, aos sentimentos verdadeiros e à simplicidade é chamado de Cultura, que tem também uma conotação de nacional; o cosmopolitismo, o luxo, a vaidade, a futilidade, a sujeição de sentimentos verdadeiros à etiqueta caracterizavam a Civilização, também identificada com a influência “francesa”. A cultura correspondia aos valores da “Intelligentisia de Classe Média Alemã”, mais rural ou provinciana, e a Civilização correspondia à Corte”. As diferenças entre um e outro conceito estão presentes no romance de Sophie de la Roche, *Das fräulein von Sternheim*, que foi modelo para as jovens alemãs de classe média. Acerca da heroína do romance, escreve Caroline Flacskand a Herder:

“Todo o meu ideal de jovem mulher, é ser suave, delicada caridosa, orgulhosa, virtuosa, e enganada. Passei preciosas e maravilhosas horas lendo o livro. Ai de mim, como ainda estou longe de meu ideal, de mim mesma”.

¹⁸ *Crítica Teatral* (citada), p. 233-4.



Elias enfatiza o fascínio que a idéia de “penetrar no círculo fechado e perigoso da aristocracia” exercia sobre a classe média. Perigo, sofrimento e dor vividos com volúpia e masoquismo pela heroína do romance de Sophie que, conservando “sua virtude, sua superioridade moral, como compensação por sua inferioridade de classe”, morre no final. A morte faz com que as opções da moça singela tornem-se mais dramáticas e contundentes, exercendo com mais eficiência o intuito da autora, que é estimular a imitação.

Na pequena corte, para onde vai a heroína, “a sede de distrações, de novos atavios, de admiração por um traje, uma peça de mobiliário, um novo prato absurdo” fazem “adoecer a sua alma”.

Expressando-se na “visão da classe media”, mas pertencendo à Corte, o que parece a Elias ingenuamente contraditório, o vilão diz que a moça, “filha de coronel”, viera do “mais atrasado lugar do campo”, e, devido a essa sua origem, tinha o “corpo, mente e caráter” encantadores.

Outra heroína de origem humilde é Otilie, de *Afinidades Eletivas*. Goethe faz com que ela se apaixone pelo dono do castelo, marido de sua benfeitora, Charlotte, que por sua vez se apaixona pelo Major, amigo de Eduard, seu marido. Otilie, percebendo a impossibilidade de realizar o seu amor, deixa-se morrer, como a heroína anterior. Também Otilie é modesta, bela, romântica, sensível e extremamente dedicada a Eduard, enquanto viveu ao seu lado, como protegida de Charlotte. Eduard não sobrevive à Otilie.

Na peça *O demônio familiar*, de José de Alencar, os valores tradicionais e o “novo” (francês)” estão representados em Azevedo e Eduardo, o herói-*raisonneur*. Azevedo, intercalando o seu português com palavras francesas, esclarece os espectadores ou leitores a respeito de sua volta para o Brasil: cansara-se da “vida de flaneur dos salões”; Paris o saciou, o amor tornou-se para ele “um copo de *Cliquot*”, que espuma no cálice, mas que já não “tolda o espírito”. Pretende casar-se, por tédio, e acha-se preparado para exercer

“o grave papel de carregador de mantelete, do leque ou do binóculo, e de apresentador dos apaixonados de sua mulher”.

¹⁹ ELIAS, Norberto. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.40



“Um piano que toca, duas ou três moças que falam de modas; alguns velhos que dissertam sobre a carestia dos gêneros alimentícios e a diminuição do peso do pão”.
(Ato 3º, cena 13ª).

Eduardo é o chefe esclarecido de sua pequena família: a mãe, D. Maria e sua irmã, Carlotinha. Como herói-*raisonneur*, é ele que, com discrição e constância, organiza a trama para que ela caminhe em direção a um final feliz. Faz algumas pregações morais, mas sem a contundência desagradável de Anastácio. Em uma delas, a cidade que aparece como vilã é o Rio de Janeiro, desprezada por Azevedo, quando a compara a Paris, mas, na visão de Eduardo, que não conhecia Paris, uma cidade suficientemente “moderna” para incitar os ingênuos e incautos à perdição:

“Ouve, Azevedo. Estou convencido que há um grande erro na maneira de viver atualmente. A sociedade, isto é, a vida exterior, tem-se desenvolvido tanto que ameaça destruir a família, isto é a vida íntima. A mulher, o marido os filhos, os irmãos, atiram-se nesse turbilhão dos prazeres, passam dos bailes ao teatro (...). O serão da família desapareceu”. (Ato 1º, cena 12ª).

A oposição entre a influência francesa e os costumes nacionais aparece também na literatura russa. O conjunto de valores que passou a ser identificado como próprio da civilização francesa provocou reações contraditórias, de apreciação e depreciação, situando-se ora como fator de ampliação dos mediocres horizontes provincianos, ora como destruidor dos antigos valores eslavos, depositados “na alma russa”.

Na peça *As três irmãs*, de Tchecov, a contradição entre a província e a cidade é acentuada através da visão das três irmãs, duas das quais sonham em voltar para Moscou, entediadas com os apertados limites de sua vida na pequena localidade. Moscou é o local onde os fatos acontecem, onde a vida social e intelectual caminha com rapidez; a pequena cidade, onde moram as três irmãs, é insípida, povoada de habitantes tornados mesquinhos pela falta de cultura, pela estreiteza de suas vidas. Ao contrário destes, as três irmãs receberam esmerada educação, que Macha considera “um luxo inútil” na insignificante cidade onde vivem.

Outro tema caro aos dramaturgos, folhetinistas e missivistas foi o da “mulher perdida”. Eles discutiram, reiteradamente, a respeito da pertinência de sua presença em cena. O crítico Machado opinou:

“A reabilitação da mulher perdida, tal foi durante muito tempo a questão formulada e debatida no romance e no teatro. Negavam uns, afirmavam outros, dividiam-se os ânimos, traçavam-se campos opostos; e durante uma larga porção de tempo a heroína do dia oscilou entre as gemônias romanas e o Capitólio”.²⁰

²⁰ ASSIS, Machado de. *Crítica teatral*. Rio de Janeiro: Jackson, 1953, p. 216 (Obras Completas).



Outro tema caro aos dramaturgos, folhetinistas e missivistas foi o da “mulher perdida”. Eles discutiram, reiteradamente, a respeito da pertinência de sua presença em cena. O crítico Machado opinou:

“A reabilitação da mulher perdida, tal foi durante muito tempo a questão formulada e debatida no romance e no teatro. Negavam uns, afirmavam outros, dividiam-se os ânimos, traçavam-se campos opostos; e durante uma larga porção de tempo a heroína do dia oscilou entre as gemônias romanas e o Capitólio”.²⁰

Machado não acreditava que as peças “*Mulheres de mármore*, *As Asas de um anjo* ou o *Casamento de Olimpia* chegassem a corrigir uma das Marias e das Paulinas da atualidade”, principalmente porque a

“pintura do vício nessas peças (exceção feita *As Asas de um anjo*) é feita com todas as cores brilhantes, que seduzem, que atenuam, que fazem quase do vício um resvalamento reparável”.²¹

As asas de um anjo, de José de Alencar, provocou escândalo quando de sua primeira apresentação no Rio de Janeiro e foi proibida pela polícia, por ter sido considerada imoral. O autor, enfatizando o caráter educador e moralizador de seu drama, pergunta o que havia de mais moral do que o fato da personagem, Carolina - que se prostituía por acreditar nas “promessas de um sedutor”, causando depois a “ruína de famílias honestas” - ser punida com a pobreza e a doença? Carolina só não morreu na indigência porque o primo, que se enriquecera através da Loteria, casou-se com ela para dar um nome à filha da “perdida”:

“Será imoral uma obra que mostra o vício castigado pelo próprio vício? (...) a punição do sedutor (...) o castigo do moço pródigo (...); a miséria que serve de termo à vida desregrada de uma pobre menina (...) tudo isto será imoral?”

E afirmava ainda o autor que Carolina não era uma criação sua, mas uma “cópia da vida”:

“Esta menina pobre, excitada pela leitura de romances e pela imagem do luxo desdenha o amor puro do seu primo”.²²

A peça, antes de sua representação, recebera algumas críticas na roda literária do autor: Aureliano achou a cena do arrependimento “imprevista, rápida e não convincente”; Machado, que muito elogiou *O Demônio Familiar* e *Mãe*, não gostou do drama de Carolina, afirmando que o mais reparável neste era “o assunto em si”:

“O que nos parece menos aceitável é o que constitui o fundo e o quadro da comédia; (...) a invenção é original, apesar do cansaço do assunto”.

Dez anos depois, em 1868, Alencar escreveu *Expição*, continuando a história de Carolina e Luís. Nesse drama, a personagem é submetida a um prolongado, catártico e

²⁰ ASSIS, Machado de. *Crítica teatral*. Rio de Janeiro: Jackson, 1953, p. 216 (Obras Completas).

²¹ Ob. cit., p. 219

²² *As asas de um anjo*. Advertência e prólogo da 1ª edição. IN: Teatro Completo, v. I, p. 255.



redentor sofrimento, transformando-se em mãe amorosa, esposa cordata, gozando do respeito e da amizade de Menezes, o atuante *raisonneur*, que tanto a fustigara em *As asas de um anjo*.

Ao contrário de Machado de Assis, que demonstra estar saturado de tantas perdas em cena, o folhetinista do *Diário*, reclamava que “nada se tem escrito sobre a perda”. Ferreira de Menezes contesta-o, citando a vasta literatura, principalmente a francesa, onde “pouco mais se tem feito além disso”. E, como Machado, acha que a “perda” da cena e do romance francês era pintada com “lindas cores”, distanciando-se da realidade.

Acrescentava Menezes, que a discussão sobre a quantidade de obras a respeito da perda era de menor importância, porque a “regeneração não há de vir do teatro, virá da própria sociedade”. E cita como causas “da corrupção: a falta de educação ou uma educação viciosa, o acaso...” Para ilustrar o seu ponto de vista, conta as histórias de duas mulheres: uma, que não quis mudar de vida e tivera por fim o hospital, “onde geme”; a outra, “regenerada”, vive para a educação do filho, tendo conseguido até o respeito dos que a cercam.

E, conclui:

“Educação e trabalho para a mulher, para a mulher do povo principalmente, eis a única reforma a fazer. Se porém, continuar o sistema de ser somente o homem o instruído e cada dia com a sucessiva invenção das máquinas, for escasseando o trabalho da mulher, o manual, o único que lhe consentem, então em vez de se tornar um fato escandaloso e anormal a prostituição nada mais será do que um elemento social”.

Menezes, como Alencar, percebiam que além da educação que não preparava a mulher para o trabalho os preconceitos que cercavam o trabalho remunerado para as mulheres constituíam em entraves fundamentais para a sua emancipação. Situa a questão no lugar certo, no social, subtraindo ao teatro a sua capacidade de “educar”:

“O teatro escola de educação! Pura retórica, que nunca engolimos, que jamais enguliremos. Se o teatro ensinasse não haveria tartufos ou avaros depois de Molière”. (...) O teatro é escola do bom gosto, da arte, do belo e nada mais. É uma sorte de museu, e galeria artística, onde todos vêem as belas formas, mas não tratam de ajoitar-se a elas, de conformar-se a elas”. (Folhetim.25.2.1866)

E lastimando que o “colega” do *Diário* não tenha querido polemizar com ele, volta a afirmar que a questão da perda não é literária, mas “unicamente social”: a regeneração da mulher se conseguirá por “dois meios:

primeiro: o pão (isto é a vida, o trabalho, a independência); segundo: a educação (isto é, o teto, as orações, o exemplo e as práticas de virtude e também a educação dos homens; o respeito destes por ela, a veneração e a estima”.

Vê-se em Menezes uma percepção mais concreta a respeito do despreparo das mulheres - das camadas sociais menos elevadas - para o enfrentamento da realidade. A sua análise

é mais avançada, historicamente, menos literária, em relação às prolongadas discussões e polêmicas sobre o tema da regeneração ou não da mulher, por meio do teatro.

Considerar a “decaída” como a razão única de certas “mazelas sociais” é outra característica de alguns textos.

Na seção *Comunicação*, em matéria intitulada “Usura e Prostituição”, alguém que usa o pseudônimo “Um pai de família”, depois de cumprimentar, “respeitosamente”, o delegado de Polícia por suas enérgicas medidas contra a usura, pede-lhe que empregue “a mesma energia” para punir as mulheres que praticam “atos revoltantes nesta cidade, chegando ao ponto de arruinarem a pequena fortuna de alguns filhos de família”. Diz o missivista que a máxima energia é necessária contra “essas infelizes que praticam até crimes” para ostentar o seu luxo:

“Algumas mulheres de má vida escolhem para seguir o seu caminho do hospital, os filhos famílias. As nossas leis falam das prostitutas que perturbam a paz das famílias. Pois bem, não há meio mais prejudicial e certo de perturbar a paz de uma família do que uma mulher perdida tomar conta de um menor e arrancar-lhe por meio de sedução o que tem e, o que não tendo, procura obter por meios criminosos”.

Da energia e rigor do delegado depende o final do “desolador espetáculo de ouvir chorar famílias inteiras, manchadas por ações de um de seus membros.” (8 de outubro de 1862).

Jogadores e prostitutas, dois males que minavam a ordem burguesa.

Em seu texto *Jogo e Prostituição*, W. Benjamim escreveu, acerca do “libertino”, ou seja do que jogava a sua fortuna em uma noite e que se divertia com as prostitutas:

“Ele sai do Palais-Royal com os bolsos repletos, chama uma prostituta, e celebra uma vez mais em seus braços o ato com o número, no qual a riqueza, livre de toda gravidade terrena, lhe surgiu do destino. Pois no bordel e no salão de jogos está a mesma delícia, a mais pecaminosa; pôr o destino no prazer.”²³

O jogador perdulário assim como a meretriz deificam o destino, estão imersos na superstição, “que realiza toda conversação lasciva com a indiscrição e a concupiscência do destino e degrada o próprio prazer ao nível do seu trono”. O autor analisa a “função dialética do dinheiro na prostituição. Ele compra o prazer e, ao mesmo tempo, se torna a expressão da vergonha”. Na sua visão, o dinheiro a mais que o cliente dá à prostituta, pelo fugaz prazer que ela lhe proporciona, é o esconderijo da vergonha, sentida pelo homem por recorrer à amaldiçoada prostituição, venal e causadora de doenças físicas e sociais:

“A ferida rubra de vergonha no corpo da sociedade segrega dinheiro e se cura. Ela se cobre de escaras metálicas. Deixemos ao *roué* (sabido) o prazer barato de se

²³ *Obras Escolhidas III* (citada), p.237-8;.



acreditar impudente. Casanova bem o sabia: o atrevimento lança na mesa a primeira moeda; a vergonha cobre com vezes a aposta, para não vê-la".²⁴

A visão da prostituição como única causa da transmissão de moléstias venéreas, ou seja, a não consideração de uma transmissão inversa, pode ser ilustrada por uma citação que faz Benjamim:

"Quando passava pela Ponte Neuf, saltou em minha direção uma prostituta exageradamente maquilada, um vestido de musselina leve, suspenso até os joelhos, deixando ver claramente a calça, que cobria o ventre e as coxas. - Tome, meu amigo, pegue, você é jovem, é estrangeiro, vai precisar disto - disse, apertou minha mão e se perdeu na multidão. Pensei ter recebido algum endereço e o que vejo? - o anúncio de um médico, que pretende curar em pouco tempo as moléstias possíveis. É estranho que as mulheres, culpadas por toda a desgraça, aqui entreguem em mãos os meios de livrar-se dela".²⁵

Carl Benedict Hase emprega o adjetivo "possíveis" no lugar de venéreas. Tão devastadoras, tão impressionantemente ameaçadoras, eram as doenças do sexo que o nome devia ser encoberto.

Como escreveu Elaine Showalter:

"As epidemias de doenças venéreas são a forma apocalíptica de anarquia sexual, e a sífilis e a AIDS ocuparam posições semelhantes nos finais dos séculos XIX e XX como doenças que parecem resultar de transgressões sexuais e que geraram pânico moral".²⁶

O oposto da prostituta é a figura da mãe abnegada, amorosa, capaz de sacrificar até a vida pelos filhos. Enaltecida na dramaturgia, nos romances, ensaios médicos, religiosos e nas mais diferentes seções de um jornal, a imagem da mãe está sempre aureolada de respeitabilidade, sendo o exercício da maternidade até um meio pelo qual a decaída pode obter o perdão, como foi visto.

Mães abnegadas, devotadas, compreensivas ou conservadoras, querendo que as filhas repetissem as suas vidas, sujeitando-se às escolhas que outras fizeram para elas, são típicas da dramaturgia do "novo" teatro realista.

José de Alencar, em *Mãe*, glorifica a maternidade humilde de uma escrava e oferece a peça a sua mãe:

"Mãe,

Em todos os meus livros há uma página que me foi inspirada por ti. É aquela em que fala esse amor sublime que se reparte sem dividir-se e remoja quando todas as afeições caducam. (...) Escrevi-o com o pensamento em ti, cheio de tua imagem, bebendo em tua alma perfumes que nos vêm do céu pelos lábios maternos".

²⁴ Id., lb., p. 240

²⁵ Id., lb., p. 239

²⁶ SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual. Sexo e Cultura no fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p.245



Diz ter escolhido a sua personagem na mais ínfima condição social, a do cativo para mostrar que “o coração materno” é um “diamante inalterável”, que “mais brilha quanto mais espessa é a treva”. Joana, a personagem título, é uma escrava do próprio filho, que, ignorando a sua verdadeira origem, vende Joana.

Quando é revelado a Jorge que Joana é a sua verdadeira mãe, Joana suicida-se para impedir que o filho vivesse com a vergonha de ter por mãe uma escrava.

Em *A expiação*, a redenção de Carolina opera-se através de sua relação com Lina, sua filha, para quem é toda carinho e ternura.

Em *O crédito*, de José de Alencar, D. Antônia aconselha a filha Julieta a aceitar o casamento com o Oliveira - casamento que fora acertado entre os pais de ambos - mesmo não amando o escolhido:

“Escuta, Julieta; nós as mulheres vivemos de sacrifícios; devemos dar a felicidade e não procurá-la para nós. Deus assim o quis; é menos doce, porém é mais nobre e mais generoso. O Oliveira te ama... tu aceitastes o seu amor...” (Ato 2º, cena 12ª)

Conselho que não teve o aval do autor, que faz Julieta noivar, no final da trama, com Rodrigo, um moço pobre, mas jovem, promissor, engenheiro e discípulo das “luzes”.

No *Correio Paulistano*, conselhos para que as jovens se transformem em boas mães, assim como relatos de abnegação materna e textos enaltecendo a maternidade aparecem com certa frequência, no cumprimento da missão educadora que o jornal se propôs.

Em *A pedido*, um missivista de São José do Parahiba, após tecer considerações sobre a Educação, afirma:

“A educação verdadeira tem o germen no seio de nossas mães”. (22.4.1865)

Na seção *Leitura Popular*, é publicado um resumo do discurso feito na Sorbonne por M. Laboulaye, a respeito da função da mãe, de quem depende, segundo o orador, o futuro do filho:

“Todo filho célebre é filho de mulher distinta. Cabe à mãe, na primeira quadra da vida, preparar a felicidade ou a infelicidade de seu filho.”

O conferencista afirma que, em razão de sua profissão, estudando as profissões e crimes, pôde constatar que todos

“os criminosos foram órfãos, ou expulsos da casa paterna ou foi um homem que amou e não foi amado”. (16.4.1875).

Transcrito da *Revista Comercial Agrícola*, um artigo orientava as mães na maneira correta de criar e educar os seus filhos. Nele, as mães eram aconselhadas: a não exteriorizar mau gênio, para não serem imitadas pela criança; a observar, rigorosamente,



o horário para banho e refeições; a vestir seus filhos com roupas simples e confortáveis; a não fazer os filhos dormirem no colo; a não ameaçar e nem prometer o que não pudesse cumprir; a ensinar aos filhos a noção exata do sim e do não; ensiná-los a respeitar os outros, a ter ordem e a serem auto-suficientes. Finalmente, enfatizava a importância de um ambiente agradável, dentro de casa, e do exemplo dos pais, mais importante do que as preleções, no processo educacional. (22.3.1877). O texto surpreende pela sua objetividade, considerando a romantização que inspirava os comentários a respeito da maternidade.

Na instalação da Escola Normal, lembrava-se que não existe “processos mais fáceis e métodos mais próprios para aperfeiçoar o homem” do que os

“previdentes meios maternos, tão simples, quanto eficazes. (...) A maternidade é a fonte inexaurível dos estudos dos moralistas; uma mãe digna esculpe-se na alma de seu filho, ensinando-o o primeiro amor”. (20.2.1875).

A exigência das autoridades de Munique, para que as famílias declarassem se as crianças mortas haviam sido amamentadas ou não, é publicada no Noticiário Geral, que informa também a respeito das estatísticas alemãs: segundo estas, entre 100 crianças falecidas, 80 recebiam leite de pessoas estranhas. (24.4.1875).

A nota não pedia que o exemplo das autoridades de Munique frutificasse no Brasil, mas só a publicação já é um indicio de que a redação do jornal afinava-se com o discurso médico, que exigia que a mulher amamentasse. A *Sociedade Protetora da Instrução Popular* fez várias palestras sobre as vantagens da amamentação.

Como a abnegação da mulher que se dispusesse à maternidade era expectativa dominante, as notícias relatando atitudes de mães abnegadas eram precedidas de prolegômenos laudatórios, como na que se segue, onde a atitude da mãe que salvou a filha de morte por queimadura causou admiração:

“A filhinha do Professor Jerônimo José Domingues, ao pegar uma vela acesa, queimou-se, pois o fogo passou para a sua roupa. Só não veio a falecer devido aos esforços de sua mãe que para extinguir o fogo, acabou se queimando bastante, conseguindo, entretanto apagar o fogo”. (15.4.1887).

Jesuína Emília Pedroso Lobo escreve uma carta acerca do filho, Antônio Pedroso Goulart, que se alistara no corpo de Voluntários da Pátria. Jesuína, apesar da situação de penúria em que viviam, ela e os filhas, pois nunca recebera o “recurso da pensão de meio soldo” que a lei lhe facultava, por ser viúva de um capitão do quarto batalhão do exército, Joaquim Antônio Lobo, e da dor sentida com a partida do filho, manifesta partilhar “da glória” que cobria Antônio Pedroso, partindo para “ajudar com seu



contingente na defesa da pátria, berço de seu ser". Rezaria pela volta do filho para alegria "respeito e amparo" da "mãe desvalida" e das irmãs, esperando que, na ausência do filho, a filantropia pública a socorresse e às suas filhas. Informa que ela e as filhas escreveram inúmeras vezes ao Monarca para reivindicar a pensão a que faziam jus. Não tendo obtido qualquer resposta, concluiu que "a sua súplica não chegara ao conhecimento do Magnânimo e Piedoso Monarca", assim como as súplicas de suas duas filhas "órfãs".

Três mulheres suplicando ao governo central que lhes concedesse a graça de receber o meio soldo a que tinham direito por lei é o outro lado do constante "empenho" que emperrava (ou emperra?) a administração pública brasileira.²⁷

A mãe transmissora de valores tradicionais aparece em *Conselhos de u'a mãe*, nota publicada na seção Noticiário Geral e dirigida à donzela recém-casada:

"Faça por tornar sua casa agradável - mostre-se sempre com semblante amável, limpa, bem arrumada e de bom humor, compreensiva e nunca tome ares de vítima. Uma lágrima na face de uma donzela, - diz um autor antigo - é como uma gota de orvalho em uma flor. Mas lembre-se de que uma lágrima na face de uma mulher casada é para o marido uma gota de veneno. Mostre-se sempre feliz e ele te amará mais ainda por acreditar que é o causador dessa felicidade". (21.2.1876).

Conselhos que vieram sendo repetidos pelas gerações que se seguiram à autora anônima, de 1876. Mulheres amorosas, felizes no desempenho das atividades domésticas, mães zelosas, higiênicas são modelos para o que deveriam ser todas as mulheres, em publicações bem mais recentes do que aquela do *Correio Paulistano*:

"Nenhuma dona de casa será capaz de desempenhar-se bem de suas obrigações domésticas sem que tenha um entranhado amor às mesmas; e nenhuma dona de casa poderá tomar-se de amores por essa rotina diária sem alimentar em seu seio uma perene fonte de amor pelo marido e pelos filhos, para cujo conforto, gozo e bem-estar ela trabalha".²⁸

Lia Zanotta Machado, em estudo a respeito das relações entre homens e mulheres, transparentes dos textos publicados na década de 1980, em revistas femininas, diz prevalecer a relação "assimétrica", isto é, "a divisão de papéis sexuais que contrapõe a esfera pública à privada, legitimando o direito do homem exercer controle sobre a mulher:

²⁷ França Júnior, em *Caiu o Ministério*, critica, agudamente, a ambição dos moços por empregos públicos: Raul pensa em casar-se com a filha do Ministro, passando por rico, para conseguir um emprego (Ato 1º, Cena 16ª). Ernesto diz a Filipe que passara no último concurso "da secretaria" e que esperava ser nomeado, se não se opusesse "um senhor de barão e cutelo, chamado empenho, que tudo ata e desata nesta terra" (Ato 2º, cena 1ª).

²⁸ COMISSÃO DE CONSTRUTORES E MÉDICOS. *O Lar e a saúde da família*. Manual doméstico. São Paulo: Sociedade Promotora da Saúde no Brasil, s.d., p. 12 (Apesar de não datada, a obra, pelas ilustrações, parece ter sido publicada no princípio do século).



ele entra com o trabalho fora e o dinheiro. Ela como provedora de bem-estar afetivo e cuidados materiais. Assim, em casa o homem é só credor. (...) O amor da mulher torna-se um dever e o do homem uma dádiva ou um acréscimo, pois seu dever é apenas o sustento". (JB, 19.2.84, p. 4)

Denise Alves, em sua análise da revista *Ele/Ela*, mostra a continuação, na década de 1980, de expectativas e valores que fazem lembrar "os conselhos de u'a mãe", de cem anos antes. Na "moderna" revista, cartas de leitoras e conselhos das redatoras deixam entrever um mundo ainda pautado por sugestões para que a mulher casada mantenha sempre o bom humor, apresente-se bonita ao marido, que chega de seu trabalho externo. Também continua predominante a divisão tradicional de trabalho entre os cônjuges: homem provedor e mulher doméstica. Segundo Denise há

"uma resistência da maioria das mulheres a romper o comportamento de serem sustentadas pelos homens, enquanto estes, mesmo desempregados, se recusam a assumir o serviço doméstico."

Persistências culturais demonstrando que a divisão sexual de funções, teorizada com afincos durante o século XIX e princípio do XX, ainda merece ser discutida, pois não se transformou em "coisa do passado".

²⁹ ALVES, Denise. *O desencontro marcado. A velha-mulher-nova e o machão-moderno*. Petrópolis: Vozes, 1985.



FONTES

Manuscritas

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: Recenseamento de 1874.

ARQUIVO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. *Livro de Lançamento de Impostos Municipais de Negócios e Profissões*, arrecadados no ano financeiro de 1877-1878.

Inventários:

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP: Antônio Amália Pacheco e Silva. Arquivo TJC, 3º Ofício, Caixa 301, Processo 6982 (1863)

Ana Cândida Pacheco do Amaral. Arquivo TJC, 1º Ofício, Caixa 261, Processo 5178 (1883).

Ana Mathilde de Almeida Pacheco. Arquivo do TJC, 1º Ofício, Caixa 105, Processo 2460 (1844).

Capitão Antônio Pompêo de Camargo. TJC, Caixa 73, Processo 1802 (1836).

Antônio Pompêo de Camargo. TJC, 1º Ofício, Caixa 550, processo 10163 (1884).

Capitão Francisco José de Camargo Andrade. TJC, 3º Ofício, Caixa 320, processo 7117 (1869).

José Rodrigues Ferraz do Amaral. TJC, 1º Ofício, Caixa 20, Processo 549 (1819).



Theóphilo Caimby. TJC, 2º Ofício, Caixa
236, Processo 5630 (1890).

Theresa Michelina do Amaral Pacheco.
TJC, 1º Ofício, Caixa 260, Processo 5160.

COLEÇÃO FERNANDO POMÊO DE CAMARGO: Cartas e relatos.

COLEÇÃO FERNANDO PACHEDO CHAVES: Cartas (Museu do Ipiranga).

Impressas

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: Jornais:

Correio Paulistano (1862-1900).

Diário Popular (1885-1900).

MUSEU DO IPIRANGA:

Álbum de fotografias da Cidade de São Paulo de
de Militão Afonso de Azevedo, 1867-1887.

Coleção Fernando Pacheco Chaves.

Coleção particular: Fernando Pompêo de Camargo (Cartas, relatos, notícias de jornais,
fotos).

HOMENAGEM à CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ. Alunas
matriculadas no Colégio N. S. do Patrocínio, Itú desde a sua fundação até o presente:
1859 - 1919.

Outros jornais: *Diário do Povo*. Campinas, 28 de abril de 1962 e 8 de abril de 1973.

Correio Popular. Campinas, 9 de dezembro de 1951, 12 de outubro de
1961 e 17 de abril de 1973.



Almanaques

LISBOA, José Maria (org.). Almanaque Literário para 1878. São Paulo: Tipografia da Província, 1877.

----- Idem para 1879. São Paulo: Tipografia da Província, 1879.

MARQUES, Abílio A. S.- (org.) Indicador de São Paulo Administrativo, Judicial, Industrial, profissional e Comercial para o ano de 1878. São Paulo: Tipografia Jorge Sckler, 1878.

ENTREVISTAS

Fernando Pompêo de Camargo (a respeito da família Pompêo de Camargo).

Dr. Eduardo Souza Queiroz (idem família Souza Queiroz).

Professor Roger Cotte (Ex-Venerável da Maçonaria francesa, grau 33).

BIBLIOGRAFIA (Livros e Artigos).

ABENSOUR, Léon. *Histoire Générale du Féminisme. Des origines à nos jours*. Paris: Ressources, 1921.

ABRAHAM, F. *Rituel de la Maçonnerie d'Adoption. Origine de la Maçonnerie d'Adoption*. Paris: s/C.Edit., s/d.

ADORNO, Theodor W. *Crítica Cultural & Sociedad*. Barcelona: Ariel, 1975.

_____. *Dialética do Esclarecimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

AGHILHOM, Maurice. *Marianne au Combat. L'Imagerie et le Symbolique Republicaines de 1789 a 1880*. Paris: Flamarion, 1979.

ALEIXO, Fº José. *A Perseverança III e Sorocaba*. S/l.: s/C.Edit., 1969.



ALEMBERT, Zuleika. *Feminismo. O ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: Edumb, 1992.

ALMEIDA, Ângel Mendes de. *O gosto do pecado*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

AMARAL, Antônio Barreto do. *História dos velhos teatros de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.

AMBELAIN, Robert. *A Franco-Maçonaria. Origem, história, influência*. São Paulo: Ibrasa, 1990.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer. A Cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ARIÉS, Philippe e CHARTIER, Roger.. *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, v.3.

AZEVEDO, Álvares de. *Cartas*. (Org. e notas de Vicente de Azevedo). São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1976.

BADINTER, E. (apresent.) *Condorcet, Proudhomme, Guyomar. Palavras de homens - 1790-1793*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1989.

_____. *Um e outro*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética. A teoria do romance*. 2ª ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1990.

BANN, Stephen. *As invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1995.

BARRETO, Tobias. *Estudos de Sociologia*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1962.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: Convívio; Edusp, s.d..

BARROS, Vital de. *Precursoras brasileiras*. Rio de Janeiro: A Noite, s/d..

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 7ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____. *Sistema da moda*. São Paulo: Nacional/ Edusp, 1979.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, s/d.

_____. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.



BENEDETTI, Luiz Roberto. *Os Deuses nômades e o Deus Estabelecido*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.222-232.

BERHAND, Collete. Comment la Franc-Maçonnerie vient aux femmes. *Société Française d'Étude du 18e. Siècle*. Paris, 19: 205-9, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BERNARDES, Maria Teresa Crescenti, *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro: T. A. Queiroz, 1989.

BERTIN, Célia. *A mulher em Viena no tempo de Freud*. Campinas: Papirus, 1990.

BIBLIOTECA DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

BENACCHI, Gabriella e GROPPi, Ângela (orgs.). *O dilema da Cidadania*. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Unesp, 1996.

BORGES, Urquiza Maria. A República: Um jornal acadêmico (1877-1878). *História*. São Paulo (nº esp.): 149-162, 1989.

_____. As doutoras entre fraldas e figas. *ARTEunesp*, São Paulo, 8: 193-202, 1992.

_____. *A mulher em cena* (2ª metade do século XIX). São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. A sublimação da mulher na cena burguesa. *Rev. da Biblioteca Mário de Andrade*, 1995, (53): 37-45.

_____. Cenas de Amor. *ARTEunesp*, São Paulo, 51-64, 1989.

_____. Josefina deve ou não tocar em público? *ARTEunesp*, São Paulo, 7:173-185, 1991.

_____. *Negociantes na cidade de São Paulo* (2ª metade do século XIX). São Paulo, 1980. Tese (Dissertação em História Social). Departamento de História, F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.



- BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1976.
- BUISINE, André. Annie Besant: socialiste, théosophe et franc-maçonne (1847-1933). Critiques D'Histoire. *Institut d'Études et Recherches Maçonniques*. Paris, 25-6, 1980.
- BULLETIN DU CENTRE DE DOCUMENTATION DU GRAND ORIENT DE FRANCE. *Louise Michel*. Paris, 48: 56-66, nov.dez., 1964.
- BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo, Unesp, 1991.
- BURKE, Peter & PORTER, Roy (orgs.). *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: Unesp, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo*. Imprensa Paulista - 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARAMELLA, Elaine da Graça de Paula. *Viver, fingir, representar*. Clarice Lispector/Tarsila do Amaral/Cacilda Becker. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.
- CARDOSO, Hercília Castilho. *A saga da família Castilho*. S/loc.: s/c.edit., s/d..
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de e SCHNOOR, Eduardo(orgs.). *Resgate*. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- CASTRO, Viveiros de. *Os delitos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: João Lopes de Cunha, 1897.
- CHARTIER, Roger. Différences entre les sexes et domination symbolique. (note critique). *Annales*, ESC, 4: 1005-1010, juillet-août, 1992.
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade*. Uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos Ltda., 1990.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CLÉMENT, Catherine. *A Ópera ou a derrota das mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- COLLECTIF, livre. *Strategies des femmes*. Paris: Tierce, 1984.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, s.d.



- COSTA, Afonso. *Poetas do outro sexo*. Rio de Janeiro: s/C.Edit., s/d..
- COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. In: *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difel, 1966, p. 428-455.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. *O retrato feminino na pintura brasileira (1800-1900)*. São Paulo, 1985. (Dissertação (Mestrado). F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.
- CLÉMENT, Catherine. *A opera ou a derrota das mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. Juquery, a História de um Asilo. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DARMON, Pierre. *Mythologie de la femme*. Dans l'ancienne France. XVIe-XVIIIe. siècle. Paris: Seuil, 1981.
- DARMTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Cia. das Letras, s/d..
- _____. *O massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DELUMEAU, Jean. *A confissão e o perdão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- _____. *História do medo no Ocidente*. 1300-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- DIX-HUITIÈME SIÈCLE. *Revue Annuelle*. Comment la Franc-Maçonnerie vient aux femmes. Paris: p. 207-219.
- DOSSE, François. *A História em migalhas*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edit. Univ. de Campinas, 1993.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os demônios*. São Paulo: Círculo do Livro s/d..
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.
- _____. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do Patronato político brasileiro. 6ª ed. Porto Alegre e Rio de Janeiro: Globo, v.2, s.d..
- FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.



- FLAX, Jane. Pós-Modernismo e as relações de gênero na Teoria Feminina. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-Modernismo e a Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 217-250.
- FLORES, Hilda A. Hübner. *Sociedade: preconceitos e conquistas*. Porto Alegre: s/C.Ed., 1989.
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Tradução livre de Vindication of the Rights of woman de Mary Wollstonecraft). São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *História da sexualidade*. O uso dos prazeres. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *História da sexualidade*. Ocuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOSSIER, F. *Rituel d'Adoption aux Trois Voiles*. Fontainebleau: Ernest Bourges, s/d..
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, s/d..
- _____. *Microfísica do poder*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. *História da sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FRAISSE, Geneviève et PERROT, Michele (dir.). *Histoire des Femmes*. Le XIXe. Siècle. Paris: Plon, 1991.
- FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto alegre: Mercado Aberto, 1983.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Deus, à Igreja, e à Pátria; os estandartes da família católica no século XIX. *História*, São Paulo, 11:243-258, 1992.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1977.
- GAY, Peter. *A educação dos sentidos*. De Freud à rainha Vitória. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. *O estilo na História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- _____. *Freud para Historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Freud, uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. *A paixão terna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- GLEDSON, John. *Ficção e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.



- _____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Uma reinterpretação de Don Casmurro. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo*. Trabalho estatístico, histórico e noticioso. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- GOLDMAN, Lucien. *Criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo: Difel, 1972.
- _____. *Structures mentales et création culturelle*. Paris: Anthropus, 1970.
- GOFF, Jacques. *La Nouvelle Histoire*. Paris: Editions Complexe, 1978.
- GRAMSCHI, A. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.
- GRUZINSKI, Serge. *La colonisation de l'imaginaire*. Paris: Gallimard.
- GULLAR, F. *Vanguarda e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização, 1962.
- GUTIERRES, Rachel. *O feminismo é um humanismo*. Rio de Janeiro: Antares; São Paulo: Nobel, 1985.
- GONÇALVES, Janice. *Música na cidade de São Paulo*. (1850-1900): o circuito da partitura. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado). F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HAIDAR, Maria L. Marioto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1972.
- HOBSBAWM, Éric. J. A nova mulher. In: *A era dos Impérios 1872-1914*. Rio de Janeiro: Nobel, 1985.
- HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JAMESON, Fredric. O Inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1991.
- KAPFERER, J.N. *Les chemins de la persuasion*. Le monde d'influence des Médias e et de la publicité sur les comportements. Paris: Dunond, 1990.
- LACOMBE, Américo Jacobina (org.). Rui Barbosa. Mocidade e exílio. Cartas ao Cons. Albino José Barbosa de Oliveira e ao Dr. Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina. São Paulo: Nacional, 1949.



- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1979.
- LEITES, Edmund. *A consciência puritana e a sexualidade moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LESSA, Maria Aracy. *Ouro Preto do meu tempo*. São Paulo: Ibrasa; S.Local. INL, MEC, 1981.
- LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura, 70, 1977.
- LIVRE COLLECTIF. *Strategies des femmes*. Amsterdam, Berlin, Boston, Londres, New York, Paris, Philadelphie, Rome: Tierce, 1989.
- LOBO, Pelágio A. *Velhas figuras de São Paulo*. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1977.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho - luta - resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense: 1987.
- MALUF, Marina. *Ruidos da memória*. São Paulo: Sicialiano, 1994.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja, e educação feminina: os Colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)*. São Paulo: 1988. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MANQUÊ, Annelise. *L'identité masculine en crise*. Paris: Rivages, 1987.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *La ville de São Paulo. Peuplement et population - 1750-1850*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, s/d.
- MARCONDES, Fº Ciro. *O capital da notícia. Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix e Edusp, v. IV, V, VI.
- MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 3ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *O filho da escrava. Em torno da Lei do Ventre Livre. Rev. Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n} 16, mar 88/ago88, p. 37-55.



- _____. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MERLOP, Alec. *Os grandes problemas da atual Franco-Maçonaria*. São Paulo: Pensamento, 1989.
- MONTEIRO, Marli Piva. *Feminilidade: o perigo do prazer*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MORAES, Evaristo de. *Medo à utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ ró-Memória, INL, 1985.
- MORLEY, Helena (pseud.). *Minha vida de menina*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. (Da comunidade à Metrópole). São Paulo: Difel:1970.
- MOSSÉ, Claude. Histoire des femmes et sociétés anciennes. *Annales, ESC*, 4: p. 9993-1002, juillet-août, 1992.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência*. A mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo*. Tradições e reminiscências. São Paulo: Secret. da Cultura C. e Tecnologia e Saraiva S.A., 1977, 5v.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do Liberalismo*. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992
- OLIVEIRA, Albino José Barbosa de. *Memórias de um magistrado do Império*. São Paulo: Cia. Nacional, 1943.
- OLIVEIRA, Roiska Darcy de. *Elogio da diferença. O feminismo emergente*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ORLANDI, Eli Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & Identidade Nacional*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OZOUF, Mona. *L'home régénéré*. Paris: Gallimard, 1989.
- PERROT, Michelle. *História da vida privada*. Da revolução francesa à 1ª guerra. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.



- PERROT, Michelle. *Une histoire de femmes est-elle possible?* Paris: Rivages, 1984.
- _____. Práticas de memória feminina. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, (18): 9-18, ago.89/set-89.
- PESSOA, Reinaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d..
- POMATA, Gian. Histoire des femmes et "Gender History" (note critique). *Annales, ESC*, 4: 1019-1026, juillet-août, 1992.
- PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo* - condição feminina, maternidades, mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: Edumb, 1993.
- QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Souza. *Reminiscências de Campinas*. Campinas, ed. própria, s/d.
- RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo: Bib. da Academia Paulista de Letras, 1977.
- RANCIÈRE, Jacques. L'Histoire des femmes entre subjectivation et représentation (note critique). *Annales, ESC*, 4: 1011-1019, juillet-août, 1993.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- RIBAS, Antônio. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1915.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina durante o século XIX*. Campinas (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 1993.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- RIEDEL, Dirce Cortez. *Narrativa, ficção & História*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- RODRIGO OTÁVIO, Laura Oliveira. *Elos de uma corrente, seguidos de novos elos*. Rio : Civilização, 1995.
- RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A instrução feminina em São Paulo*. São Paulo: *Sedes Sapientiae*, 1962.
- ROSA, Annete. *Citoyennes. Les femmes et la Révolution Française*. Paris: Messidor, 1988.
- ROUANET, Sérgio. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.



- SCHNERB, Robert. O século XIX. In: CROUZET, Maurice (direção). *História Geral das Civilizações*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1961, T. VI.
- SCHWATZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- SALISBURY, Joyce E. *Pais da Igreja, virgens independentes*. Rio de Janeiro: Scritta, 1995.
- SCOTT, Joan. Histórias das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 63-95.
- SENADO FEDERAL. A. C. Tavares Bastos. Correspondência e Catálogo de Documentos da Coleção da Biblioteca Nacional. Brasília: Senado Federal, 1977.
- SHRYOCK, Haroldo (dr.). *A moça e seus problemas*. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, s.d..
- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual*. Sexo e Cultura no Fim de Siècle. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: queiroz/Edusp, 1986.
- SINGER, Paul. São Paulo: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Cia. Nacional, 1968.
- SOUZA, Gilda de Melo e. *O espírito das roupas. A moda no século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- TAUNAY, Alfred D'Escragnolle. *Viagens de outrora*. São Paulo e Rio de Janeiro: s.Loc., s/C.Edit., 1921.
- THOMAS, A. L., DIDEROT, e Madame D'EPINAY. *O que é uma mulher?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- THORWALD, Jürgen. *O século dos cirurgiões*. São Paulo: Hemus, s/d.
- TURGHENIEV, Ivan S. *Pais e filhos*. São Paulo: Martins, s/d.
- VAINFAS, Enaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Trópico dos pecados*. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VARGAS, Milton (org.). *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. São Paulo: Unesp, Cee Tepo, 1995.



VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. Uiversidade de Brasília, 1980.

WELLS, H.G. *Ann Verônica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no séc. XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



